

"O princípio da prestação de contas em democracia não é apenas um dever de eleitos e governantes, é também uma forma de envolver os cidadãos nas decisões que lhes dizem respeito"

Lígia Amâncio (Psicóloga Social_ISTEC)

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJECTIVO E ENQUADRAMENTO GERAL

*" Quem administra bens alheios **presta contas** ...Ora, bom exemplo de bens alheios são os bens públicos que por serem da comunidade (ou de instituições nascidas da sua auto organização) não são individualmente de ninguém que zele pela sua integridade e pela sua fidelidade e transparência da respetiva gestão.*

Surge, assim, a obrigação de prestar contas como dever dos que administram a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos".

Tribunal de Contas

Dentro deste espírito, o órgão executivo de um município tem a responsabilidade por uma boa gestão dos dinheiros públicos (afetação de recursos com o objetivo da eficiência e a redistribuição de rendimentos e riqueza com vista a uma melhor justiça social) e consequentemente de informarem sobre a forma como utilizam os recursos públicos disponibilizados.

Confrontados os decisores políticos com esta necessidade, sobressai a importância do papel do sistema contabilístico, cabendo-lhe assegurar a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial, fiável e oportuna, e que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

No decurso das disposições legais em matéria de prestação de contas, particularmente o regime financeiro acometido às Autarquias Locais (Lei das Finanças Locais - LFL), Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL), com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99 de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº315/2000 de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002 de 5 de abril, e Lei nº 98/97 de 26 de agosto e as suas alterações (Lei de Organização e do Processo do Tribunal de Contas), submete-se o RELATÓRIO DE GESTÃO e demais DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, referente ao exercício económico de 2013, de forma que possa ser exercido o competente julgamento da atividade municipal, pela Assembleia Municipal (*Controlo Político*), pela DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais e IGF - Inspeção Geral das Finanças (*Controlo Administrativo*), pelo Tribunal de Contas (*Controlo Jurisdicional*) e pelos Eleitores, Fornecedores, Instituições Financeiras, etc. (*Controlo Social*).

1.2. ESTRUTURA /METODOLOGIA

O presente Relatório espelha a execução orçamental durante o ano económico de 2013 e da situação financeira patrimonial da autarquia no final desse período, tendo sido elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro "POCAL", cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 - 2.ª Secção - Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas e apresenta em documento autónomo os mapas de Prestação de Contas.

O relato financeiro, que se segue visa explorar as tendências do desempenho financeiro do Município de Estarreja em diferentes óticas, nomeadamente a Orçamental, Económica e Financeira, tendo por base a comparação com os exercícios anteriores.

De forma resumida o **Relatório de Gestão** trata-se de um instrumento fundamental de diagnóstico e de avaliação da performance económica e financeira do município, disponibilizando elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da autarquia evidenciando os aspetos mais importantes, com particular ênfase:

- ✦ na análise da execução orçamental das receitas e despesas, relevando os aspetos da execução das Grandes Opções do Plano (doravante GOP's), especificamente no que concerne ao investimento e atividades mais relevantes realizadas;
- ✦ do endividamento da autarquia;
- ✦ análise da demonstração de resultados e balanço identificando os resultados operados no exercício
- ✦ apresentação e análise de alguns indicadores financeiros

O **Relatório de Gestão** apresenta-se decomposto em quatro áreas principais:

- **Enquadramento Macroeconómico**, de descrição dos factos mais relevantes da conjuntura económica mundial e nacional que caracterizaram o ano 2013 e influenciaram a atuação e os resultados da autarquia no exercício económico em análise;
- **Análise Orçamental**, desenvolve-se uma avaliação de natureza orçamental, centrada de início na execução global do orçamento, suas alterações e revisões e respetiva articulação entre receita e despesa, assim como os fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma abordagem individualizada às componentes da Receita e da Despesa Municipal;
- **Dívida Municipal**, incluindo uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública;
- **Análise Patrimonial**, tendo por base o balanço e a demonstração de resultados, permitindo uma análise da situação económico-financeira relativa ao exercício, avaliando designadamente a situação patrimonial, a evolução dos custos e proveitos, incluindo proposta de aplicação do resultado Líquido do período.
- **Indicadores de gestão**

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos de forma a evidenciar os dados informativos indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

MUNDO

A economia mundial manteve ao longo de 2013 uma trajetória de recuperação, mais evidente no 2º semestre, nos EUA (apesar das dificuldades verificadas no processo de aprovação orçamental) e na maior parte da Europa, assistindo-se em paralelo a alguma estabilização do crescimento nas economias emergentes.

O enquadramento externo permaneceu desfavorável em 2013, na sequência do abrandamento da atividade económica à escala global observado em 2012. A dualidade no ritmo de crescimento entre regiões tem-se mantido com as economias dos mercados emergentes a registarem taxas de crescimento significativamente superiores às das economias avançadas. As economias emergentes e em desenvolvimento continuarão a ter um papel determinante no crescimento económico mundial. No entanto, refira-se que estas economias têm registado uma desaceleração acentuada, num enquadramento internacional dominado pelo abrandamento da procura nas economias avançadas, pela descida dos preços das matérias-primas e pela adoção de medidas das autoridades relacionadas com existência de riscos sobre a estabilidade financeira. Finalmente, note-se que, após o abrandamento registado ao longo dos últimos anos, o crescimento do comércio mundial estabilizou em 2013.

De acordo com as estimativas mais recentes divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial terá registado em 2013 um crescimento de 3,0%, próximo do observado no ano anterior (3,1%).

O ano de 2013 foi caracterizado a nível global pelo reforço das políticas monetárias acomodatórias, face à ausência de uma recuperação económica sustentada e à inexistência de pressões inflacionistas. Apesar de se ter já iniciado o debate nos EUA sobre a redução dos estímulos monetários, os restantes principais bancos centrais a nível mundial reforçaram, ao longo do ano, políticas monetárias acomodatórias, em consonância com as fases do ciclo económico em que as respetivas economias se encontram.

Nos EUA, a orientação da Reserva Federal continua a ser de manutenção da taxa de juro diretora em níveis reduzidos, por um período ainda longo. Não obstante, em maio começou a ser debatida a diminuição gradual de estímulos (nomeadamente o abrandamento da compra de títulos de dívida), debate que se tem vindo a prolongar ao longo do ano com impactos relevantes nas expectativas dos investidores. No decurso do primeiro semestre assistiu-se a um reforço das políticas monetárias acomodatórias, tanto no Japão como nas principais economias emergentes. Todavia, em algumas das últimas, estas políticas foram objeto de reversão, em reação ao movimento de saída de capitais e à depreciação das respetivas moedas desencadeados pelo debate sobre a diminuição de estímulos monetários nos EUA.

Durante a primeira metade de 2013, os mercados financeiros beneficiaram de uma melhoria generalizada da confiança dos agentes económicos e da continuação de condições monetárias muito favoráveis, o que se refletiu nomeadamente em fortes ganhos e numa redução de volatilidade nos mercados acionistas, em especial nos EUA e no Japão. A incerteza política envolvendo as eleições italianas, no início do ano e, mais tarde, a crise bancária em Chipre tiveram um impacto relativamente limitado nos mercados acionistas e de dívida.

Os níveis de desemprego permaneceram elevados na maior parte das regiões, o que em conjunto com os ajustamentos em curso em diversas economias com relevo no PIB mundial, e a queda do preço das matérias-primas, contribuiu para um baixo ritmo de crescimento dos preços em diversos países desenvolvidos

EUROPA

O ano de 2013 ficou marcado pelo significativo esbater dos receios em torno da crise da dívida soberana na Europa. O facto da economia da região ter voltado a crescer a partir do 2º trimestre do ano, ao mesmo tempo a que se assistiu a uma substancial correção dos desequilíbrios macroeconómicos em diversos Estados Membros, permitiu a criação de expectativas de crescimento mais sustentável. Tal situação verificou-se, não obstante a crise no Chipre, destacando-se o acordo de assistência financeira negociado entre a Comissão Europeia, o FMI e o Governo cipriota.

O desemprego na região manteve-se em níveis preocupantes, tendo a respetiva taxa permanecido praticamente inalterada em 12,1% ao longo de todo o ano, o nível mais elevado desde o verão de 1990.

A atividade na Área do Euro, de acordo com as estimativas de outono da Comissão Europeia continuou a contrair-se em 2013, mas de forma menos acentuada, desta feita 0,4%, após a queda de 0,7% no ano anterior.

Esta retração assentou primordialmente no comportamento da procura doméstica, já que o contributo das exportações líquidas se manteve positivo.

O ambiente de maior estabilidade dos mercados financeiros internacionais e o fortalecimento da situação financeira dos bancos possibilitou, em 2013, um incremento de liquidez nos mercados interbancários e a progressiva abertura do mercado de capitais aos créditos dos países não *core*, incluindo Portugal. Ainda assim, a persistente fragilidade económica conduziu em maio, à decisão do BCE de reduzir uma vez mais as taxas de juro de referência que se encontravam já em níveis mínimos (taxa de operações principais de refinanciamento em 0,5% e taxa de remuneração de depósitos em 0%).

No mercado de dívida pública, é de referir o comportamento positivo das taxas nos países do sul da Europa, com reduções em Espanha, Itália e Portugal.

Referência particular para o programa de resgate irlandês, que terminou em dezembro de 2013 com o seu cumprimento integral, sem recurso a qualquer programa cautelar, pelo que pode considerar-se este caso como um sucesso na recuperação económica de um país intervencionado.

Já em 2014, a Irlanda emitiu com sucesso dívida a dez anos, com uma taxa de 3,5%.

Destaque também para os desenvolvimentos com vista à criação do mecanismo único de supervisão bancária no sentido de reforçar a coordenação das políticas económicas, a consolidação orçamental, e a estabilização financeira. Assim, a partir de setembro de 2015, 150 dos maiores bancos da Zona Euro estarão sob supervisão do BCE.

PORTUGAL

O ano de 2013 caracterizou-se por um contexto económico difícil, onde as medidas de austeridade implementadas continuaram a ter impacto no crescimento económico, apesar de começar a ser evidente a estabilização económica em Portugal.

Os desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos conduziram ao avolumar de níveis de endividamento público e de elevados níveis de endividamento externo, que igualmente se refletiam no endividamento das famílias e das empresas. Neste processo, estas debilidades e desequilíbrios foram sendo revelados de forma clara, no contexto da crise global e europeia que se fez sentir a partir de 2007. Face aos níveis de endividamento e ao ritmo de crescimento da economia portuguesa, o risco de crédito associado aos instrumentos portugueses de dívida,

originaram um forte agravamento dos custos de financiamento da dívida, bem como o acesso ao crédito.

Num contexto de fortes tensões nos mercados financeiros internacionais, estes desequilíbrios constituíram uma vulnerabilidade na economia portuguesa que contribuiu para a perda de acesso ao setor público – e, em consequência, do sector bancário – financiamento de mercado em condições regulares.

Deste modo, o Estado português, em abril de 2011, solicitou assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da União Europeia, no total de 78 mil milhões de euros.

Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), materializado no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e o Memorando de Entendimento Técnico, assinados pelo Governo Português em 17.05.2011 com o Banco Central Europeu (BCE), FMI e CE, com os compromissos de adoção de um conjunto de medidas que visam promover:

- ↳ A estabilidade financeira;
- ↳ A consolidação orçamental;
- ↳ A eliminação do desequilíbrio das finanças públicas e a redução do endividamento; e a
- ↳ Transformação estrutural da economia portuguesa.

Em 2013, a evolução da economia portuguesa continuou significativamente condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos. A correção dos desequilíbrios envolvendo a adoção de um conjunto de medidas de consolidação orçamental e uma desalavancagem ordenada e gradual do setor privado, tem determinado uma forte contração da procura interna.

A implementação e operacionalização do conjunto de medidas enquadradas pelo PAEF, tem-se desenrolado num contexto macroeconómico internacional particularmente desfavorável, nomeadamente com uma situação recessiva na área do euro que só começou a ser ultrapassada em meados do ano 2013. Adicionalmente, o cumprimento do PAEF tem vindo a ocorrer num enquadramento financeiro internacional caracterizado por uma fragmentação na área do euro, apesar de alguns sinais recentes de melhoria, e por níveis muito elevados de incerteza, relacionados com a persistência da crise da dívida soberana na área do euro. Mais recentemente, é de sublinhar a incerteza institucional subjacente ao ritmo de consolidação orçamental nos Estados Unidos, bem como à respetiva orientação da política monetária.

Neste contexto, tem-se registado uma correção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa. Em particular, assinala-se a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafetação de recursos no sentido dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis.

O desempenho da economia portuguesa em 2013 foi superior ao inicialmente previsto, tendo o PIB iniciado uma trajetória crescente a partir do 2º trimestre. Destacam-se o comportamento positivo das exportações, o reforço da poupança interna, a melhoria dos indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários, e de grande importância, a evolução favorável dos principais indicadores orçamentais.

Em 2013, o Rendimento Nacional Bruto e o PIB nominal cresceram 1,0% e 0,3%, respetivamente. O Rendimento Disponível Bruto da Nação registou um aumento de 1,3% o que conjugado com a ligeira redução do consumo final (-0,1%) permitiu um aumento de 9,3% da Poupança corrente. Em consequência deste aumento e da redução da Formação Bruta de Capital (-7,7%) registou-se uma capacidade de financiamento da economia portuguesa de 2,0% do PIB (necessidade de financiamento de 0,1% do PIB em 2012).

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 2,0% do PIB em 2013, o que compara com a necessidade de financiamento de 0,1% observada em 2012. Esta evolução deveu-se essencialmente à melhoria do Saldo Externo de Bens e Serviços, tendo as exportações aumentado 5,4% em 2013, o que mais que compensou o aumento de 0,9% das importações.

As exportações portuguesas reforçaram o bom desempenho já observado em períodos anteriores, com crescimento de 5,9% em termos homólogos, em resultado da evolução positiva quer no comércio intra-União Europeia (UE), quer no comércio extra-UE. As importações tiveram um aumento de 2,7% no decorrer de 2013. Esta evolução é já um resultado da reestruturação em curso do tecido produtivo nacional, privilegiando os setores de bens transacionáveis.

Com efeito, as exportações de bens e serviços têm mantido um crescimento robusto, o que se tem traduzido em ganhos de quota de mercado assinaláveis, em linha com a prossecução do processo de reorganização das empresas portuguesas.

A capacidade de financiamento das famílias aumentou para 6,8% do PIB em 2013 (6,4% em 2012). A redução de 1,4% da despesa de consumo final foi mais expressiva que a diminuição do rendimento disponível (variação de -0,7%), determinando um aumento de 4,3% da poupança corrente em 2013. A taxa de poupança das famílias aumentou para 12,6% em 2013 (12% no ano anterior). A redução do rendimento disponível das famílias em 2013 foi determinada pelo expressivo aumento dos impostos sobre o rendimento e o património (taxa de variação de 33,0%) que mais que compensou os aumentos das remunerações recebidas, do saldo dos rendimentos de propriedade e do saldo das contribuições e prestações sociais.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego em Portugal reduziu-se durante 10 meses consecutivos de 17,6% em fevereiro de 2013 para 15,4%, em dezembro (dados do Eurostat).

Em 2013, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma taxa de variação média anual de 0,3% (2,8% em 2012). O índice da componente de bens passou de um crescimento de 2,5% em 2012, para 0,0% em 2013 e o índice da componente de serviços registou uma variação média de 0,7% em 2013 (3,1% no ano anterior). A variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) diminuiu para 0,4% em 2013 (2,8% em 2012), traduzindo um diferencial de -1,0 pontos percentuais (p.p.) (0,3 p.p. no ano anterior) face à taxa de variação homóloga do IHPC da AE.

A orientação da política orçamental em 2013 manteve-se restritiva. Recorde-se que a estratégia de consolidação em 2013 assentou predominantemente no aumento da receita e, em particular, dos impostos diretos.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas diminuiu em 2013, passando de 6,5% em 2012 para 5,0% do PIB. Para esta evolução contribuiu principalmente o aumento de 27,8% da receita dos impostos sobre o rendimento.

No âmbito da décima avaliação trimestral do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), as equipas da UE e do FMI salientaram que o crescimento da economia portuguesa está em linha com as projeções e que o desemprego decresceu mais do que o esperado. O ajustamento externo foi também avaliado de forma favorável

No âmbito da consolidação orçamental das finanças públicas e da redução dos seus níveis de endividamento, várias têm sido as medidas adotadas pelo Governo, que são públicas e conhecidas, e que implicam cortes significativos nas despesas do Estado e um aumento da carga fiscal do contribuinte, bem como a imposição de limites ao nível do endividamento público, cada vez mais restritivos.

Grande parte das medidas já implementadas tiveram reflexos nos orçamentos municipais, tanto por via da redução das transferências do orçamento de estado para as autarquias locais, como dos aumentos das despesas já contratualizadas em consequência do acréscimo na base de incidência do IVA, bem como pela retração da atividade económica em geral que leva a uma diminuição na cobrança interna de diversas taxas. A que acresce ainda a imposição de sucessivos limites ao

endividamento municipal cada vez mais restritivos e muito para além dos que decorrem da Lei das Finanças Locais.

Em paralelo, sucede-se a produção e publicação de um conjunto muito alargado de legislação que tem como objetivo alterar significativamente a gestão pública na administração local.

Neste pacote legislativo enquadram-se para a gerência em apreço, o Orçamento do Estado de 2013, a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e respetivo decreto regulamentar, a reorganização das freguesias e do setor empresarial local, a reorganização dos serviços municipais e das estruturas dirigentes, e mais recentemente dos próprios municípios, tendo se concluído o processo de revisão a Lei das Finanças Locais, com a publicação a 12 de setembro da Lei nº 73/2013.

Por força da entrada em vigor da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) e do conceito de Fundos Disponíveis ali considerado, foi claramente perceptível uma mudança do paradigma na governação autárquica.

O conceito de Fundos Disponíveis equivale a velha máxima “gastar o que se tem”, o que é de todo legítimo, limitar a despesa ao rendimento disponível que existe.

A implementação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso implicou, em 2012, a uma reformulação do planeamento das despesas, para além da definição de novos procedimentos e mecanismos que permitissem uma mais fácil e suave transição para o novo modelo de gestão, processo esse que foi consolidado no exercício 2013, tendo ocorrido de uma forma tranquila.

Do exposto resulta como inequívoco que o cumprimento da referida Lei dos Compromissos teve implicações de elevado nível na reorganização da atividade autárquica, designadamente nas óticas económica, orçamental e financeira, exigindo-se um esforço adicional no controlo da despesa municipal.

É neste contexto da economia nacional que o Município, em 2013, desenvolveu uma estratégia de redução de custos, reorientando as suas atividades para a execução dos projetos cofinanciados, bem como para a satisfação das necessidades primárias da população.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Numa primeira instância procede-se a uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguindo-se uma abordagem do equilíbrio orçamental, designadamente ao nível da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento, para por último desenvolver uma análise individual às componentes da Receita e Despesa Municipal.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2013, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários á sua execução.

Em matéria da Contabilidade Orçamental, a prestação de contas é feita em termos de execução dos documentos previsionais " Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2013".

A execução dos documentos orçamentais consubstancia-se no desenvolvimento das ações necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização de despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objetivos fixados nas Grandes Opções do Plano.

3.1. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.

Neste primeiro momento, pretende-se evidenciar a execução orçamental do Município de Estarreja, no ano económico de 2013. Para o efeito, são analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura.

A estrutura da receita e da despesa obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no D.L. 26/2002 de 14 de Fevereiro, dividindo-se em correntes e de capital e outras receitas/despesas.

Na ótica da receita, analisar-se-á a previsão orçamental, a cobrança e os saldos orçamentais.

Na ótica da despesa, os fatos financeiros objetos de análise e comparação serão a despesa prevista, os compromissos assumidos, os pagamentos efetuados e os compromissos por pagar.

3.1.1. Orçamento Inicial *versus* Final e Executado

Com a intenção de avaliar a capacidade financeira do município em executar o orçamento proposto, de seguida procede-se a uma breve comparação entre **orçamento inicial, final e executado** aferindo, deste modo, a concretização dos projetos a que o Município se propôs, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, bem como o esforço de angariação da receita, fator fundamental para a realização do objetivo político.

Os documentos previsionais de 2013 (Orçamento e Grandes Opções do Plano) aprovados pela Assembleia Municipal, inscreviam uma previsão inicial (receitas) e uma dotação inicial (despesa), de 20.700.000,00€, sendo de reforçar que em termos comparativos com o exercício económico anterior, os documentos previsionais 2013 apresentaram uma previsão inferior ao Orçamento de 2012 em 3.277.000,00€.

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Em consonância com anteriores gerências, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e à taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada

Quadro nº1 – Orçamento Inicial versus Final e Executado

(unidade monetária : €uros)

DESIGNAÇÃO	Orçamento para o ano 2013			EXECUÇÃO		
	PREVISÃO			Valor	Desvio	Tx Execução
	Inicial	Final	Desvio			
Receitas Correntes	12.368.905,00	12.368.905,00	0,00	12.726.223,74	357.318,74	102,89%
Receitas de Capital	8.281.095,00	7.409.486,00	871.609,00	5.464.039,71	-1.945.446,29	73,74%
Outras Receitas	50.000,00	1.140.463,60	-1.090.463,60	1.246.340,24	105.876,64	109,28%
Total	20.700.000,00	20.918.854,60	-218.854,60	19.436.603,69	-1.482.250,91	92,91%
Despesas Correntes	10.925.086,00	11.278.287,12	353.201,12	10.085.243,40	-1.193.043,72	89,42%
Despesas de Capital	9.774.914,00	9.640.567,48	-134.346,52	5.936.879,05	-3.703.688,43	61,58%
Total	20.700.000,00	20.918.854,60	-218.854,60	16.022.122,45	-4.896.732,15	76,59%

O orçamento municipal inicial para o exercício 2013 foi aprovado pelo valor de 20.700.000,00€, mantendo-se em matéria de receitas correntes, a previsão inicial igual à final, no valor de 12.368.905,00€, contrariamente ao registado nas despesas correntes, cuja previsão inicial de 10.925.086,00€, derivou numa dotação final de 11.278.287,12 €, mais (+) 353.201,12 € de despesas orçadas, mantendo o respeito do princípio do equilíbrio orçamental garantido no orçamento inicial.

Quanto às rubricas de capital, em ambas as suas componentes, a previsão inicial foi distinta da final, uma vez que o orçamento inicial das despesas de capital foi definido para 9.774.914,00€, e o final posicionou-se em 9.640.567,48€, e o da receita de capital, inicialmente dotado com 8.281.095,00€, terminou com uma dotação final de 7.409.486,00 €, o que, do ponto de vista orçamental, significa que se estimou que parte das despesas de investimentos fosse financiada por receitas de natureza corrente.

As catorze modificações realizadas ao orçamento, sistematizadas no quadro seguinte, consubstanciaram-se essencialmente a reajustamentos entre rubricas de classificação económica e tiveram um impacto de aumento da dotação global do orçamento em 218.854,60€.

Em matéria de execução orçamental, resumidamente, regista-se que:

- A taxa de execução das receitas correntes foi de 102,89%, o que significa que para uma previsão final de 12.368.905,00€ se atingiu uma execução de 12.726.223,74 € o que numa arrecadação superior ao previsto em (+) 357.318,74 €, sobretudo devido à influência da rubrica de impostos diretos;
- No que respeita às receitas de capital, estas ficaram aquém do previsto, uma vez que para uma previsão final de 7.409.486,00€ apenas se atingiu uma execução de 5.464.039,71 €, representando um desvio de (-) 1.945.446,29 €, correspondendo uma taxa de execução de 73,74%;
- No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 76,59%, com as despesas correntes e as despesas de capital a alcançarem respetivamente níveis de execução orçamental de 89,42%, e 61,58%, do total orçamentado, o que determina que sejam as despesas correntes que mais contribuem para a execução orçamental.

ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO

Em matéria de gestão orçamental muitas vezes é necessário reforçar e ou anular a dotação das rubricas tendo em vista adequar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão, pelo que durante o ciclo em apreço, foi necessário proceder a catorze modificações orçamentais, nos termos a seguir identificados.

Quadro nº2 – Nº de Modificações do Orçamento 2013

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	12	2
Plano Plurianual de Investimentos	11	0
Plano de Atividades Municipais	11	1
Orçamento da Receita	0	1

Da previsão e dotação inicial, e nos termos do ponto 8.3.1. do POCAL, o conjunto de modificações orçamentais que se traduziram em 12 (doze) alterações e 2 (duas) revisões orçamentais, permitiram que o volume global do orçamento avançasse para os 20.918.854,60€, o que corresponde a uma acréscimo de 1,06 p.p. ou em termos absolutos a um aumento de €218.854,60.

Estruturando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos, onde se agregam tanto os reforços como as anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais durante o ano 2013, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então efetivadas.

Quadro nº3 – Alterações e Revisões Orçamentais 2013 - DESPESA

(unidade monetária : Euros)

Modificações da Despesa 2013									
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação		
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%	
Despesas Correntes	10.925.086,00	52,78%	1.616.404,09	1.263.202,97	11.278.287,12	53,91%	353.201,12	3,23%	
Despesas com Pessoal	4.509.900,00	21,79%	506.384,60	484.670,00	4.531.614,60	21,66%	21.714,60	0,48%	
Aquisição de Bens e Serviços Corren	5.141.116,00	24,84%	687.532,47	502.908,61	5.325.739,86	25,46%	184.623,86	3,59%	
Juros e Outros Encargos	262.600,00	1,27%	0,00	143.943,86	118.656,14	0,57%	-143.943,86	-54,81%	
Transferências Correntes	844.970,00	4,08%	274.307,02	69.680,50	1.049.596,52	5,02%	204.626,52	24,22%	
Outras Despesas Correntes	166.500,00	0,80%	148.180,00	62.000,00	252.680,00	1,21%	86.180,00	51,76%	
Despesas de Capital	9.774.914,00	47,22%	613.409,47	747.755,99	9.640.567,48	46,09%	-134.346,52	-1,37%	
Aquisição de Bens de Investimento	7.948.370,00	38,40%	321.892,47	716.138,99	7.554.123,48	36,11%	-394.246,52	-4,96%	
Transferências de Capital	555.419,00	2,68%	136.017,00	31.617,00	659.819,00	3,15%	104.400,00	18,80%	
Activos Financeiros	138.625,00	0,67%	0,00	0,00	138.625,00	0,66%	0,00	0,00%	
Passivos Financeiros	1.130.000,00	5,46%	55.000,00	0,00	1.185.000,00	5,66%	55.000,00	4,87%	
Outras Despesas de Capital	2.500,00	0,01%	100.500,00	0,00	103.000,00	0,49%	100.500,00	4020,00%	
Total da Despesa	20.700.000,00	100,00%	2.229.813,56	2.010.958,96	20.918.854,60	100,00%	218.854,60	1,06%	

Sobressai da apreciação do quadro supra que em consequência das modificações realizadas ao orçamento da despesa em 2013, foram realizados reforços no valor de 2.229.813,56€ que apenas determinaram um aumento da dotação global de 218.854,60€, isto resultado da incorporação do de uma parte do saldo de gerência anterior. Para os 2.010.958,96€ de remanescente aferido nos demais reforços, foi utilizado como contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

A modificação positiva de maior significado nas Despesas Correntes ocorreu na componente da "Outras Despesas Correntes" (acrécimo de 51,76%), sobretudo na rubrica "Restituições" de forma a albergar o registo ilícido do processo de cobrança dos impostos municipais, especialmente do IMT_Imposto Municipal sobre Transmissões. De referir, igualmente a modificação registada a componente "Transferências Correntes", com um aumento na ordem dos 204.626,52 €, que espelha uma variação de 24,22%, necessidade sobretudo do reforço da rubrica de "Instituições sem fins lucrativos" Este reforço resulta da atuação desta Autarquia no apoio direto às suas Instituições do Concelho inserido no quadro das suas atribuições e competências.

O impacto na dotação da rubrica "Juros e Outros Encargos " (diminuição de 54,81%), resultou da não utilização do *plafond* ainda disponível do empréstimo de médio e longo prazo " Financiamento de investimentos inscritos no PPI 2012" contratualizado em 2012, diminuindo claramente o valor de juros pagos face aos estimados inicialmente.

As despesas de capital, para além das possíveis implicações que os diferentes reforços e anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naquele documento.

A única modificação formalizada no **Orçamento da Receita** teve por finalidade integração do "Saldo Transitado da Gerência Anterior", no montante de 1.090.463,60€, tendo originado apenas um aumento da dotação global do orçamento em 218.854,60€ ao proceder-se a um ajustamento por via da diminuição da rubrica "13.01.13_Outras Receitas de Capital/Retribuição Inicial" no valor de 871.609,00€. A referida rubrica apresentava uma dotação previsivelmente excedentária, dado ter ocorrido, em finais de dezembro de 2012, o recebimento de 871.609,00€ relativa a uma tranche de retribuição de capital da ADRA e tendo este valor incorporado as previsões orçamentais refletidas na rubrica económica da receita em referência procedeu-se à devida correção no orçamento de 2013 por conta de um recebimento que se efetivou no exercício económico anterior.

O aumento da dotação global do orçamento no valor de 218.854,60€ foi determinado pela necessidade de acomodar o processamento integral do subsídio de férias a todos os trabalhadores no mês de junho, atendendo que o Tribunal Constitucional, pelo Acórdão n.º 187/2013, considerou inconstitucional a norma da Lei do Orçamento de Estado para 2013, que suspendia o pagamento integral do subsídio de férias a todos os trabalhadores, acrescendo o facto de até à data do seu processamento não ter sido promulgado o Orçamento de Estado retificativo.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A estrutura orçamental assenta em receitas correntes e receitas de capital, que suportam as despesas correntes e as despesas de capital, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental e sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa.

Quadro nº4_ Resumo de Execução Orçamental 2013

(unidade monetária : Euros)

Designação	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	12.368.905,00	12.368.905,00	12.726.223,74	357.318,74	102,89%	102,89%
Receitas de Capital	8.281.095,00	7.409.486,00	5.464.039,71	-1.945.446,29	65,98%	73,74%
Outras	50.000,00	1.140.463,60	1.246.340,24	105.876,64	2492,68%	109,28%
Receitas Totais	20.700.000,00	20.918.854,60	19.436.603,69	-1.482.250,91	93,90%	92,91%
Despesas Correntes	10.925.086,00	11.278.287,12	10.085.243,40	-1.193.043,72	92,31%	89,42%
Despesas de Capital	9.774.914,00	9.640.567,48	5.936.879,05	-3.703.688,43	60,74%	61,58%
Despesas Totais	20.700.000,00	20.918.854,60	16.022.122,45	-4.896.732,15	77,40%	76,59%

No quadrante de **execução das receitas** constata-se um desvio face às previsões corrigidas, de menos (-) 1.482.250,91€, sendo que no exercício económico em análise registou-se uma superação das previsões orçamentais ao nível das receitas correntes no valor de (+) 357.318,74 traduzindo prudência na previsão, no objetivo de realização de orçamentos reais.

Estando numa análise na ótica de caixa (Recebimentos e Pagamentos), a **execução das despesas** acompanha as receitas, onde se constata um desvio face às dotações corrigidas, de menos (-) 4.896.732,15€ dos quais (-) 1.193.043,72€ representam as despesas correntes.

Face a tais desvios, o Município arrecadou receitas totais no montante de **19.436.603,69€**, o que representa uma taxa de execução da receita de 92,91% (em 2012 foi de 76,94%), e um nível de despesa total paga de **16.022.122,45€**, que equivale a uma taxa de execução da despesa de 76,59% (em 2012 foi de 72,45%).

De igual modo a anteriores gerências a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada, ou seja, a despesa traduzida no total das obrigações assumidas para com terceiros (despesa faturada).

De referir, o valor do **saldo de gerência anterior e transitado para 2013**, 1.090.463,60€, traduz efetiva receita e disponibilidade para cobertura de despesas realizadas no ano 2013.

Em termos de receitas correntes para uma previsão final de 12.368.905,00€, registou-se uma cobrança efetiva de 12.726.223,74 €, manifestando-se num desvio positivo de 357.318,74€ e uma **taxa de execução de 102,89%** (em 2012 foi de 85,87%).

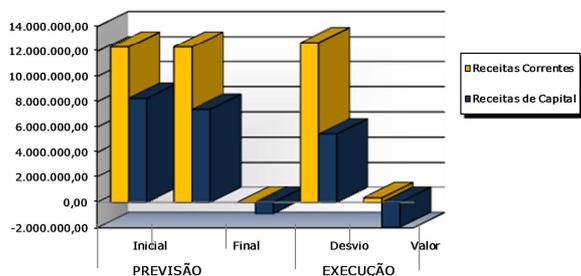
No que respeita às receitas de capital, estas continuam abaixo do previsto, uma vez que para uma previsão final de 7.409.486,00€ se atingiu uma execução de 5.464.039,71€, traduzindo um desvio desfavorável de (-) 1.945.446,29€ e um a **taxa de execução de 73,74%**. De realçar, uma performance bastante mais favorável em relação ao registado no ano 2012, onde se verificou um desvio entre previsão e cobrança efetiva de (-) 4.101.704,12€ (em 2011 foi de (-) 9.095.403,40 – taxa de execução de 37,73%), com uma taxa de execução de apenas 65,67%.

As despesas correntes cumpriram uma **taxa de execução de 89,42%**, com um valor de despesa paga de 10.085.243,40€ e as despesas de capital atingiram uma execução de 5.936.879,05€, representando uma **taxa de execução 61,58%** do total orçamentado final, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

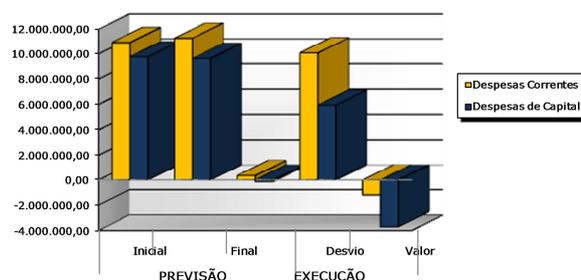
Os gráficos abaixo apresentados atestam as diferenças atrás anotadas:

Gráficos nº 1 e 2

Comparação entre Receita Orçamental Inicial, Final e Executada



Comparação entre Despesa Orçamental Inicial, Final e Executada



3.1.2. Evolução da Execução Orçamental

Atendendo ao comportamento de cada uma das suas componentes económicas, correntes e capital, proceder-se-á, de seguida, a uma análise da evolução global das receitas e das despesas.

Comparando com a gerência do ano anterior, temos o seguinte quadro:

Quadro nº 5_Evolução da Execução Orçamental 2012/2013

(unidade monetária : Euros)

Designação	REALIZADO			ORÇADO (corrigido)			Taxas de Execução(%)		Tx de Crescimento
	2012	2013	Diferença	2012	2013	Diferença	2012	2013	
Receitas Correntes	10.522.439,07	12.726.223,74	2.203.784,67	11.978.311,00	12.368.905,00	390.594,00	87,85%	102,89%	20,94%
Receitas de Capital	7.846.984,88	5.464.039,71	-2.382.945,17	11.948.689,00	7.409.486,00	-4.539.203,00	65,67%	73,74%	-30,37%
Outras	298.767,13	1.246.340,24	947.573,11	336.264,82	1.140.463,60	804.198,78	88,85%	109,28%	317,16%
Receitas Totais	18.668.191,08	19.436.603,69	768.412,61	24.263.264,82	20.918.854,60	-3.344.410,22	76,94%	92,91%	4,12%
Despesas Correntes	9.209.360,72	10.085.243,40	875.882,68	11.118.119,95	11.278.287,12	160.167,17	82,83%	89,42%	9,51%
Despesas de Capital	8.368.366,76	5.936.879,05	-2.431.487,71	13.145.144,87	9.640.567,48	-3.504.577,39	63,66%	61,58%	-29,06%
Despesas Totais	17.577.727,48	16.022.122,45	-1.555.605,03	24.263.264,82	20.918.854,60	-3.344.410,22	72,45%	76,59%	-8,85%

Da análise da receita no último biênio, realça-se a evolução positiva das **receitas totais**, que registaram um aumento em termos absolutos de 768.412,61€, a que corresponde uma taxa de crescimento de 4,12%, que acumulado com o aumento já registado no ano 2012, no valor de 1.219.880,04€, temos acréscimo, de cerca de 12%, nos últimos três exercícios económicos.

No que respeita ao nível das **despesas totais** do Município observa-se, no ano em causa, um decréscimo relativamente ao ano anterior, no valor de (-) 1.555.605,03€, significando uma taxa de decréscimo de 8,85%.

Do quadro apresentado, verifica-se que relativamente ao ano de 2012, a arrecadação de Receitas Correntes aumentaram 20,94% (+2.203.784,67€), tendo as Receitas de Capital apresentado um decréscimo de 30,37% (- 2.382.945,17€). A tendência identificada em 2013, contrária a verificada no ano anterior, uma vez que no exercício de 2012 se registou um decréscimo de 11,23% das receitas correntes arrecadadas, contra um acréscimo de 42,39% das receitas de capital, no entanto registando-se um aumento da receita global em 1.219.880,04€, representando um acréscimo de 7%.

As Despesas Correntes sofreram um acréscimo de 9,51% (+875.882,68€) e as Despesas de Capital uma diminuição de 29,06% (-2.431.487,71€), relativamente às realizadas no ano de 2012, tendência, esta, inversa ao registado, em termos comparativos entre os anos económicos 2011/2012, sendo que as despesas correntes diminuíram 10,47% (- 1.076.720,39€) e as despesas de capital aumentaram 17,84% (+1.267.161,30€).

No quadriénio de 2010/2013, as receitas cobradas e as despesas pagas tiveram a evolução que se encontra expressa no quadro seguinte.

Quadro nº 6 – Evolução e taxas de execução da receita e da despesa municipal

RUBRICAS	PREVISÃO/EXECUÇÃO (valores absolutos)						PREVISÃO/EXECUÇÃO (%s)					
	2010		2011		2012		2013		2010	2011	2012	2013
	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução				
1 - Saldo inicial	1.345.976	1.345.976	225.240	225.240	286.264	286.264	1.090.464	1.090.464	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2 - Reposições não abat nos Pagam.	10.000	47.437	31.000	83.455	50.000	12.502	50.000	155.877	474,37%	269,21%	25,00%	311,75%
3 - Receita Corrente	12.322.830	11.455.287	11.893.188	11.853.947	11.978.311	10.522.439	12.368.905	12.726.224	92,96%	99,67%	87,85%	102,89%
4 - Despesa Corrente	14.939.444	12.803.102	11.864.667	10.286.081	11.118.119	9.209.361	11.278.287	10.085.243	85,70%	86,70%	82,83%	89,42%
5 - Receita de Capital	17.327.170	9.581.958	14.606.312	5.510.908	11.948.689	7.846.985	7.409.486	5.464.040	55,30%	37,73%	65,67%	73,74%
6 - Despesa de Capital	14.720.559	9.402.316	14.665.833	7.101.205	13.145.145	8.368.367	9.640.567	5.936.879	63,87%	48,42%	63,66%	61,58%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	31.005.976	22.430.658	26.755.740	17.673.550	24.263.264	18.668.190	20.918.855	19.436.604	72,34%	66,06%	76,94%	92,91%
8 - Despesa Total (4+6)	29.660.003	22.205.418	26.530.500	17.387.286	24.263.264	17.577.727	20.918.855	16.022.122	74,87%	65,54%	72,45%	76,59%

A **receita total disponível** (que inclui o saldo orçamental transitado da gerência anterior) **diminuiu** entre 2010/2013 cerca de **MC2,9 (-13%)**, devido essencialmente do decréscimo das receitas resultantes da venda de bens e serviços correntes (-M€0,8) e venda de bens de investimento (-M€0,7) e diminuição das transferências de capital (-M€2), essencialmente as oriundas do Orçamento de Estado, por alteração de repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro operada em 2012.

No mesmo sentido evoluiu a **despesa municipal total paga (-27,8%)**, que passou de **MC22,2** para **MC16,02** (*diminuição em termos absolutos em cerca de 6M€*), principalmente devido às rubricas de aquisição de bens e serviços correntes, despesas com pessoal, aquisição de bens de capital e transferências de capital, que diminuíram, respetivamente, M€ 2,1; M€0,47; M€2,6 e M€0,46.

De referir, que os anos anteriores a 2011 o município detinha a gestão de saneamento e distribuição de água, negócios ainda existentes no Município no início do ano 2010 (ate 01/05/2010) e que foram, entretanto, transferidos/cedidos a AdRA.

Por outro lado, no mesmo período, o **grau de execução orçamental da receita total disponível** apresentou em 2013 uma taxa de execução da receita na ordem dos 92%, tendo a execução das receitas de capital finalmente atingido e ultrapassado, em 2012, a fasquia dos 60% e este exercício

económico ter avançado para o patamar dos 73,74%. A evolução da receita corrente é bastante positiva e estável, rondando as taxas de execução dos 90%, ultrapassado em 2013 os 100% de execução. Estes dados demonstram a preocupação na elaboração de orçamentos municipais mais realistas e prudentes.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA

Confrontando as taxas de execução ao nível das cobranças em relação ano anterior (comportamento do valor cobrado), verifica-se que durante o ano de 2013, a execução da receita total ronda os 92,91 %, porquanto que no exercício de 2012, este valor foi inferior em cerca de 15,97 p.p., tendo atingido os 76,94 %.

Quadro nº 7 – Evolução da Execução da Receita (2010 a 2013) (u.m.: Euros)

Ano	Natureza	RECEITAS		
		Dotação Final	Execução	Tx Exec (%)
2010	Correntes	12.322.830,00	11.455.287,00	92,96%
	Capital	17.327.170,00	9.581.958,00	55,30%
	Outras	1.355.976,00	1.393.413,00	102,76%
	TOTAL	31.005.976,00	22.430.658,00	72,34%
2011	Correntes	11.893.188,00	11.853.947,00	99,67%
	Capital	14.606.312,00	5.510.908,00	37,73%
	Outras	256.240,00	308.695,00	120,47%
	TOTAL	26.755.740,00	17.673.550,00	66,06%
2012	Correntes	11.978.311,00	10.522.439,07	87,85%
	Capital	11.948.689,00	7.846.984,88	65,67%
	Outras	336.263,86	298.766,17	88,85%
	TOTAL	24.263.263,86	18.668.190,12	76,94%
2013	Correntes	12.368.905,00	12.726.223,74	102,89%
	Capital	7.409.486,00	5.464.039,71	73,74%
	Outras	1.140.463,60	1.246.340,24	109,28%
	TOTAL	20.918.854,60	19.436.603,69	92,91%

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Ao nível da despesa, a taxa de execução atingiu 76,59%, com as despesas correntes a cumprir 89,42% e as despesas de capital 61,58% do total do Orçamento Final, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

Quadro nº 8 – Evolução da Execução da Despesa (2010 a 2013) (u.m.: Euros)

Ano	Natureza	DESPESAS		
		Dotação Final	Execução	Tx Exec (%)
2010	Correntes	14.939.441,88	12.803.101,64	85,70%
	Capital	14.720.558,12	9.402.316,12	63,87%
	TOTAL	29.660.000,00	22.205.417,76	74,87%
2011	Correntes	11.864.667,00	10.286.081,11	86,70%
	Capital	14.665.833,00	7.101.205,46	48,42%
	TOTAL	26.530.500,00	17.387.286,57	65,54%
2012	Correntes	11.118.119,95	9.209.360,72	82,83%
	Capital	13.145.144,87	8.368.366,76	63,66%
	TOTAL	24.263.264,82	17.577.727,48	72,45%
2013	Correntes	11.278.287,12	10.085.243,40	89,42%
	Capital	9.640.567,48	5.936.879,05	61,58%
	TOTAL	20.918.854,60	16.022.122,45	76,59%

3.1.3. Relação Entre Receita e Despesa

► Saldo de gerência

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos recebimentos e pagamentos nos seus principais agregados de 2010 a 2013.

Quadro nº 9 – Recebimentos, Pagamentos e Saldos Orçamentais

(u.m : Euros)

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (VERTENTE CAIXA) (Unid. Monetário: Euros)	2010	2011	2012	2013
RECEITAS				
Receitas Correntes	11.455.286,00	11.853.948,00	10.522.439,07	12.726.223,74
Receitas de Capital	9.581.958,00	5.510.908,00	7.846.984,88	5.464.039,71
Reposições Abatidas nos Pagamentos	47.437,00	83.455,00	12.502,31	155.876,64
Saldo da Gerência Anterior	1.345.976,00	225.240,00	286.263,86	1.090.463,60
Total Recebimentos (Ano)	21.084.681,00	17.448.311,00	18.381.926,26	18.346.140,09
Total Recebimentos	22.430.657,00	17.673.551,00	18.668.190,12	19.436.603,69
DESPESAS				
Despesas Correntes	12.803.102,00	10.286.080,68	9.209.360,72	10.085.243,40
Despesas de Capital	9.402.316,00	7.101.205,46	8.368.366,76	5.936.879,05
Total Pagamentos	22.205.418,00	17.387.286,14	17.577.727,48	16.022.122,45
SALDOS ORÇAMENTAIS				
Saldo Corrente (Receitas Correntes + Despesas Correntes)	- 1.347.816,00	1.567.867,32	1.313.078,35	2.640.980,34
Saldo de Capital (Receitas de Capital + Despesas de Capital)	179.642,00	- 1.590.297,46	- 521.381,88	- 472.839,34
Saldo do Exercício (Saldo Corrente+Saldo de Capital+ Reposições não Abatidas nos Pag.tos)	- 1.120.737,00	61.024,86	804.198,78	2.324.017,64
Encargos Não Pagos*	2.081.943,40	2.609.374,80	840.256,88	338.098,30
Encargos transitados de anos anteriores	4.249.891,13	2.081.943,40	2.609.374,80	840.256,88
Saldo Real do Exercício (Saldo do exercício - Encargos não Pagos + Encargos transitados de exercícios anteriores)	1.047.210,73	- 466.406,54	2.573.316,70	2.826.176,22
Saldo Orçamental da Gerência (Saldo Inicial da Gerência/Saldo a Gerência anterior +Saldo do Exercício)	225.239,00	286.264,86	1.090.462,64	3.414.481,24

* corresponde à diferença entre o valor faturado e o valor pago - Posição do Orçamento da Despesa

Da análise do quadro nº9, verificamos que ao longo do último quadriénio, o Município de Estarreja, tem registado saldos de tesouraria positivos e que se avolumam de exercício em exercício económico, sendo de destacar o saldo da gerência 2013, o qual transitou para o exercício seguinte (ano 2014) no valor de 3.414.481,24€.

O indicador Saldo Real do Exercício incorpora encargos não pagos no exercício, sendo que este saldo tem conhecido uma trajetória um pouco diferente do saldo de gerência, dada a dívida a transitar para o ano seguinte e a dívida transitada de anos anteriores. O saldo real do exercício foi negativo no ano 2011, mas retomou saldos positivos logo no ano 2012, atingindo em 2013 os 2.826.176,00€.

► Evolução dos Fluxos Monetários (operações orçamentais)

Por forma a avaliar as fontes de financiamento do exercício, apresenta-se uma análise em termos de dotações orçamentais à evolução da variação de ativos que, durante o último quadriénio, tiveram reflexos no saldo final da conta de gerência. O objetivo é relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

A evolução dos fluxos monetários do último quadriênio, representados no Quadro 9 e Quadro 10, reflete uma evolução positiva da poupança corrente bruta, tendo mesmo superado no ano 2013 os 2,6M€, evidenciando níveis de receita corrente cobrada acima da despesa corrente paga. Muito longe está, já, o resultado corrente desequilibrado verificado no ano 2010.

Quadro nº 10 – Evolução dos Fluxos Financeiros

(unidade monetária : €uros)

	2010			2011			2012			2013		
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença
Saldo da Gerência Anterior	1.345.976,11		1.345.976,11	225.240,35		225.240,35	286.264,82		286.264,82	1.090.463,60		1.090.463,60
Corrente	11.455.286,88	12.803.101,64	-1.347.814,76	11.853.947,35	10.286.081,11	1.567.866,24	10.522.439,07	9.209.360,72	1.313.078,35	12.726.223,74	10.085.243,40	2.640.980,34
Capital	9.581.957,82	9.402.316,12	179.641,70	5.510.908,60	7.101.205,46	-1.590.296,86	7.846.984,88	8.368.366,76	-521.381,88	5.464.039,71	5.936.879,05	-472.839,34
Outras	47.437,30		47.437,30	83.455,09		83.455,09	12.502,31		12.502,31	155.876,64		155.876,64
TOTAL	22.430.658,11	22.205.417,76	225.240,35	17.673.551,39	17.387.286,57	286.264,82	18.668.191,08	17.577.727,48	1.090.463,60	19.436.603,69	16.022.122,45	3.414.481,24

No exercício económico de 2013, a receita corrente cobrada é superior ao montante de despesa corrente paga, o que traduz saldos correntes positivos, a designada poupança corrente bruta.

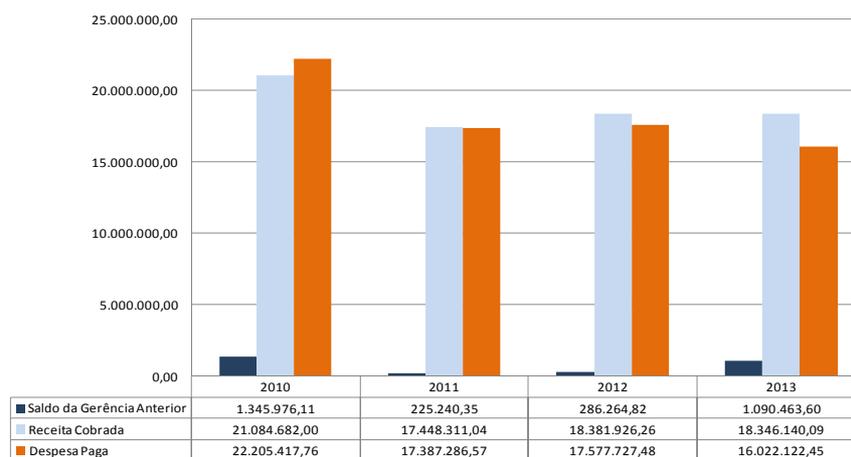
Ou seja, no ano de 2013, a receita corrente cobrada situou-se nos 12.726.223,74 € e a despesa corrente paga nos 10.085.243,40 €, o que permitiu obter uma considerável poupança corrente bruta de 2.640.980,34 €.

Comportamento inverso é evidenciado pelas rubricas de natureza de capital, uma vez que a receita cobrada é sempre inferior á despesa paga, apresentando-se sempre com variações negativas que só serão combatidas recorrendo à poupança corrente realizada no exercício e ao saldo da gerência anterior.

Neste exercício, o total da receita cobrada bruta atingiu 19.436.603,69 € e a despesa total paga 16.022.122,45 € gerando um **saldo para a gerência seguinte** de 3.414.481,24 €, bastante superior ao transitado da gerência de 2012, resultado sobremaneira influenciado pelas implicações financeiras decorrentes da entrada em vigor da LCPA.

O próximo gráfico ilustra a evolução destes fluxos nos últimos quatro anos:

Gráfico nº 3



Ao analisar o ano 2013 e na mesma lógica do registado no anterior exercício, conclui-se que a receita corrente cobrada superou a despesa corrente paga em 2.640.980,34€, demonstrando que parte substancial das despesas de capital são financiadas quer pela poupança corrente quer pelo saldo de gerência anterior.

► **Equilíbrio Orçamental**

O atual Plano Oficial Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e algumas disposições legais anteriores preveem o princípio do equilíbrio orçamental, estabelecendo que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, impondo que as receitas correntes sejam pelo menos, iguais às despesas correntes.

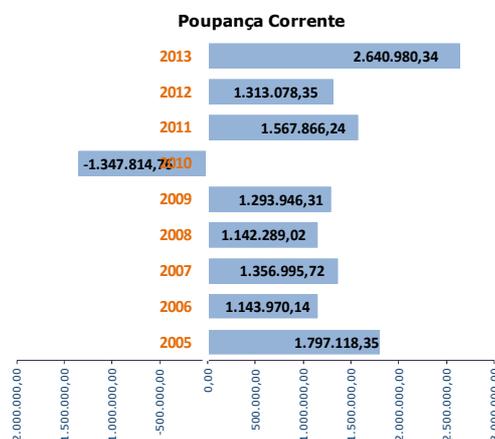
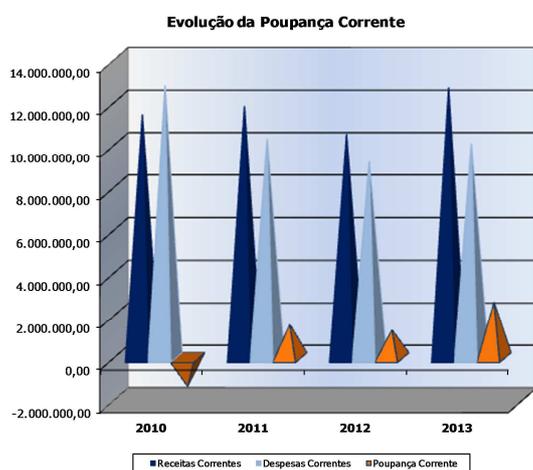
Esta imposição legal, em termos de execução orçamental, funciona como forma de contenção do *deficit* orçamental e, simultaneamente, de formação da poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

Com este princípio orçamental, pretende-se afetar ao investimento a globalidade da receita de capital e ainda uma percentagem da receita denominada Poupança Corrente.

A execução do orçamento do Município de Estarreja cumpre este princípio orçamental, com formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

A poupança corrente bruta no exercício 2013 foi favorável no valor de 2.640.980,34€.

Gráficos nº 4 e 5



Se à poupança corrente bruta acrescentarmos o valor das dívidas correntes transitadas do exercício anterior bem como o montante da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício e retirarmos o valor das dívidas correntes que transitam para a gerência seguinte, obtemos a poupança corrente do exercício que permite uma análise mais rigorosa da capacidade de auto financiamento do Município do Estarreja. No exercício de 2013, a poupança líquida corrente do exercício manteve-se positiva mas um nível superior, tendo atingido um valor favorável (positivo) que ascendeu a €3.174.228,43, contra os €2.640.980,34.

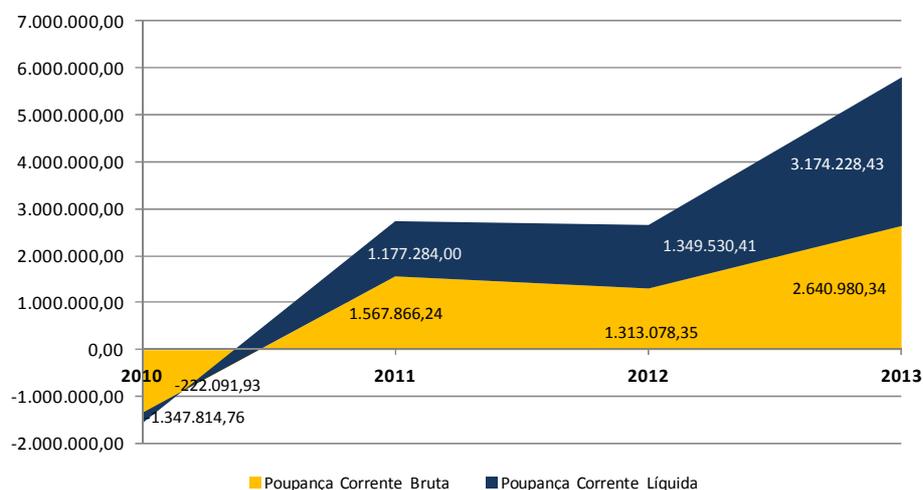
Quadro nº 11 - Poupança Líquida Corrente do Exercício

(unidade monetária : Euros)

Designação	2010	2011	2012	2013
Receita Corrente Executada	11.455.286,88	11.853.947,35	10.522.439,07	12.726.223,74
Despesa Corrente Executada	12.803.101,64	10.286.081,11	9.209.360,72	10.085.243,40
Poupança Corrente Executada	-1.347.814,76	1.567.866,24	1.313.078,35	2.640.980,34
Dívida Corrente Transitada da Gerência anterior	975.458,69	543.691,71	370.888,44	517.802,36
Dívida Corrente Transitada para Gerência seguinte	543.691,71	370.888,44	517.802,36	174.358,29
Receita Corrente Liquidada e não cobrada da gerência anterior	645.325,87	1.339.281,72	775.896,21	959.262,19
Receita Corrente Liquidada e não cobrada para a gerência seguinte	1.339.281,72	775.896,21	959.262,19	1.149.066,21
Poupança Corrente do Exercício	-222.091,93	1.177.284,00	1.349.530,41	3.174.228,43

De assinalar que no cálculo da poupança líquida apenas foram consideradas as receitas correntes liquidadas e não cobradas no próprio exercício, pelo que tais receitas estão deduzidas do montante transitado da gerência anterior.

Gráfico nº 6 – Evolução de Poupança Corrente



► **Equilíbrio Orçamental em sentido substancial**

O Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial pode ser aferido numa ótica de *Execução Autónoma do Ano*, ou seja, avaliando a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano ou, pode ser aferido numa ótica de *Execução Global* através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano.

Neste considerando, apresenta-se o quadro 12 que pretende demonstrar o grau de cumprimento daquele princípio

Quadro nº 12 – Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial

CONTROLO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL				
	2010	2011	2012	2013
Receita Cobrada	21 084 682	17 448 310	18 381 926	18 346 140
Corrente	11 455 287	11 853 947	10 522 439	12 726 224
Capital	9 581 958	5 510 908	7 846 985	5 464 040
Outras Receitas	47 437	83 455	12 502	155 877
Despesa Paga	22 205 418	17 387 286	17 577 726	16 022 122
Corrente	12 803 102	10 286 081	9 209 361	10 085 243
Capital	9 402 316	7 101 205	8 368 366	5 936 879
Saldo Final de Operações Orçamentais	1 345 976	225 240	286 264	1 090 464
Divida Transitada (Outras dividas a 3^{os} de Curto Prazo)- Balancete de terceiros				
Da Gerência Anterior	7 107 570	4 477 349	4 654 780	2 761 850
Para a Gerência Seguinte	4 477 349	4 654 780	2 761 850	1 821 629
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)	107,71%	99,34%	117,20%	121,64%
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)	84,06%	80,18%	91,78%	108,93%

Da análise dos dados apresentados permite concluir que no ano 2013 o Princípio do Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial foi integralmente cumprido, quer no que toca à execução autónoma do ano (114,16%) quer no que toca à execução global do ano (110,99%).

Importa anotar a evolução positiva verificada nos últimos anos, em especial o comportamento decrescente da dívida transitada que no ano de 2013 registou numa diminuição de 1.892.930,00€ face a 2012 e que influenciou claramente os rácios de equilíbrio orçamental em sentido substancial.

3.1.4. Movimentos de Tesouraria

➤ Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa espelha os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício e que estão associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), sendo demonstrados neste documento, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As operações de tesouraria são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais que os serviços autárquicos realizam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

Quadro nº 13 - Mapa Fluxos de Caixa

(unidade monetária : Euros)

Mapa de Fluxos de Caixa - Resumo					
RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR			1.243.835,16	DESPESAS ORÇAMENTAIS	16.022.122,45
Da Conta de Execução Orçamental	1.090.463,60			Correntes	10.085.243,40
Operações Tesouraria	153.371,56			Capital	5.936.879,05
RECEITAS ORÇAMENTAIS			18.346.140,09	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	1.005.463,98
Correntes	12.726.223,74			Operações de Tesouraria	1.005.463,98
Capital	5.464.039,71				
Outras	155.876,64				
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS			1.015.052,77	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	3.577.441,59
Operações de Tesouraria	1.015.052,77			Da Conta Execução Orçamental	3.414.481,24
				Da Conta Oper. Tesouraria	162.960,35
TOTAL			20.605.028,02	TOTAL	20.605.028,02

Da apreciação dos movimentos financeiros ocorridos gerência de 2013 pode-se concluir:

- As entradas de fundos ascenderam a 20.605.028,02€, sendo 18.346.140,09€ provenientes de receitas orçamentais e 1.015.052,77€ de operações de tesouraria (dotações não orçamentais);
- Por sua vez, as saídas de fundos somaram 17.027.586,43 €, dos quais 16.022.122,45€ resultam de despesas orçamentais (correntes e de capital) e o residual de despesa não orçamentais;
- Do saldo inicial dos Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa de 1.243.835,16€, 1.090.463,60€ corresponderam a execução orçamental.
- O saldo final da gerência do ano 2013, evidenciado pela análise dos fluxos de caixa, perfaz um total de 3.577.441,59€, sendo 3.414.481,24€ decorrentes da execução orçamental e 162.960,35€ de operações de tesouraria.

Quadro nº 14 – Resumo dos Fluxos de Caixa

(unidade monetária : Euros)

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
(1) Saldo transitado de 2012	1.090.463,60	153.371,56	1.243.835,16
(2) Receitas Arrecadadas	18.346.140,09	1.015.052,77	19.361.192,86
(3) Despesas Pagas	16.022.122,45	1.005.463,98	17.027.586,43
Saldo a transitar para 2014 (1+2-3)	3.414.481,24	162.960,35	3.577.441,59

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos no ano 2013 verifica-se que a despesa global paga foi inferior à receita global cobrada em 2.333.606,43€. No entanto, se a este valor se acrescentar o saldo inicial de 1.243.825,16€, obtemos o saldo final da gerência a transitar para o exercício económico seguinte no valor global de 3.577.441,59€.

Conclui-se pois, que o valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permite obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Este saldo final da gerência do ano 2013 do Mapa de Fluxos de Caixa corresponde ao valor das disponibilidades em balanço, o qual totaliza 3.577.441,59€, dos quais 3.414.481,24€ respeita a saldo de gerência decorrente da execução orçamental e 162.960,35€ a saldo de operações de tesouraria (operações extra-orçamentais).

O saldo orçamental positivo de €3.414.481,24€ corresponde a 18,6% da receita orçamental total.

Em relação ao saldo das operações de tesouraria evidenciado existiu um aumento no saldo da gerência que transita para o ano seguinte, conforme discriminado no mapa resumo seguinte

Quadro nº 15 – Resumo das Operações de Tesouraria

(unidade monetária : Euros)

DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	Saldo da Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
21 CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES		32.123,56	0,00	0,00		32.123,56
21.7 Clientes e Utentes C/ Cauções		32.123,56	0,00	0,00		32.123,56
21.7.1 Cauções de água		31.664,41	0,00	0,00		31.664,41
21.7.2 Preparos para processos licenciamento sanitários		459,15	0,00	0,00		459,15
24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		51.716,43	899.650,43	909.215,22		61.281,22
24.2 Retenção de impostos sobre rendimentos		26.066,63	478.583,25	487.383,74		34.867,12
24.2.1 Trabalho dependente		22.686,00	412.581,00	420.043,00		30.148,00
24.2.2 Rendimentos Profissionais		3.380,63	40.626,25	40.019,74		2.774,12
24.2.6 IRS - Sobretaxa Extraordinária		0,00	25.376,00	27.321,00		1.945,00
24.4 Restantes impostos		179,06	1.102,53	959,02		35,55
24.4.1 Imposto de selo		179,06	1.102,53	959,02		35,55
24.5 Contribuições para a Segurança Social		23.123,25	382.621,80	384.312,71		24.814,16
24.5.1 Caixa Geral de Aposentações		18.919,22	272.355,47	273.642,90		20.206,65
24.5.2 Segurança Social		4.204,03	59.141,16	59.544,64		4.607,51
24.5.3 Assistência na doença dos funcionários públicos		0,00	51.125,17	51.125,17		0,00
24.9 Outras Contribuições		2.347,49	37.342,85	36.559,75		1.564,39
24.9.1 Multas e Coimas		600,00	1.319,28	719,28		0,00
24.9.9 Outras		1.747,49	36.023,57	35.840,47		1.564,39
26 OUTROS DEVEDORES E CREDITORES		69.531,57	105.813,55	105.837,55		69.555,57
26.1 Fornecedores de Imobilizado		27.523,29	150,00	0,00		27.373,29
26.1.2 Fornecedores de Imobilizado c/ garantias		27.523,29	150,00	0,00		27.373,29
26.2 Pessoal		12.934,75	0,00	1.315,13		14.249,88
26.2.9 Outras operações com o pessoal		12.934,75	0,00	1.315,13		14.249,88
26.3 Sindicatos		463,38	5.810,71	5.879,30		531,97
26.8 Devedores e Creditores diversos		28.610,15	99.852,84	98.643,12		27.400,43
26.8.7 Devedores e Creditores Diversos - OT		28.610,15	99.852,84	98.643,12		27.400,43
26.8.8 Devedores e Creditores Diversos - Outros		0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL		153.371,56	1.005.463,98	1.015.052,77		162.960,35

No âmbito das **Operações Não Orçamentais**, as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município da Estarreja realizaram para terceiros, ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

Da observação do quadro 15, verifica-se que no exercício de 2013 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades fixaram-se em 1.005.463,98 €, enquanto os movimentos de saída perfizeram o montante de 1.015.052,77€. Grande parte destes movimentos são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, nomeadamente em matéria de retenção de

impostos sobre rendimento e contribuições para a Segurança Social, assim, o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é reduzido uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

Apesar da sua natureza não orçamental, estes fluxos de entrada e a saída de fundos, tal como nas operações de carácter orçamental, são sempre documentados, respetivamente por guia de recebimento e ordem de pagamento.

➤ **Contas de Ordem**

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar os factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. São objeto de registo nestas contas: garantias e/ou cauções tituladas a favor da autarquia; as garantias tituladas pela autarquia a favor de terceiros; e a cobrança de receita virtual (os chamados recibos para cobrança).

O Quadro nº16 reflete os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro nº 16 – Resumo das Contas de Ordem

(unidade monetária : Euros)

Saldo da Gerência Anterior		3.757.182,88	Garantias e Cauções Accionadas		0,00
			Garantias e Cauções Devolvidas		449.367,00
Garantias e cauções	3.196.080,12				
Recibos para cobrança	561.102,76		Receita Virtual Cobrada	19.512,88	
			Receita Virtual Anulada	110,72	19.623,60
Garantias e Cauções Prestadas		507.732,46			
Receita Virtual Liquidada		150,95	Saldo para a Gerência Seguinte		3.796.075,69
			Garantias e Cauções	3.254.445,58	
			Recibos para cobrança	541.630,11	
TOTAL		4.265.066,29	TOTAL		4.265.066,29
		=====			=====

No início do ano de 2013, a autarquia detinha cerca de 561.102,76€ recibos de cobrança (receita virtual), a que acresceu durante o ano o montante de 150,95€. No entanto, 19.512,88€ foram transformados em receita efetiva e foram anulados 110,72€, pelo que transitam para 2013 um valor de débitos ao tesoureiro que totaliza o montante de 541.630,11€.

Por outro lado, para 2013 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos €3.254.445,58 resultante de um saldo inicial de €3.196.080,12, a que deduziram da libertação de cauções em €449.367,00.

2.1. RECEITA

2.1.1. Execução Orçamental da Receita

A análise da execução do orçamento da receita revela uma ligeira diminuição dos valores absolutos arrecadados em 2013, em contraponto com o verificado no último exercício. Esse decréscimo redundou numa receita de €18.190.263,45, que equivale a uma taxa de execução do orçamento da receita de 88,09 p.p..

Quadro nº 17– Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução

(unidade monetária : Euros)

ORÇAMENTO DA RECEITA	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Orçamento	30.470.257,93	33.748.806,00	31.005.976,00	26.755.740,00	24.263.263,86	20.918.854,60
Execução	21.358.492,00	22.593.192,00	22.430.658,00	17.673.550,00	18.668.190,12	19.436.603,69
%	70,10%	66,95%	72,34%	66,06%	76,94%	92,91%

Gráfico nº 7- Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução

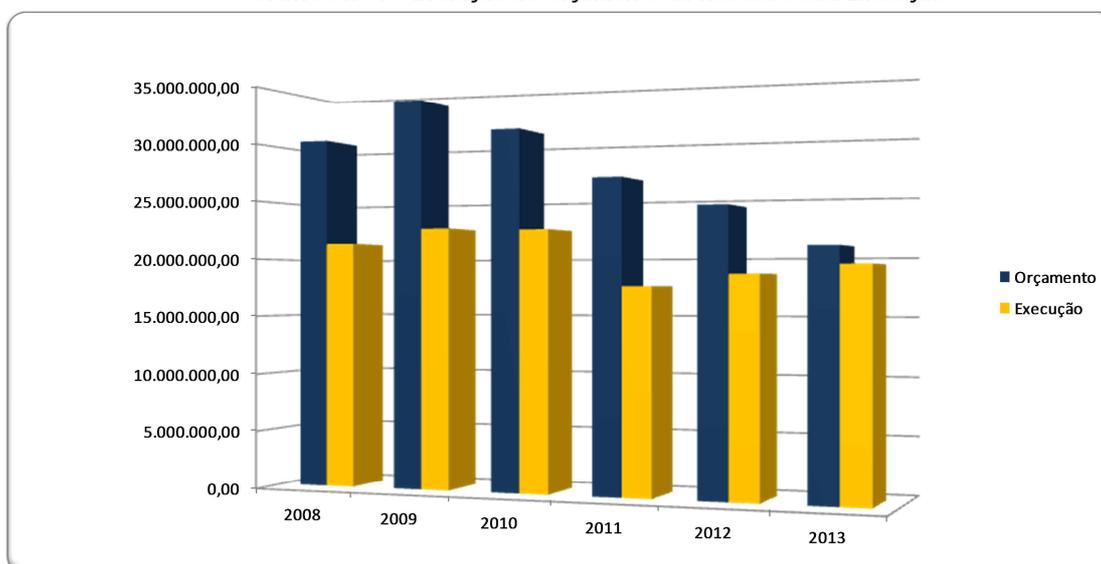
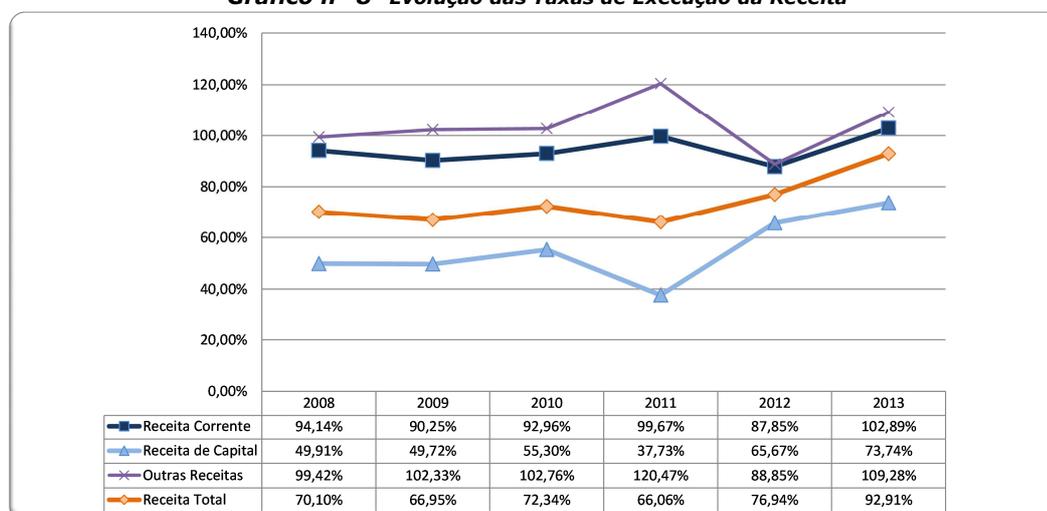


Gráfico nº 8- Evolução das Taxas de Execução da Receita



Quadro nº18 - Execução das Receitas

(unidade monetária : €uros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	12.368.905,00	12.368.905,00	12.726.223,74	357.318,74	102,89%	102,89%
Impostos Directos	3.421.250,00	3.421.250,00	4.120.643,81	699.393,81	120,44%	120,44%
Imposto municipal sobre Imóveis	1.850.000,00	1.850.000,00	2.407.462,86	557.462,86	130,13%	130,13%
Imposto Único de Circulação	460.000,00	460.000,00	613.489,57	153.489,57	133,37%	133,37%
Imposto municipal s/ transmissões	416.000,00	416.000,00	307.720,17	-108.279,83	73,97%	73,97%
Derrama	693.250,00	693.250,00	791.917,27	98.667,27	114,23%	114,23%
Impostos abolidos	1.500,00	1.500,00	53,94	-1.446,06	3,60%	3,60%
Impostos Directos Diversos	500,00	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00%
Impostos Indirectos	540.450,00	540.450,00	355.267,73	-185.182,27	65,74%	65,74%
Taxas, Multas e Outras Penal.	180.580,00	180.580,00	102.762,33	-77.817,67	56,91%	56,91%
Rendimentos de Propriedade	705.200,00	705.200,00	874.555,86	169.355,86	124,02%	124,02%
Transferências Correntes	6.487.025,00	6.487.025,00	6.271.853,99	-215.171,01	96,68%	96,68%
Venda de Bens e Serviços Correntes	879.350,00	879.350,00	895.376,00	16.026,00	101,82%	101,82%
Outras Receitas Correntes	155.050,00	155.050,00	105.764,02	-49.285,98	68,21%	68,21%
Receitas de Capital	8.281.095,00	7.409.486,00	5.464.039,71	-1.945.446,29	65,98%	73,74%
Venda de Bens de Investimento	335.500,00	335.500,00	45.909,00	-289.591,00	13,68%	13,68%
Transferências de Capital	4.649.130,00	4.649.130,00	3.537.032,06	-1.112.097,94	76,08%	76,08%
Passivos Financeiros	1.795.660,00	1.795.660,00	687.471,65	-1.108.188,35	38,29%	38,29%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	1.795.660,00	1.795.660,00	687.471,65	-1.108.188,35	38,29%	38,29%
Outras Receitas de Capital	1.500.805,00	629.196,00	1.193.627,00	564.431,00	79,53%	189,71%
Outras Receitas	50.000,00	1.140.463,60	1.246.340,24	105.876,64	249,26%	109,28%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50.000,00	50.000,00	155.876,64	105.876,64	311,75%	311,75%
Saldo da Gerência Anterior		1.090.463,60	1.090.463,60	0,00		100,00%
Total da receita	20.700.000,00	20.918.854,60	19.436.603,69	-1.482.250,91	93,90%	92,91%

Com base no quadro nº17, comparando o valor orçado das Receitas Totais (€20.918.854,60), com o efetivamente arrecadado (€19.436.603,69) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das receitas de 92,91 %, ou seja, o valor da cobrança efetiva foi inferior ao previsto em €1.482.250,91.

Relativamente às Receitas Correntes, verificou-se que a totalidade das receitas, efetivamente cobradas, é superior às orçadas, em €357.318,74, correspondendo a uma taxa de execução do orçamento das receitas correntes de 102,89%, com um desvio de 2,89 p.p..

Para esta taxa de execução da receita corrente, destaque para o desempenho do Imposto Único de Circulação (+33,37 p.p.), do IMI (+30,13 p.p.) e dos Rendimentos de Propriedade (+24,02 p.p.). Das rubricas que tiveram um desempenho desfavorável, destaque para as Taxas, Multas e Outras Penalidades (-43,09 p.p.), os Impostos Indiretos (-34,26 p.p.) e o Imposto Municipal sobre Transmissões (-26,03 p.p.).

No geral as Receitas de Capital cobradas foram inferiores às orçadas, em €1.945.446,29, correspondendo a uma taxa de execução de 73,74%.

O detalhe das receitas de capital, mostra o fraco desempenho face às previsões da Venda de Bens de Investimento (-86,32 p.p.), Transferências de Capital (-23,92 p.p.) e Passivos Financeiros (-61,71 p.p.). As duas primeiras situações prendem-se com a conjuntura económica, que limita as condições de investimento face às incertezas dos demais agentes e impedem o normal nível de transferências para o Município, com atraso no encaixe de financiamentos comunitários.

No que se refere às Outras Receitas, verificou-se que as receitas cobradas foram superiores às orçadas, em €105.876,64, correspondendo a uma taxa de execução de 109,28%.

2.1.2. Estrutura e Evolução da Receita

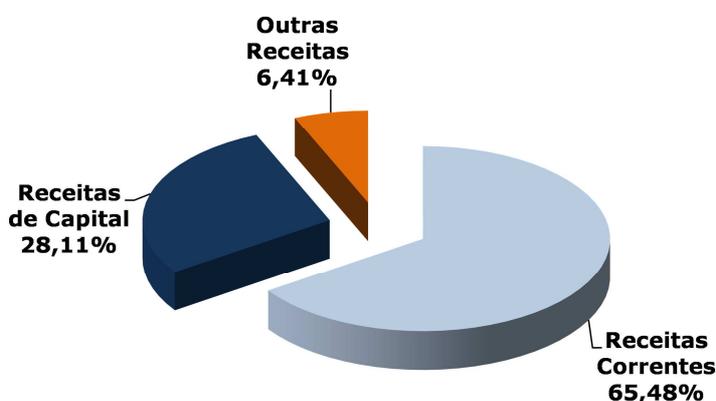
Com base nos valores descritos no quadro nº18 e atendendo à estrutura primária das receitas, verifica-se que no exercício económico de 2013, o Município de Estarreja arrecadou €12.726.223,74 de Receitas Correntes, €5.464.039,71 de Receitas de Capital e €1.246.340,24 de Outras Receitas, perfazendo um total de €19.436.340,24 de Receitas Municipais. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um acréscimo de receitas arrecadadas de 4,12%.

Quadro nº 19- Evolução da Receita (2012/2013)

(unidade monetária : Euros)

	2012	2013	%	Desvio	Tx Cresc.
Receitas Correntes	10.522.439,07	12.726.223,74	65,48%	2.203.784,67	20,94%
Receitas de Capital	7.846.984,88	5.464.039,71	28,11%	-2.382.945,17	-30,37%
Outras Receitas	298.767,13	1.246.340,24	6,41%	947.573,11	317,16%
Receitas Totais	18.668.191,08	19.436.603,69	100,00%	768.412,61	4,12%

Gráfico nº 9- Estrutura Interna das Receitas 2013



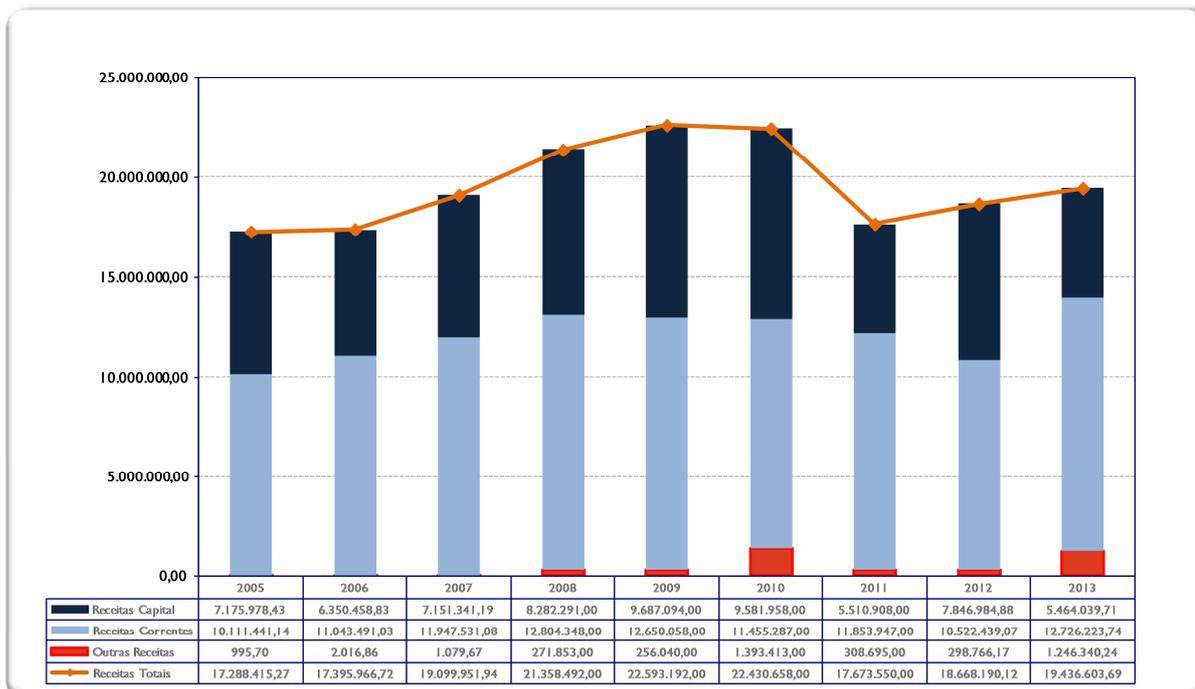
Constata-se que 65,48% das Receitas Totais são relativas a Receitas de natureza corrente, as Receitas de Capital representam 28,11%, enquanto as Outras Receitas correspondem a 6,41% das Receitas Totais arrecadadas pelo município no ano de 2013.

Comparativamente com o ano 2012 verifica-se que as Receitas de Capital diminuíram cerca de 42,39%, tendo as Receitas Correntes aumentado 20,94%. Quanto às Outras Receitas, podemos confirmar que as mesmas cresceram 317,16%, justificado especialmente pela incorporação do saldo de gerência anterior que registou um enorme aumento.

Verifica-se até 2009 um crescimento da receita total do Município de Estarreja, com uma ligeira diminuição em 2010 e o agravamento desta queda em 2011. No entanto, durante os anos de 2012 e 2013 esta tendência foi corrigida, tendo-se conseguido registar um novo aumento das receitas.

Importa referir que em 2013 as autarquias locais continuaram a sentir os efeitos dos Planos de Estabilidade e Crescimento tendo este Município sido penalizado, ao receber o mesmo valor de fundos provenientes do Orçamento de Estado, comparativamente a 2012. Apesar de este valor se manter inalterado, quando comparado com o ano de 2009, verifica-se que as transferências de fundos do OE para este Município diminuíram €797.903,00.

Gráfico nº 9 – Evolução das Receitas (2005-2013)



Em termos globais, a taxa de execução das Receitas Totais apresenta um acréscimo de cerca de 15,97 pontos percentuais, relativamente ao verificado no ano anterior. No entanto, se optarmos, por decompor a Receita nos seus principais itens – Receitas Correntes e Receitas de Capital – podemos constatar que o seu desempenho foi semelhante quando comparada com o ano anterior. Enquanto as receitas correntes apresentaram uma execução superior à do ano 2012 em 15,04 p.p., as receitas de capital assistiram a um crescimento mais ligeiro da sua execução com um aumento de 8,07 p.p..

Quadro nº20 - Execução Homóloga da Receita

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2012				2013				A Exec 2012/2013	Tx Crescито
	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução		
Receitas Correntes	11.978.311,00	10.522.439,07	-1.455.871,93	87,85%	12.368.905,00	12.726.223,74	357.318,74	102,89%	2.203.784,67	20,94%
Impostos Directos	4.007.500,00	3.161.963,88	-845.536,12	78,90%	3.421.250,00	4.120.643,81	699.393,81	120,44%	958.679,93	30,32%
Imposto municipal sobre Imóveis	2.130.000,00	1.903.364,39	-226.635,61	89,36%	1.850.000,00	2.407.462,86	557.462,86	130,13%	504.098,47	26,48%
Imposto Único Circulação	425.000,00	492.733,36	67.733,36	115,94%	460.000,00	613.489,57	153.489,57	133,37%	120.756,21	24,51%
Imposto municipal s/ transmissões onerosas	580.000,00	273.215,56	-306.784,44	47,11%	416.000,00	307.720,17	-108.279,83	73,97%	34.504,61	12,63%
Derrama	870.000,00	491.213,47	-378.786,53	56,46%	693.250,00	791.917,27	98.667,27	114,23%	300.703,80	61,22%
Impostos abolidos	2.000,00	1.437,10	-562,90	71,86%	1.500,00	53,94	-1.446,06	3,60%	-1.383,16	-96,25%
Impostos Directos Diversos	500,00	0,00	-500,00	0,00%	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00	n.a.
Impostos Indirectos	802.500,00	414.422,52	-388.077,48	51,64%	540.450,00	355.267,73	-185.182,27	65,74%	-59.154,79	-14,27%
Taxas, Multas e Outras Penal.	195.200,00	152.672,35	-42.527,65	78,21%	180.580,00	102.762,33	-77.817,67	56,91%	-49.910,02	-32,69%
Rendimentos de Propriedade	568.000,00	493.096,37	-74.903,63	86,81%	705.200,00	874.555,86	169.355,86	124,02%	381.459,49	77,36%
Transferências Correntes	5.227.811,00	5.269.867,07	42.056,07	100,80%	6.487.025,00	6.271.853,99	-215.171,01	96,68%	1.001.986,92	19,01%
Venda de Bens e Serviços Correntes	939.300,00	876.530,81	-62.769,19	93,32%	879.350,00	895.376,00	16.026,00	101,82%	18.845,19	2,15%
Outras Receitas Correntes	238.000,00	153.886,07	-84.113,93	64,66%	155.050,00	105.764,02	-49.285,98	68,21%	-48.122,05	-31,27%
Receitas de Capital	11.948.689,00	7.846.984,88	-4.101.704,12	65,67%	7.409.486,00	5.464.039,71	-1.945.446,29	73,74%	-2.382.945,17	-30,37%
Venda de Bens de Investimento	1.407.881,00	24.194,76	-1.383.686,24	1,72%	335.500,00	45.909,00	-289.591,00	13,68%	21.714,24	89,75%
Transferências de Capital	7.891.803,00	6.550.595,10	-1.341.207,90	83,01%	4.649.130,00	3.537.032,06	-1.112.097,94	76,08%	-3.013.563,04	-46,00%
Passivos Financeiros	457.000,00	400.585,76	-56.414,24	87,66%	1.795.660,00	687.471,65	-1.108.188,35	38,29%	286.885,89	71,62%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	457.000,00	400.585,76	-56.414,24	87,66%	1.795.660,00	687.471,65	-1.108.188,35	38,29%	286.885,89	71,62%
Outras Receitas de Capital	2.192.005,00	871.609,26	-1.320.395,74	39,76%	629.196,00	1.193.627,00	564.431,00	189,71%	322.017,74	36,95%
Outras Receitas	336.264,82	298.767,13	-37.497,69	88,85%	1.140.463,60	1.246.340,24	105.876,64	109,28%	947.573,11	317,16%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50.000,00	12.502,31	-37.497,69	25,00%	50.000,00	155.876,64	105.876,64	311,75%	143.374,33	1146,78%
Saldo da Gerência Anterior	286.264,82	286.264,82	0,00	100,00%	1.090.463,60	1.090.463,60	0,00	100,00%	804.198,78	280,93%
Total da receita	24.263.264,82	18.668.191,08	-4.274.678,00	76,94%	20.918.854,60	19.436.603,69	-1.482.250,91	92,91%	768.412,61	4,12%

A decomposição dos agregados da receita, mostra que os **Impostos Diretos** registaram uma subida de 30,32% traduzindo um aumento de arrecadação de receita face a 2012 de €958.679,93, e que são reflexo do forte crescimento registado na Derrama (+61,22 p.p.) e do Imposto Municipal sobre Imóveis (+26,48 p.p.).

No que concerne ao capítulo de **Impostos Indiretos** constata-se uma diminuição de 14,27 p.p. com relevo para o forte desempenho da rubrica Ocupação de Via Pública (-49,28 p.p.).

O capítulo de **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, que traduzem na generalidade as operações com os particulares, conheceu uma óbvia quebra (-32,69 p.p.).

Os **Rendimentos de Propriedade** conheceram um acréscimo significativo (77,36 p.p.) justificado essencialmente pela distribuição de dividendos da ADRA, ERSUC e Lusitânia Gás.

As **Transferências Correntes** apresentaram um aumento de 19,01 p.p. que resulta essencialmente do acréscimo das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro, com uma variação em termos absolutos no valor de €1.116.330,00 (33,33 p.p.).

Relativamente às **Vendas de Bens e Serviços Correntes**, cuja evolução homóloga aponta para um ligeiro acréscimo de 2,15 p.p., reflexo da conjunta de austeridade e restrição inerente á crise financeira que caracteriza a economia nacional e internacional, originando retracção no consumo das famílias com efeitos evidentes na venda dos "produtos" e "serviços" prestados pelos município.

Passando para as receitas de capital, começamos pela análise da rubrica de **Venda de Bens de Investimento** que apresenta um desempenho melhor do que o registado no ano anterior, com um aumento significativo de 89,75 p.p. contra o decréscimo de 96,37 p.p. verificado em 2012.

O capítulo das **Transferências de Capital** sofreu um decréscimo de 46,00 p.p. por via da menor execução financeira de projetos QREN, permitindo arrecadar um valor de €2.388.895,12 referente a comparticipação comunitária. Importa também referir que esta diminuição das **Transferências de Capital** resulta também da diminuição das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro, com uma variação de €1.116.330,00 (-50,00 p.p.).

As receitas arrecadadas (€ 687.471,65) na rubrica **Passivos Financeiros** dizem respeito a utilização de capital do empréstimo afeto aos investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos de 2012, nomeadamente a *Construção da Escola Básica e Integrada com Jardim de Infância a Sul do Concelho - Salreu, Aquisição de Equipamento para a Escola Básica e Integrada com Jardim de Infância a Sul do Concelho, Construção da Rua a Nascente da Escola EBI a Sul do Concelho, Construção da Área Social do Eco-Parque Empresarial de Estarreja, Aquisição de Terrenos no Eco-Parque Empresarial de Estarreja e Alargamento e Beneficiação da Rua Dr. Tavares da Silva*.

Pela análise do quadro nº 21, apresentado de seguida, constata-se que os capítulos Transferências Correntes e de Capital, representam a principal força de financiamento do Município com 50,47 p.p., seguido dos Impostos Diretos com 21,20 p.p. e das Venda de Bens e Serviços Correntes com 4,61 p.p..

As Transferências – Correntes e Capital – têm um peso importante na estrutura da Receita, com uma clara vantagem das correntes, mostrando uma certa dependência que a autarquia tem perante os Fundos Municipais (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Direta e Variável no IRS). De salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela cada vez maior nas transferências correntes.

Quadro nº 21 - Estrutura da Receita executada em 2013

(unidade monetária : €uros)

Receitas Correntes				Receitas de Capital				Outras Receitas			
Designação	Valor	%/RCor	% TOTAL	Designação	Valor	%/Rcap	% TOTAL	Designação	Valor	%/ORec	% TOTAL
Impostos Directos	4.120.643,81	32,38%	21,20%	Venda de Bens de Investimento	45.909,00	0,84%	0,24%	Outras Receitas	1.246.340,24	100,00%	6,41%
Imposto municipal sobre imóveis	2.407.462,86	18,92%	12,39%	Transferências de Capital	3.537.032,06	64,73%	18,20%	Reposições não abatidas nos pag.	155.876,64	12,51%	0,80%
Imposto Único de Circulação	613.489,57	4,82%	3,16%	F.E.F.	1.116.330,00	20,43%	5,74%	Saldo da Gêrencia Anterior	1.090.463,60	87,49%	5,61%
Imposto munic s/ transm. onerosas	307.720,17	2,42%	1,58%	Outras	2.420.702,06	44,30%	12,45%				
Derrama	791.917,27	6,22%	4,07%	Passivos Financeiros	687.471,65	12,58%	3,54%				
Impostos abolidos	53,94	0,00%	0,00%	Emp. Contraídos a M/L Prazo	687.471,65	12,58%	3,54%				
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%	0,00%	Outras Receitas de Capital	1.193.627,00	21,85%	6,14%				
Impostos Indirectos	355.267,73	2,79%	1,83%				0,00%				
Taxas, Multas e Outras Penal.	102.762,33	0,81%	0,53%				0,00%				
Rendimentos de Propriedade	874.555,86	6,87%	4,50%								
Transferências Correntes	6.271.853,99	49,28%	32,27%								
F.E.F.+ F.S.M.+ P.F.I.R.S	5.596.470,00	43,98%	28,79%								
Outras	675.383,99	5,31%	3,47%								
Venda de Bens e Serviços Correntes	895.376,00	7,04%	4,61%								
Venda de Bens	8.452,94	0,07%	0,04%								
Prestações de Serviços	850.635,25	6,68%	4,38%								
Rendas e Alugueres	36.287,81	0,29%	0,19%								
Outras Receitas Correntes	105.764,02	0,83%	0,54%								
Totais de Receitas Correntes	12.726.223,74	100,00%	65,48%	Totais de Receitas de Capital	5.464.039,71	100,00%	28,11%	Totais de Outras Receitas	1.246.340,24	100,00%	6,41%
TOTAL DAS RECEITAS				19.436.603,69							

Os fundos oriundos da cobrança de Impostos Directos, detêm um peso significativo no cômputo geral das receitas angariadas no ano de 2013, representando 32,38% das Receitas Correntes e 21,20% das Receitas Totais.

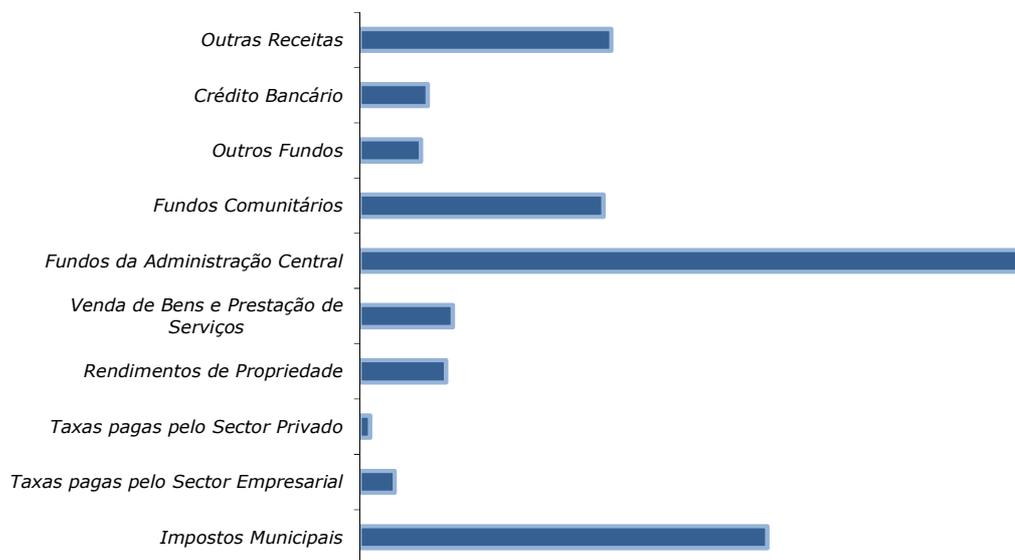
A repartição das receitas globais angariadas no ano 2013 podem ser vistas de outra forma conforme o descrito no gráfico e quadro apresentado de seguida.

Quadro nº 22

(unidade monetária : €uros)

Repartição das Receitas	Valor	%
Impostos Municipais	4.120.643,81	21,20%
Taxas pagas pelo Sector Empresarial	355.267,73	1,83%
Taxas pagas pelo Sector Privado	102.762,33	0,53%
Rendimentos de Propriedade	874.555,86	4,50%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	941.285,00	4,84%
Fundos da Administração Central	6.727.203,14	34,61%
Fundos Comunitários	2.463.076,28	12,67%
Outros Fundos	618.606,63	3,18%
Crédito Bancário	687.471,65	3,54%
Outras Receitas	2.545.731,26	13,10%
Total da receita	19.436.603,69	100,00%

Gráfico nº10



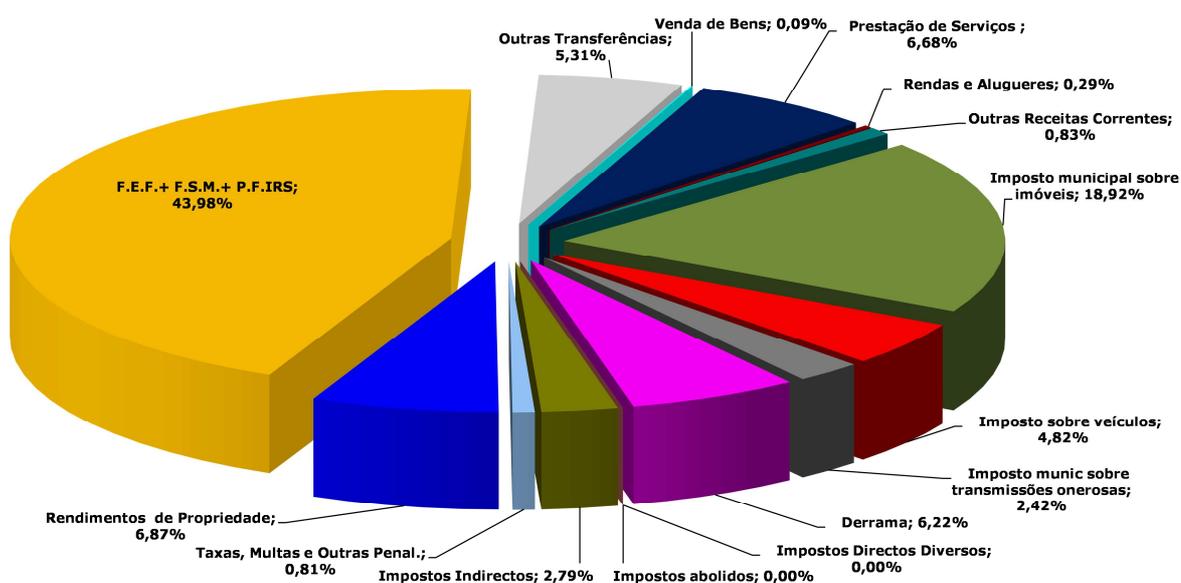
2.1.3. Análise das Receitas Correntes

A repartição das receitas de natureza corrente arrecadas pelo município no ano 2013, encontra-se descrita no gráfico nº 11.

Da análise do gráfico seguinte, destacam-se as receitas provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS) que constituem 43,98% das Receitas Correntes. De destacar igualmente o somatório dos Impostos Diretos (Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Sobre Veículos, Imposto Municipal de sobre Transmissões Onerosas (IMT) e Derrama), que representam 32,38% das Receitas Correntes.

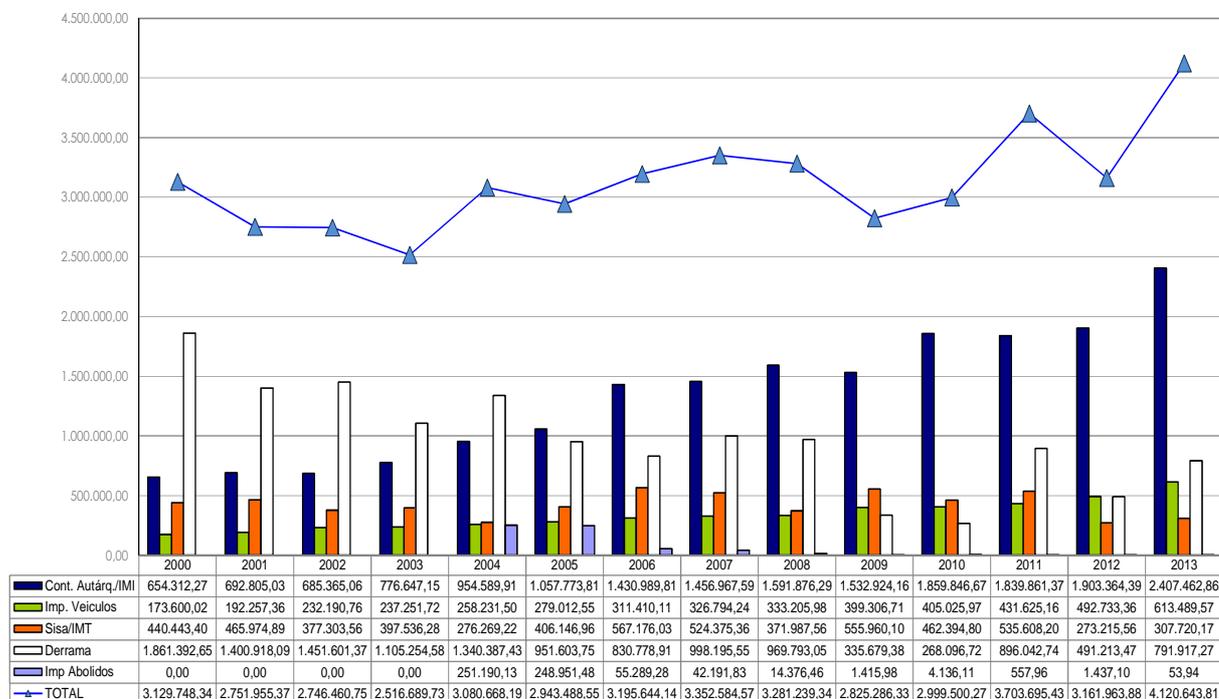
A venda de bens e serviços correntes merece igualmente uma referência, pois conforme se pode verificar, apresenta um peso de 7,04% do total das Receitas Correntes.

Gráfico nº 11



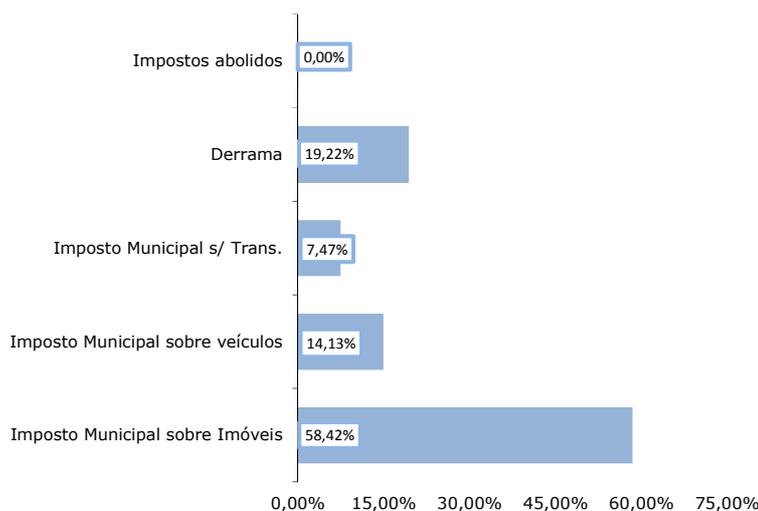
► **Impostos Diretos**

Gráfico nº12 – Evolução dos Impostos Diretos (2000-2013)



Das Receitas Fiscais arrecadadas pelo Município de Estarreja, em 2013, €4.120.643,81 correspondem a Impostos Diretos, representando 21,20 % das Receitas Totais, verificando-se um crescimento de 30,32% relativamente a 2012.

Gráfico nº13 – Distribuição dos Impostos Diretos (Ano 2013)

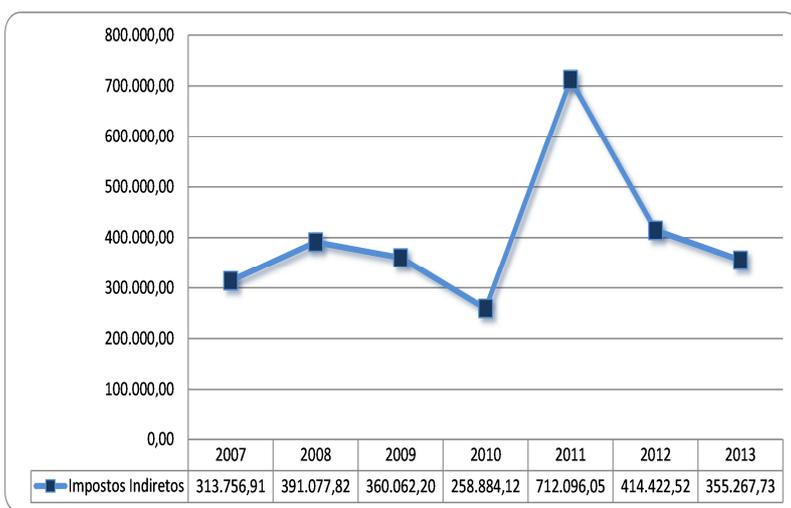


No contexto desta rubrica o Imposto Municipal sobre imóveis é responsável por 58,42% do total dos impostos arrecadados em 2013, seguindo-se a derrama com 19,22%.

➤ **Impostos Indiretos**

Esta Receita Corrente engloba receitas que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, venda, a compra ou utilização dos bens e serviços. Consideram-se ainda nesta rubrica as receitas que revistam taxas, licenças, emolumentos e outras semelhantes, pagas por unidades industriais.

Gráfico nº14 – Impostos Indiretos no período 2007-2013



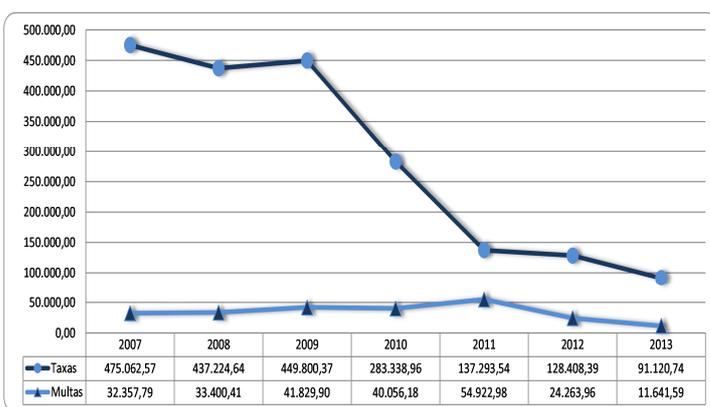
Neste contexto sobressai a receita proveniente da rubrica Mercados e Feiras, responsável por 37,84% desta rubrica em 2013, seguindo-se-lhe por ordem de importância a receita auferida por conta de Ocupação da Via Pública (24,66%).

No ano económico de 2013, os impostos indiretos (receitas provenientes da cobrança de taxas, emolumentos, licenças e outras semelhantes pelo facto de serem pagas pelo sector produtivo) totalizaram €355.267,73, apresentando um

decréscimo de 14,27p.p., correspondendo em termos absolutos a uma diminuição de €59.154,79 relativamente ao verificado em 2012.

➤ **Taxas, Multas e Outras Penalidades**

Gráfico nº15 – Evolução das Taxas, Multas e Outras Penalidades no período 2007-2013



No referente à receita proveniente de Taxas e Multas municipais estas representam 0,53% da Receita Total em 2013, contra os 2,66% em 2007.

Quadro nº 23 - Desagregação das Taxas, Multas e Outras Penalidades

(unidade monetária : Euros)

Designação	2013		2012		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Taxas Específicas das Autarquias					
Mercados e Feiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Loteamentos e Obras	77.343,45	75,26%	105.908,74	69,37%	-26,97%
Ocupação da Via Pública	2.068,89	2,01%	9.529,16	6,24%	-78,29%
Caça, Uso e Porte de Armas	131,40	0,13%	178,16	0,12%	-26,25%
Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	11.577,00	11,27%	12.792,33	8,38%	-9,50%
<i>Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	11.577,00	11,27%	12.792,33	8,38%	-9,50%
SUBTOTAL	91.120,74	88,67%	128.408,39	84,11%	-29,04%
Multas e Outras Penalidades					
Coimas e penalidades por contra-ordenações	8.612,97	8,38%	7.739,70	5,07%	11,28%
Juros de Mora	2.590,25	2,52%	15.582,20	10,21%	-83,38%
Multas e penalidades diversas	438,37	0,43%	942,06	0,62%	-53,47%
SUBTOTAL	11.641,59	11,33%	24.263,96	15,89%	-52,02%
TOTAL	102.762,33	100,00%	152.672,35	100,00%	-32,69%

Taxas

A cobrança de taxas relativas a serviços prestados pela Autarquia a particulares rendeu €91.120,74, que representa uma redução de 29,04%, comparativamente com 2012, sendo os loteamentos de obras (75,26%) a principal fonte deste tipo de recursos.

A cobrança destas taxas representa 0,72% das Receitas Correntes e 0,47% das Receitas Totais.

Multas e Outras Penalidades

A efetivação de sanções pecuniárias produziu, no exercício de 2013, €11.641,59, traduzindo uma significativa diminuição de 52,02% em relação ao valor verificado no ano anterior. Estas receitas punitivas e compensatórias representam 0,06% das Receitas Totais e 0,09% das Receitas Correntes.

► Rendimentos de Propriedade

As receitas provenientes de rendimentos de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos concedidos), terrenos e de ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), representam 4,50% das Receitas Totais e 6,87% das Receitas Correntes.

Quadro nº 24 - Desagregação dos Rendimentos de Propriedade

(unidade monetária : Euros)

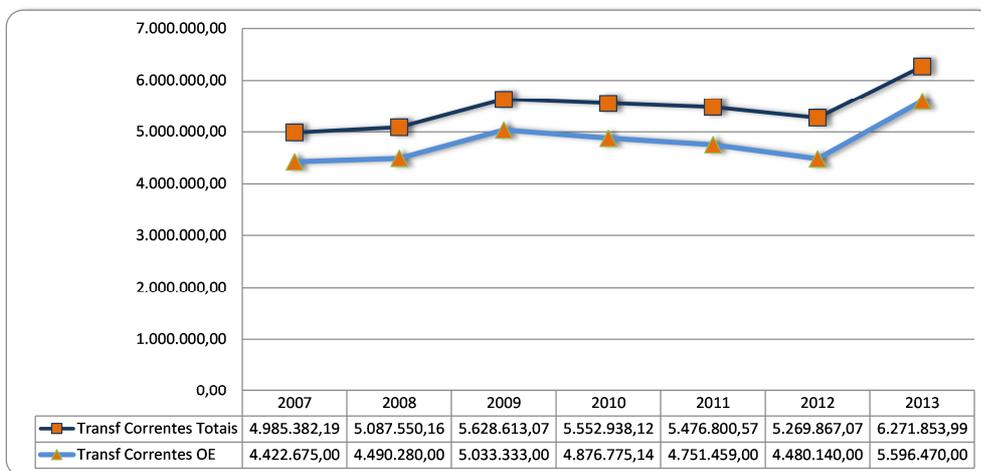
Designação	2013		2012		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Juros	25.793,59	2,95%	9.352,02	1,90%	175,81%
<i>Bancos e outras Inst.Financeiras</i>	25.793,59	2,95%	9.352,02	1,90%	175,81%
<i>Companhias de Seguros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Dividendos e outras participações em lucros	236.442,42	27,04%	5.138,20	1,04%	4501,66%
<i>Empresas municipais e intermunicipais</i>	236.442,42	27,04%	5.138,20	1,04%	4501,66%
<i>Empresas privadas</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rendas	612.319,85	70,01%	478.606,15	97,06%	27,94%
<i>Edifícios</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Bens de Domínio Público</i>	612.319,85	70,01%	478.606,15	97,06%	27,94%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	874.555,86	100,00%	493.096,37	100,00%	77,36%

Os rendimentos de propriedade obtidos, neste ano económico, dizem respeito, à remuneração de depósitos detidos por esta entidade em Instituições de Crédito, aos rendimentos resultantes da distribuição de dividendos em participações de capital detidas pela Autarquia em outras empresas e sistemas multimunicipais (nomeadamente, nas empresas ADRA, ERSUC e Lusitânia Gás) e à renda de concessão com a empresa EDP.

► **Transferências Correntes**

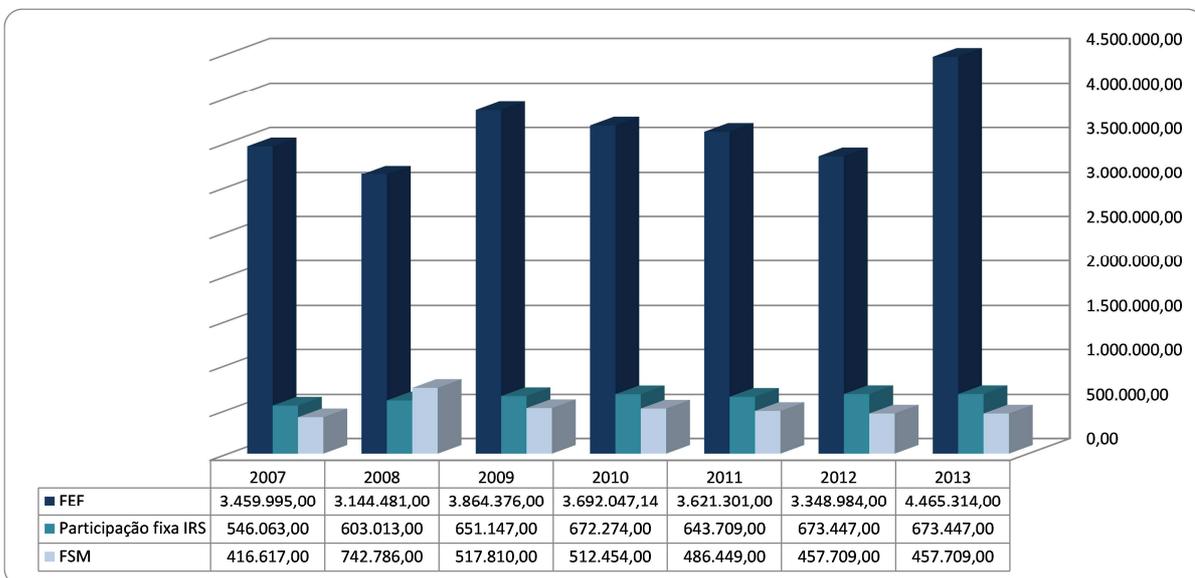
As Transferências Correntes compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida, representando em 2013, 49,28% do valor da receita corrente auferida. Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes globalizaram, em 2013, os €6.271.853,99, representando 32,27% das Receitas Totais arrecadadas.

Gráfico nº16 – Evolução das Transferências Correntes no período 2007-2013



No enquadramento legal das Finanças Locais expresso pela Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro, a repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios (verba inscrita no Orçamento de Estado e transferida para os municípios) subdivide-se nos seguintes fundos: **Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Direta e Variável no IRS.**

Gráfico nº17 – Repartição de recursos públicos entre Estado e a autarquia - evolução no período 2007-2013



No seu conjunto, estas verbas transferidas diretamente do Orçamento do Estado para o Município de Estarreja contribuíram com cerca de 89,23% do resultado apresentado pelas Transferências Correntes, tendo existido um aumento de €1.116.330,00.

Este crescimento das Transferências Correntes deveu-se essencialmente às alterações introduzidas pela Lei Geral do Orçamento de Estado, dado que cada município pode decidir como efetuar a repartição dos montantes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, entre receita corrente e de capital. No entanto, a receita corrente não poderá exceder 80 % do valor total do FEF, que anteriormente correspondia a 65%.

Os municípios devem informar anualmente, até 30 de Junho do ano anterior ao ano a que respeita o orçamento, qual a percentagem do FEF que deve ser considerada como transferência corrente, na ausência da qual é considerada a percentagem de 80 %.

Quadro nº 25 - Desagregação das Transferências Correntes

(unidade monetária : Euros)

Designação	2013		2012		Tx Cresc%
	Valor	%	Valor	%	
Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras	399,00	0,01%	1.752,00	0,03%	-77,23%
Públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Privadas	399,00	0,01%	1.752,00	0,03%	-77,23%
Sociedades Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Bancos e Outras Instituições Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Administração Central	6.075.233,76	96,87%	5.077.278,89	96,35%	19,66%
Estado	6.001.052,60	95,68%	5.027.606,93	95,40%	19,36%
Fundo Equilíbrio Financeiro	4.465.314,00	71,20%	3.348.984,00	63,55%	33,33%
Fundo Social Municipal	457.709,00	7,30%	457.709,00	8,69%	0,00%
Participação Fixa no IRS	673.447,00	10,74%	673.447,00	12,78%	0,00%
Outras	404.582,60	6,45%	547.466,93	10,39%	-26,10%
Estado- Participação comunitária	74.181,16	1,18%	49.671,96	0,94%	49,34%
Famílias	196.221,23	3,13%	190.836,18	3,62%	2,82%
Resto do Mundo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	6.271.853,99	100,00%	5.269.867,07	100,00%	19,01%

Na sub-rubrica Famílias registam-se os pagamentos relativos a passes escolares e prolongamentos de horário do pré-escolar. No cômputo geral esta rubrica económica apresenta um acréscimo relativamente à execução do ano anterior de 2,82%.

De forma discriminativa, no quadro nº26 identifica-se a origem das receitas de transferências correntes da Administração Central /Outras.

Quadro nº 26 - Transferências Correntes da Administração Central / Outras

(unid monet.: Euros)

Transferências Correntes - Administração Central / Administração Local / Outras

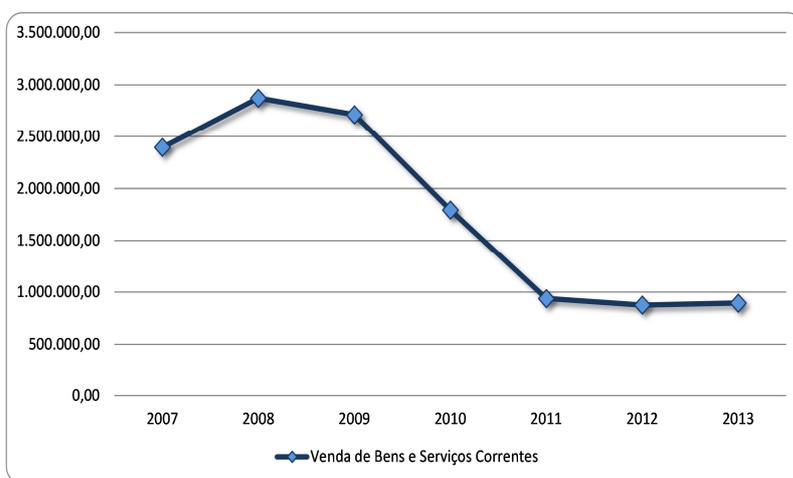
Designação	2012	2013
Acordo de Colaboração - Expansão da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro e nº4 do artigo 32º do DL 147/97 de 11/06	103.421,41	113.684,78
Centro de Emprego de Aveiro -Inst de Emprego e Formação Profissional Programa Ocupacional para Trabalhadores Desempregados	4.833,00	23.859,52
Compensação pelos Encargos com Transportes Escolares Decreto-Lei nº 299/84 de 09/05 e Decreto-Lei nº 35/90 de 25/01	45.823,24	45.227,00
Direcção Geral das Autarquias Locais Subsídio para Gabinete Técnico Florestal	28.000,00	12.200,16
Direcção Regional de Educação do Centro Comparticipação - Auxiliares de Acção Educativa	63.556,10	68.978,60
Contrato-Programa - Fornecimento de Refeições Escolares Al.1ºCiclo	50.666,83	0,00
Comparticipação nas Actividades de Enriquecimento Curricular	220.937,50	118.825,00
Instituto de Desenvolvimento Social Protocolo de Colaboração para a Comissão de Protecção de Crianças Menores	30.228,85	21.142,54
Participação dos Municípios nos Impostos do Estado - Fundos Municipais Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.348.984,00	4.465.314,00
Fundo Social Municipal	457.709,00	457.709,00
Participação Fixa no IRS	673.447,00	673.447,00
Estado- Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados POPH - Programa Operacional de Potencial Humano - RAMPA	37.462,32	74.181,16
Ciência Viva - Biologia no Verão	12.209,64	1.064,00
Diversos - Famílias e Donativos Diversos - Famílias e Donativos	192.588,18	196.221,23
TOTAL	5.269.867,07	6.271.853,99

Especificamente, as transferências correntes encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas "**Transferências Correntes – Receita**" (Anexo às Demonstrações Financeiras).

► **Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes**

A venda de bens e prestação de serviços correntes rendeu à autarquia €895.376,00, mais €18.845,19 que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um acréscimo de cerca de 2,15% deste tipo de receitas.

Gráfico nº18 – Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes

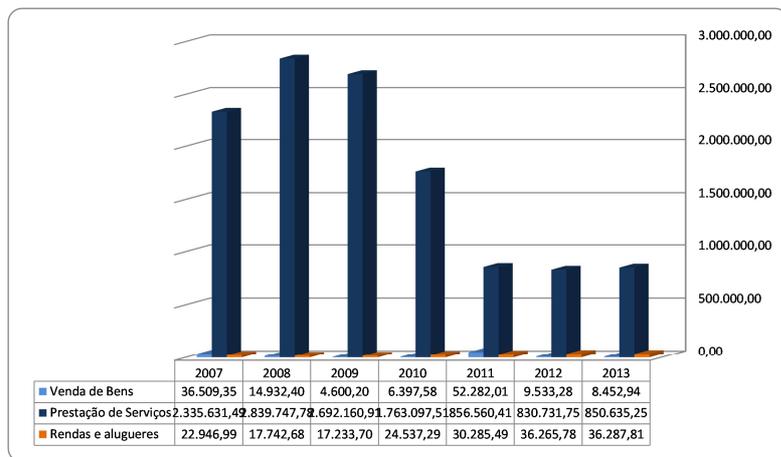


A Venda de bens e Prestação de Serviços Correntes responde por 4,61% do total da receita de 2013, registando-se uma diminuição ao longo dos anos e com maior incidência desde 2010/2011, justificada com a redução na cobrança de receitas como a prestação de serviços associados a Saneamento e distribuição de água, explicadas pela concessão à ADRA de toda a gestão e exploração do sistema da rede pública de águas (água potável, bruta e residuais).

Quadro nº 27 - Desagregação da Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes (unid. monetária : €uros)

Designação	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Venda de Bens	8.452,94	9.533,28	52.282,01	6.397,58	4.600,20	14.932,40	36.509,35
Publicações e Impressos	240,00	0,00	0,00	0,00	79,09	11.879,94	28.774,60
Bens Inutilizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desperdícios, Resíduos e Refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	8.212,94	9.533,28	52.282,01	6.397,58	4.521,11	3.052,46	7.734,75
Prestação de Serviços	850.635,25	830.731,75	856.560,41	1.763.097,51	2.692.160,91	2.839.747,78	2.335.631,49
Aluguer de Espaços e Equipamentos	86.742,96	43.972,03	34.978,16	2.772,91	1.148,57	1.627,29	50,00
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais	314.281,92	340.854,75	363.939,00	205.557,52	181.615,90	168.929,25	146.503,72
<i>Serviços Recreativos</i>	9.272,57	8.994,74	8.716,50	2.666,50	825,50	787,00	1.340,00
<i>Serviços Culturais</i>	61.880,37	59.510,80	53.485,32	22.844,87	19.514,87	18.760,69	19.017,00
<i>Serviços Desportivos</i>	243.128,98	272.349,21	301.737,18	180.046,15	161.275,53	149.381,56	126.146,72
Serviços Específicos das Autarquias	449.610,37	445.904,97	457.643,25	1.554.767,08	2.509.396,44	2.669.191,24	2.189.077,77
<i>Saneamento</i>	0,00	0,00	17,80	730.980,83	965.164,93	1.074.285,53	817.591,38
<i>Resíduos Sólidos</i>	401.896,90	381.893,25	403.896,11	188.561,19	306.760,46	309.337,65	294.207,20
<i>Trabalho por conta de particulares</i>	852,41	10.275,31	4.256,87	27.582,79	58.947,28	95.993,80	76.224,73
<i>Mercados e Feiras</i>	222,91	351,97	6.072,33	549,96	533,94	3.251,58	4.795,01
<i>Distribuição de Água</i>	1.316,70	0,00	29,03	565.100,61	1.139.777,60	1.136.342,10	945.692,25
<i>Parques de Estacionamento</i>	9.411,94	8.825,06	8.382,09	7.877,69	7.904,60	12.090,72	11.358,10
<i>Outros</i>	35.909,51	44.559,38	34.989,02	34.114,01	30.307,63	37.889,86	39.209,10
Rendas e Alugueres	36.287,81	36.265,78	30.285,49	24.537,29	17.233,70	17.742,68	22.946,99
Edifícios	36.287,81	36.265,78	30.285,49	24.537,29	17.233,70	17.742,68	22.946,99
TOTAL	895.376,00	876.530,81	939.127,91	1.794.032,38	2.713.994,81	2.872.422,86	2.395.087,83

Gráfico nº19 – Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes



No âmbito da Venda de Serviços a receita proveniente da Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos, representa 44,89% do total deste tipo de receita auferida, seguida da venda de serviços recreativos, culturais e desportivos com 35,10%.

► **Outras Receitas Correntes**

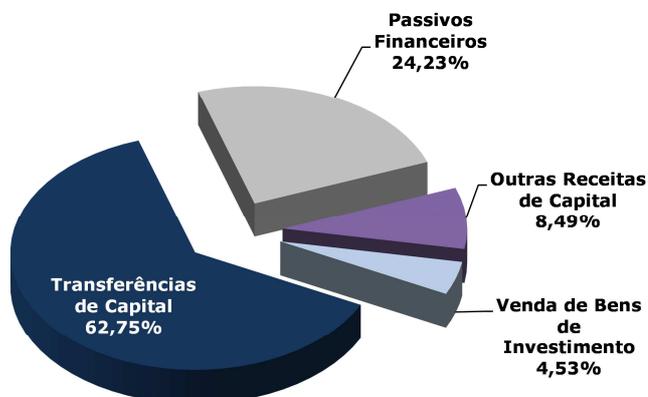
A rubrica Outras Receitas Correntes rendeu à autarquia €105.764,02, menos €48.122,05 que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um decréscimo de cerca de 31,27% deste tipo de receitas, representando 0,79% das Receitas Totais e 0,83% das Receitas Correntes.

Quadro nº 28 - Desagregação de Outras Receitas Correntes (unidade monetária : €uros)

Designação	2013		2012		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Indemnizações - deteiorização, roubo e extravio	5.992,59	5,67%	0,00	0,00%	n.a.
Indemnizações - estragos provocados por outrém	4.702,42	4,45%	3.630,65	2,36%	29,52%
IVA-Reembolsado	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
IVA-Inversão do Sujeito Passivo	43.500,98	41,13%	30.581,05	19,87%	42,25%
Diversas	51.568,03	48,76%	119.674,37	77,77%	-56,91%
TOTAL	105.764,02	100,00%	153.886,07	100,00%	-31,27%

2.1.4. Análise das Receitas de Capital

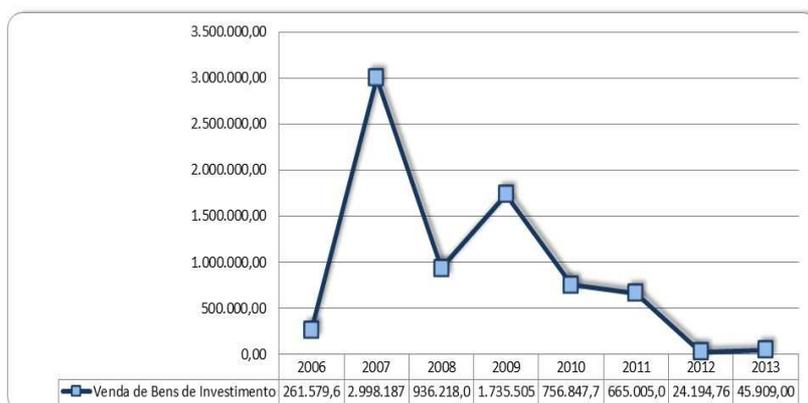
Gráfico nº20 – Repartição das Receitas de Capital 2013



A repartição das receitas de natureza capital arrecadas pelo município, no ano 2013, encontra-se descrita no gráfico nº 20.

➤ Venda de Bens de Investimento

Gráfico nº21 – Evolução da Venda de Bens de Investimento (2006-2013)



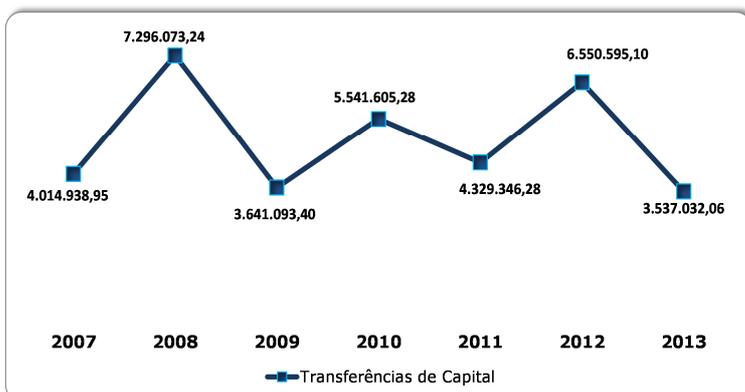
A receita proveniente da venda de bens de investimento tem mantido algumas oscilações em virtude da venda de terrenos.

De referir, que a descida acentuada na venda de terrenos até ao montante de €20.709,00, foi a justificação principal para a diminuição desta rúbrica.

➤ Transferências de Capital

As Transferências de Capital, em conjunto com as Transferências Correntes, representam um importante apoio financeiro da Autarquia Local.

Gráfico nº22 – Evolução das Transferências de Capital (2007-2013)



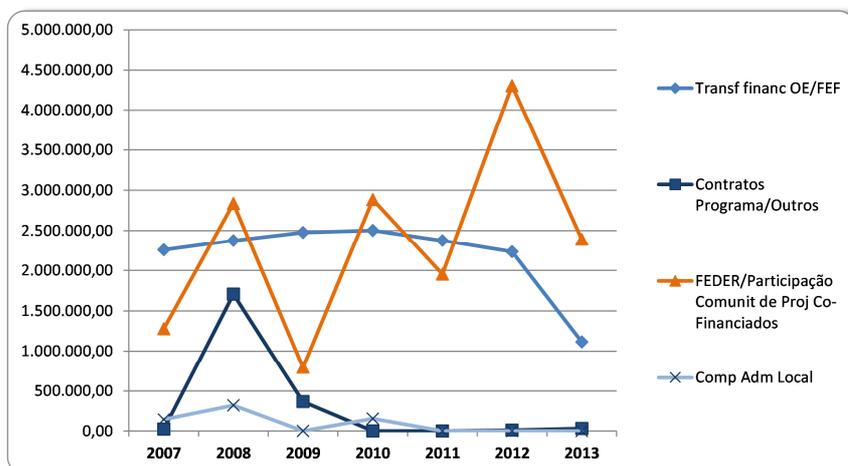
As Transferências de Capital compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Nota-se um decréscimo significativo, na ordem dos 46,00% nas receitas provenientes de Transferências de Capital.

No ano de 2013, entraram nos

cofres do município €3.537.032,06 de fundos relativos a verbas transferidas de orçamentos de outras entidades (Administração Central, Administração Local, Comunidade Europeia, empresas e outras), sendo 31,56% desses fundos, originários da verba inscrita no Orçamento de Estado destinada, propriamente, ao município de Estarreja ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, sendo este constituído em partes iguais pelo Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal.

Gráfico nº23 – Evolução das Transferências de Capital por rubrica (2007-2013)



Nota-se uma acentuada descida nas receitas provenientes de transferências de capital do Orçamento de Estado, em relação ao registado em 2012, de cerca €1.116.300,00, traduzindo um decréscimo de 50,00%.

Em relação ao total das transferências obtidas do Orçamento de Estado verificou-se uma redução de 5,80% em relação ao transferido em 2011. Relacionando com o valor transferido em 2010 temos uma redução que ascende a 9,02%.

Quadro nº 29 – Transferências provenientes do Orçamento de Estado

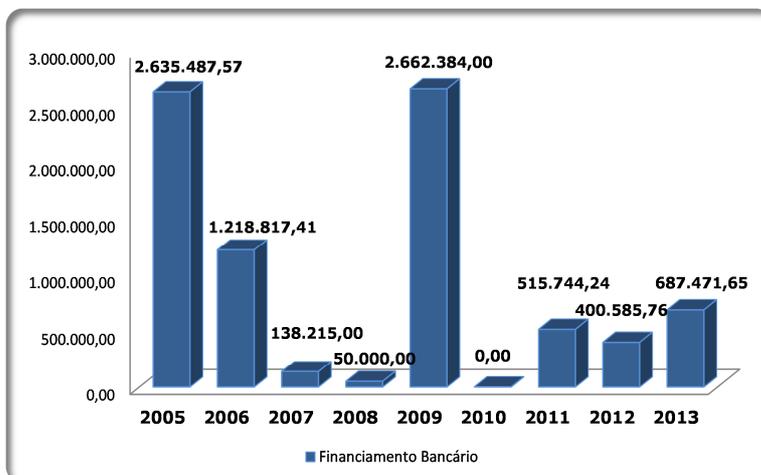
(unid. monetária : Euros)

	2007	2008	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Transferências Correntes OE	546.063,00	603.013,00	4.422.675,00	4.490.280,00	5.033.333,00	4.876.775,14	4.751.459,00	4.480.140,00	5.596.470,00
Transferências de Capital OE	2.255.222,00	2.373.191,00	2.255.222,00	2.373.191,00	2.477.370,00	2.501.249,00	2.374.320,00	2.232.660,00	1.116.330,00
TOTAL Transferências do OE	2.801.285,00	2.976.204,00	6.677.897,00	6.863.471,00	7.510.703,00	7.378.024,14	7.125.779,00	6.712.800,00	6.712.800,00

► Passivos Financeiros

Genericamente o recurso a financiamento bancário, foi significativamente condicionado no período, por conta das restrições introduzidas a partir de 2002, designadamente nas sucessivas leis de Orçamento de Estado.

Gráfico nº24 – Financiamento Bancário (total)



No entanto a autarquia fruto da capacidade de endividamento disponível, durante o período de 2005 a 2013 recorreu a este tipo de receita, tendo um tendência oscilante durante o período em análise. Já em 2009, recorreu financiamento bancário de médio e longo prazo de €2.662.384,00 no âmbito do PREDE - **Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado**.

Nos anos de 2011 e 2012, o Município de Estarreja recorreu a crédito bancário no valor de €916.330,00 referente à utilização de capital em período de diferimento do empréstimo excecionado afeto a investimentos inscritos no PPI 2010.

Durante o ano de 2013, as receitas arrecadadas (€ 687.471,65) nesta rubrica dizem respeito à utilização de capital do empréstimo afeto aos investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos de 2012, nomeadamente a *Construção da Escola Básica e Integrada com Jardim de Infância a Sul do Concelho - Salreu, Aquisição de Equipamento para a Escola Básica e Integrada com Jardim de Infância a Sul do Concelho, Construção da Rua a Nascente da Escola EBI a Sul do Concelho, Construção da Área Social do Eco-Parque Empresarial de Estarreja, Aquisição de Terrenos no Eco-Parque Empresarial de Estarreja e Alargamento e Beneficiação da Rua Dr. Tavares da Silva.*

► Outras Receitas de Capital

Em 2009 assistiu-se ao nascimento de uma parceria celebrada entre o Estado Português e alguns municípios da região de Aveiro, entre os quais o Município de Estarreja, com o objetivo de introduzir um novo modelo de gestão dos serviços de água e saneamento. Em resultado desta parceria foi criada a empresa "Águas da Região de Aveiro – Serviços de Águas da Região de Aveiro, S.A." (AdRA) que assumiu a gestão destes serviços procurando a maximização de economias de escala e de gama com a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbana.

O Município de Estarreja, enquanto aderente, cedeu a utilização das infraestruturas, bem como a exploração e gestão destes serviços públicos, a esta nova entidade, designada por entidade gestora da parceria, recebendo, para além da remuneração acionista, uma contrapartida pecuniária a qual se subdivide em duas parcelas distintas: i) uma retribuição inicial; e ii) uma retribuição anual que incorporará os resultados de exploração obtidos.

A retribuição inicial refletirá o valor da própria estrutura estando previsto o seu pagamento aos diversos municípios ao longo dos cinco primeiros anos de atividade. Assim, até final de 2013 o Município de Estarreja já recebeu a quantia de €6.985.635,38.

Quadro nº 30 – Desagregação das Outras Receitas de Capital (unidade monetária : Euros)

Designação	2013		2012		2011		2010		2009	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Indemnizações	4.858,08	0,41%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	6.359,00	0,39%
Águas Região de Aveiro (Retribuição Inicial)	1.188.768,92	99,59%	871.609,26	100,00%	0,00	0,00%	3.283.504,78	100,00%	1.641.752,42	99,61%
TOTAL	1.193.627,00	100,00%	871.609,26	100,00%	0,00	0,00%	3.283.504,78	100,00%	1.648.111,42	100,00%

3.2. DESPESA

Num contexto de fortes limitações financeiras, o Município tem procurado reforçar a racionalização e a contenção da despesa pública municipal, através de um controlo rigoroso dos gastos, quer ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos. As autarquias têm visto a sua capacidade de atuação limitada no que respeita à realização de certos investimentos, projetos ou programas, diante da difícil realidade socioeconómica que atravessam, assim como o país no seu todo e que se faz sentir no dia-a-dia.

No âmbito deste capítulo, procede-se a uma análise da despesa sob a perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências etc. Neste sentido, será efetuada uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa faturada e comprometida.

3.2.1. Execução Orçamental da Despesa

Neste capítulo, procede-se a uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa comprometida e a despesa faturada, decompondo esta última em faturação transitada e nova faturação.

Numa primeira instância vamos avaliar a execução da despesa numa ótica de caixa, ou seja de despesa paga.

O mapa de controlo orçamental da despesa reporta um nível de despesa paga de 16.022.122,45€, que corresponde a uma taxa de execução da despesa de 76,59%.

Quadro nº 31 – Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução (unidade monetária : Euros)

ORÇAMENTO DA DESPESA	2010	2011	2012	2013
Orçamento	29.660.000,00	26.530.500,00	24.263.264,82	20.918.854,60
Despesa total	22.205.417,76	17.387.286,57	17.577.727,48	16.022.122,45
%	74,87%	65,54%	72,45%	76,59%

Gráfico nº 25- Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução

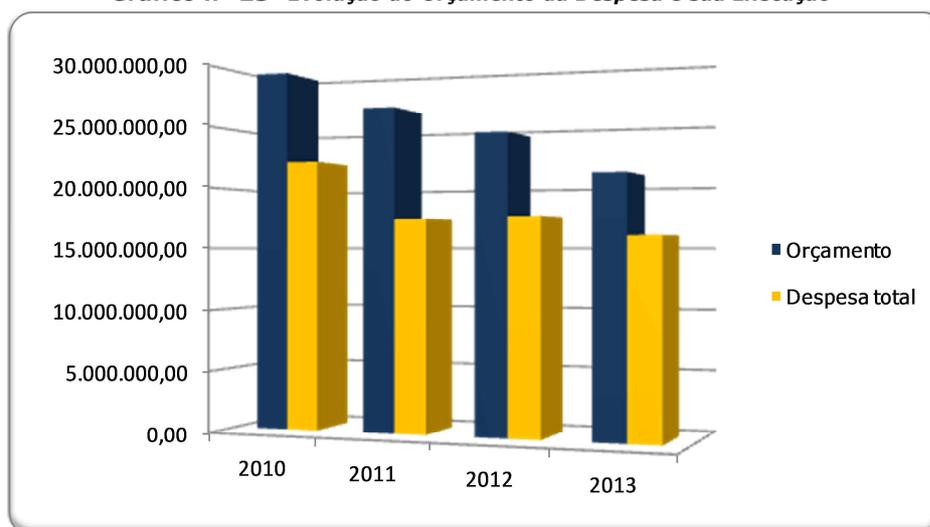
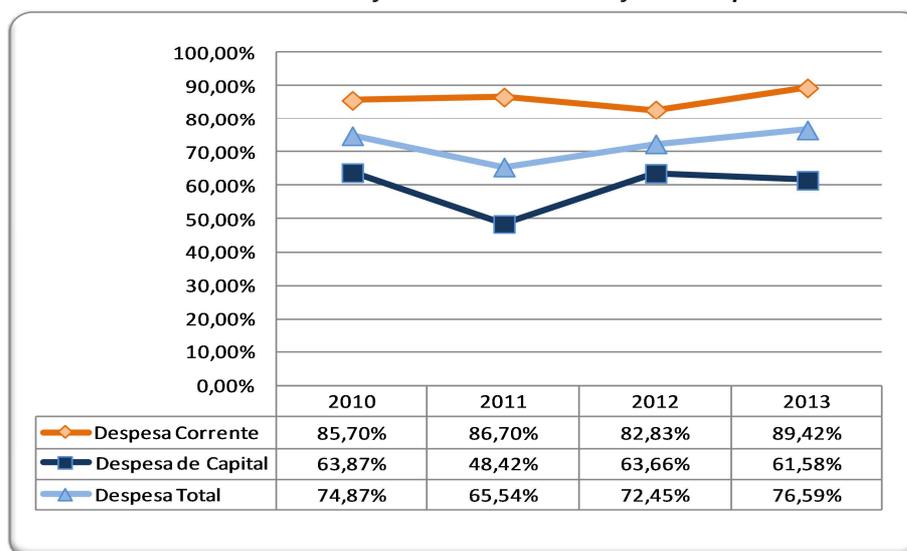


Gráfico nº 26- Evolução das Taxas de Execução da Despesa



No exercício de 2013 a despesa total foi de 16.022.122,45€, sendo 10.085.243,40€ de natureza corrente e 85.936.879,05€ no segmento de capital, o que corresponde a taxas de execução orçamental de 89,42% e 61,58%.

A análise do quadro nº32 permite-nos avaliar a despesa sob a perspetiva económica, e apenas de execução a nível de pagamentos, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas – correntes e capital – e, por outro, a sua natureza – despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, encargos financeiros, investimento, etc.

Quadro nº 32 – Execução da Despesa Paga

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução - DESPESA PAGA (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final/Corrigida (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Despesas Correntes	10.925.086,00	11.278.287,12	10.085.243,40	-1.193.043,72	92,31%	89,42%
Despesas com Pessoal	4.509.900,00	4.531.614,60	4.494.882,86	-36.731,74	99,67%	99,19%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.141.116,00	5.325.739,86	4.328.156,86	-997.583,00	84,19%	81,27%
Encargos correntes da dívida	262.600,00	118.656,14	84.843,32	-33.812,82	32,31%	71,50%
Transferências Correntes	844.970,00	1.049.596,52	946.387,48	-103.209,04	112,00%	90,17%
Outras Despesas Correntes	166.500,00	252.680,00	230.972,88	-21.707,12	138,72%	91,41%
Despesas de Capital	9.774.914,00	9.640.567,48	5.936.879,05	-3.703.688,43	60,74%	61,58%
Aquisição de Bens de Investimento	7.948.370,00	7.554.123,48	4.194.287,65	-3.359.835,83	52,77%	55,52%
Transferências de Capital	555.419,00	659.819,00	457.536,15	-202.282,85	82,38%	69,34%
Activos Financeiros	138.625,00	138.625,00	0,00	-138.625,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1.130.000,00	1.185.000,00	1.184.604,86	-395,14	104,83%	99,97%
Outras Despesas de Capital	2.500,00	103.000,00	100.450,39	-2.549,61	4018,02%	97,52%
Total da Despesa	20.700.000,00	20.918.854,60	16.022.122,45	-4.896.732,15	77,40%	76,59%

Com base no quadro acima, comparando o valor orçado (corrigido) das Despesas Totais (20.918.854,60€), com o efetivamente realizado (16.022.122,45€) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das despesas de 76,59%, ou seja, o valor efetivo da despesa realizada foi inferior ao previsto em 4.896.732,15€.

Assinala-se um acréscimo, da taxa de execução das despesas orçadas para 2013, de cerca de 4,14 p.p. em relação ao apurado no exercício 2012.

A taxa de execução da despesas correntes conheceu um acréscimo de 6,59 p.p. enquanto que a taxa de execução das despesas de capital conheceu uma redução de 2,08 p.p..

Da análise dos dois agregados da despesa, verifica-se que a execução ao nível das despesas correntes foi cerca de 89,42% em contraposição com os 61,58% das despesas de capital.

No lado da despesa é importante referir que a execução em análise, se reporta à relação entre Despesa Paga e Despesa Orçada, quando em rigor o que deveria ser comparado, para avaliar a fiabilidade da Elaboração do Orçamento, era a relação entre compromissos assumidos no exercício e a despesa orçada, cujo grau de execução da despesa atinge os 87,92%, traduzindo por inerência baixos desvios e uma performance de execução notoriamente superior, tendo atingido os 18.392.759,30€.

Quadro nº 33 – Execução da Despesa 2013 nas suas diferentes fases

(u. m. : Euros)

Capítulos	DESPESA 2013				Taxa de Execução		
	Previsão (a)	Comprometida (b)	Facturada (c)	Paga (d)	Desp Factur (c)/(a)	Desp.Paga (d)/(a)	Desp.Comp (b)/(a)
Despesas Correntes	11.278.287,12	10.886.872,72	10.223.720,86	10.085.243,40	90,65%	89,42%	96,53%
Pessoal	4.531.614,60	4.527.280,59	4.521.397,72	4.494.882,86	99,77%	99,19%	99,90%
Aquisição de Bens e Serviços	5.325.739,86	5.039.957,29	4.436.920,74	4.328.156,86	83,31%	81,27%	94,63%
Juros e Outros Encargos Financeiros	118.656,14	87.890,70	85.083,63	84.843,32	71,71%	71,50%	74,07%
Transferências Correntes	1.049.596,52	1.000.520,07	949.230,13	946.387,48	90,44%	90,17%	95,32%
Outras Despesas Correntes	252.680,00	231.224,07	231.088,64	230.972,88	91,46%	91,41%	91,51%
Despesas de Capital	9.640.567,48	7.505.886,58	6.100.312,52	5.936.879,05	63,28%	61,58%	77,86%
Investimentos	7.554.123,48	5.585.123,74	4.357.721,12	4.194.287,65	57,69%	55,52%	73,93%
Transferências de Capital	659.819,00	507.082,59	457.536,15	457.536,15	69,34%	69,34%	76,85%
Activos Financeiros	138.625,00	128.625,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1.185.000,00	1.184.604,86	1.184.604,86	1.184.604,86	99,97%	99,97%	99,97%
Outras Despesas de Capital	103.000,00	100.450,39	100.450,39	100.450,39	97,52%	97,52%	97,52%
DESPESAS TOTAIS	20.918.854,60	18.392.759,30	16.324.033,38	16.022.122,45	78,04%	76,59%	87,92%

3.2.2. Estrutura e Evolução da Despesa Global

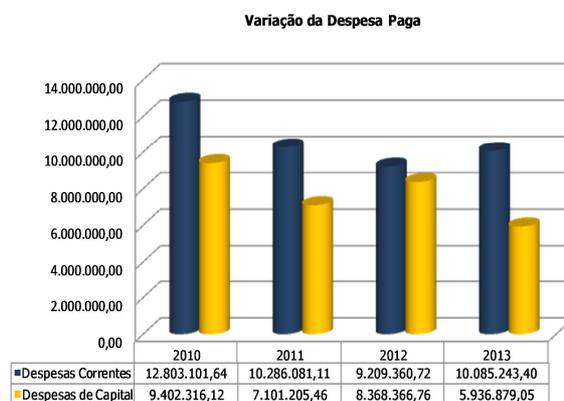
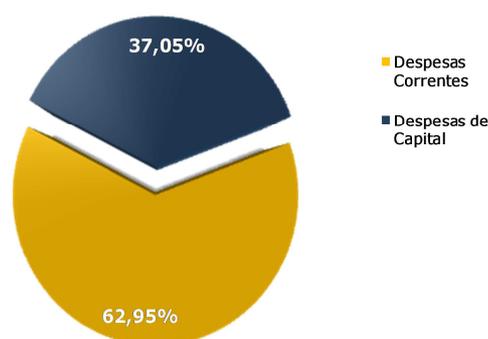
► Estrutura da Despesa Global

Ao analisar a despesa paga, justifica-se uma apreciação da estrutura em termos de despesas correntes e de capital e a sua variação no último quadriénio (2010, 2011, 2012 e 2013).

Quadro nº 34 – Despesa Corrente e de Capital

Descrição	2010	2011	2012	2013				Tx Crec.	
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Execução		Tx Exec
Despesas Correntes	12.803.101,64	10.286.081,11	9.209.360,72	11.278.287,12	10.906.608,57	10.886.872,72	10.085.243,40	89,42%	9,51%
Despesas de Capital	9.402.316,12	7.101.205,46	8.368.366,76	9.640.567,48	7.525.841,08	7.505.886,58	5.936.879,05	61,58%	-29,06%
Despesas Totais	22.205.417,76	17.387.286,57	17.577.727,48	20.918.854,60	18.432.449,65	18.392.759,30	16.022.122,45	76,59%	-7,85%

Gráfico nº27 e Gráfico nº28- Repartição das Despesas 2013



A despesa corrente teve uma execução de cerca de 89,42% (10.085.243,40€) e a despesa de capital de 61,58% (5.936.879,05€). Em relação ao ano anterior as despesas correntes aumentaram 9,51% (+ 875.882,68€) e as despesas de capital reduziram 29,06% (-2.431.487,71€).

As **despesas correntes** de 2013, representando **62,95%** das despesas municipais, totalizaram **10.085.243,40€**, o que corresponde uma execução de **89,42%**. A prevalência deste conjunto resulta do seu caráter fixo e de natureza legal e contratual – pessoal, instalação e funcionamento dos serviços e pagamento dos juros da dívida pública – em linha com a rigidez destas despesas e em contraponto com a variabilidade da generalidade das despesas de capital, as quais sempre dependentes da respetiva capacidade orçamental, dependem sobretudo das opções tomadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos e da capacidade de execução física dos projetos.

Ainda no âmbito da análise da estrutura geral da despesa, insere-se um quadro representativo da despesa comprometida, faturada, paga e prevista durante o exercício económico de 2013.

Quadro nº 35 – Diferentes fases da despesa por classificação económica

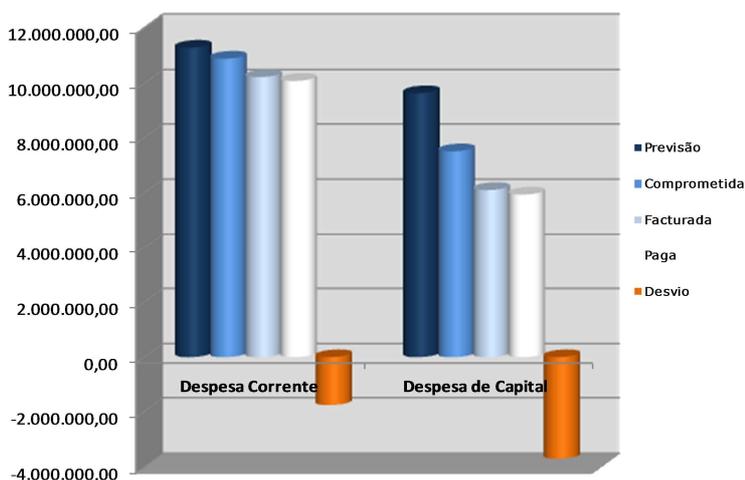
DESPEAS	Despesa Orçada 1	Despesa Comprometida 2	Despesa Faturada 3	Despesa Paga 4	Desvio 5=4-1	Taxa de Execução 6=4/1	Realizada e Não Paga 7=3-4	Compromissos por Pagar 7=3-4
01 Despesa com Pessoal	4.531.614,60	4.527.280,59	4.521.397,72	4.494.882,86	-36.731,74	99,2%	26.514,86	32.397,73
02 Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.325.739,86	5.039.957,29	4.436.920,74	4.328.156,86	-997.583,00	81,3%	108.763,88	711.800,43
03 Encargos Correntes de Dívida	118.656,14	87.890,70	85.083,63	84.843,32	-33.812,82	71,5%	240,31	3.047,38
04 Transferências Correntes	1.049.596,52	1.000.520,07	949.230,13	946.387,48	-103.209,04	90,2%	2.842,65	54.132,59
06 Outras Despesas Correntes	252.680,00	231.224,07	231.088,64	230.972,88	145.850,26	91,4%	115,76	251,19
Despesas Correntes	11.278.287,12	10.886.872,72	10.223.720,86	10.085.243,40	-1.025.486,34	89,4%	138.477,46	801.629,32
07 Aquisição de Bens de Capital	7.554.123,48	5.585.123,74	4.357.721,12	4.194.287,65	-3.359.835,83	55,5%	163.433,47	1.390.836,09
08 Transferências de Capital	659.819,00	507.082,59	457.536,15	457.536,15	-202.282,85	69,3%	0,00	49.546,44
09 Activos Financeiros	138.625,00	128.625,00	0,00	0,00	-138.625,00	0,0%	0,00	128.625,00
10 Passivos Financeiros	1.185.000,00	1.184.604,86	1.184.604,86	1.184.604,86	-395,14	100,0%	0,00	0,00
11 Outras Despesas de Capital	103.000,00	100.450,39	100.450,39	100.450,39	-2.549,61	97,5%	0,00	0,00
Despesas de Capital	9.640.567,48	7.505.886,58	6.100.312,52	5.936.879,05	-3.703.688,43	61,6%	163.433,47	1.569.007,53
TOTAL GERAL	20.918.854,60	18.392.759,30	16.324.033,38	16.022.122,45	-4.729.174,77	76,6%	301.910,93	2.370.636,85

O Orçamento de 2013 inferior ao do ano anterior em 3,34 milhões de euros, teve compromissos que representaram 87,92% do orçamento e uma realização (despesa faturada) de 78,04%.

No ano 2013, a despesa global comprometida, situou-se nos 18.392.759,30€, a despesa faturada em 16.324.033,38 € e a despesa paga em 16.022.122,45€, transitando para o ano seguinte uma dívida de 301.910,93€ e compromissos por pagar no valor de 2.370.636,85€ (irão onerar o orçamento do ano 2014).

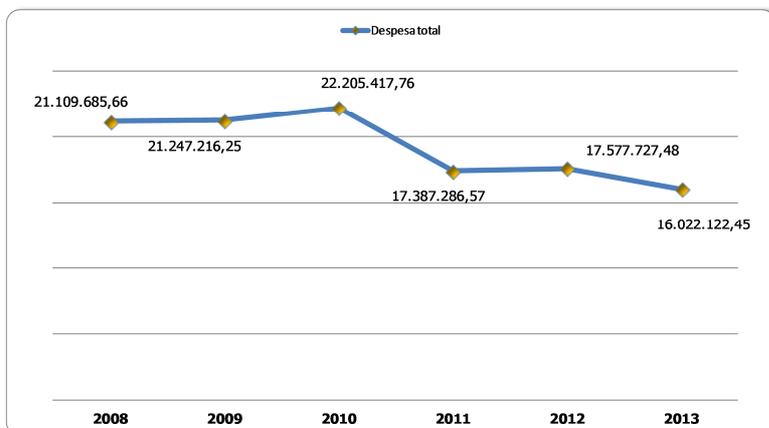
O próximo gráfico evidencia a despesa prevista, realizada e paga assim como o desvio, no que respeita a despesas correntes e de capital.

Gráfico nº29 – Estrutura Geral da Despesa



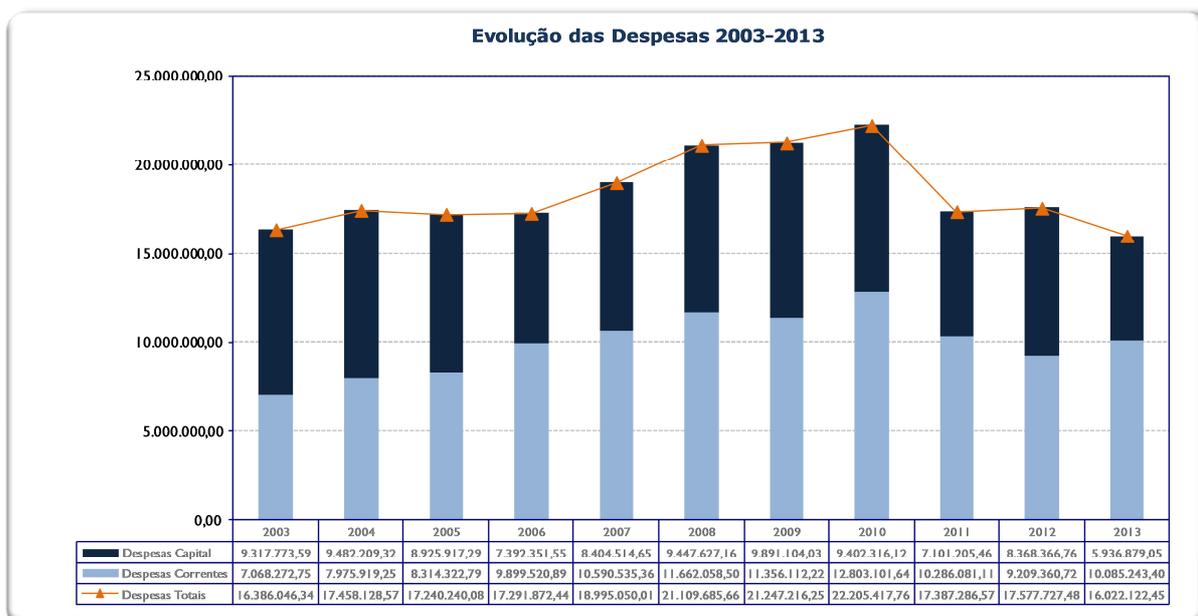
➤ **Evolução da Despesa Global**

Gráfico nº 30- Evolução da Despesa Paga



A Despesa Total decresceu 7,85% face a 2012, influenciado pela diminuição da despesa de capital em (-) 29,06% contra o acréscimo menor de (+) 9,51% da despesa corrente. Este aumento deveu-se essencialmente, ao decréscimo do investimento direto (37,53%).

Gráfico nº 31- Evolução da Despesa Corrente/Despesa de Capital (2003-2013)



O montante pago em 2013 (16.022.122,45€) foi inferior ao de 2012 (17.577.727,48€), constatando-se, em 2013, uma diminuição da despesa global paga no valor de (-) 1.555.605,03€ (7,85%) relativamente ao registado no ano anterior e atingindo-se um grau de execução de despesas de 76,59%, superior em 4,14 p.p..

Do ponto de vista financeiro, constata-se que, em 2013, o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas correntes assumindo 62,95% do total da despesa paga.

Análise meramente caixa _ Despesa Paga

Numa perspetiva de Pagamentos (esforço financeiro), temos o seguinte quadro comparativo entre os exercícios económicos 2013 e 2012:

Quadro nº 36– Execução da Despesa Paga 2013 vs 2012

(unidade monetária : €uros)

Capítulos	2012				2013				Variação 2012/2013	Tx de Crescimento
	Dotada	Executada	Desvio Valor Absoluto	Taxa de Execução	Dotada	Executada	Desvio Valor Absoluto	Taxa de Execução		
Despesas Correntes	11.118.119,95	9.209.360,72	-1.908.759,23	82,83%	11.278.287,12	10.085.243,40	-1.193.043,72	89,42%	875.882,68	9,51%
Despesas com Pessoal	4.210.046,10	4.192.908,62	-17.137,48	99,59%	4.531.614,60	4.494.882,86	-36.731,74	99,19%	301.974,24	7,20%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.606.132,69	3.872.767,84	-1.733.364,85	69,08%	5.325.739,86	4.328.156,86	-997.583,00	81,27%	455.389,02	11,76%
Encargos correntes da dívida	269.100,00	234.912,21	-34.187,79	87,30%	118.656,14	84.843,32	-33.812,82	71,50%	-150.068,89	-63,88%
Transferências Correntes	866.351,00	755.539,35	-110.811,65	87,21%	1.049.596,52	946.387,48	-103.209,04	90,17%	190.848,13	25,26%
Outras Despesas Correntes	166.490,16	153.232,70	-13.257,46	92,04%	252.680,00	230.972,88	-21.707,12	91,41%	77.740,18	50,73%
Despesas de Capital	13.145.144,87	8.368.366,76	-4.776.778,11	63,66%	9.640.567,48	5.936.879,05	-3.703.688,43	61,58%	-2.431.487,71	-29,06%
Aquisição de Bens de Investimento	10.636.450,82	6.713.812,04	-3.922.638,78	63,12%	7.554.123,48	4.194.287,65	-3.359.835,83	55,52%	-2.519.524,39	-37,53%
Transferências de Capital	1.075.110,05	418.409,91	-656.700,14	38,92%	659.819,00	457.536,15	-202.282,85	69,34%	39.126,24	8,55%
Activos Financeiros	129.480,00	0,00	-129.480,00	0,00%	138.625,00	0,00	-138.625,00	0,00%	0,00	n.a.
Passivos Financeiros	1.301.604,00	1.236.144,81	-65.459,19	94,97%	1.185.000,00	1.184.604,86	-395,14	99,97%	-51.539,95	-4,35%
Outras Despesas de Capital	2.500,00	0,00	-2.500,00	0,00%	103.000,00	100.450,39	-2.549,61	97,52%	100.450,39	n.a.
Total da Despesa	24.263.264,82	17.577.727,48	-6.685.537,34	72,45%	20.918.854,60	16.022.122,45	-4.896.732,15	76,59%	-1.555.605,03	-9,71%

Constata-se que as **despesas correntes aumentaram 9,51%** (em termos absolutos 875.882,68€) e as **despesas de capital diminuiram 29,06%** (em termos absolutos (-) 2.431.487,71€), em relação aos valores registados no exercício económico anterior.

Análise ao nível mais real _ Despesa Comprometida e Faturada

DESPESA COMPROMETIDA

Quadro nº 37– Execução da Despesa Comprometida 2013 vs 2012

Designação	COMPROMISSOS ASSUMIDOS		Variação 2012/2013	Tx de Crescimento
	2013	2012		
01 Despesa com Pessoal	4.527.280,59	4.194.598,60	332.681,99	7,93%
02 Aquisição Bens e Serviços Correntes	5.039.957,29	5.015.824,17	24.133,12	0,48%
03 Encargos Correntes de Dívida	87.890,70	245.338,16	-157.447,46	-64,18%
04 Transferências Correntes	1.000.520,07	772.286,83	228.233,24	29,55%
06 Outras Despesas Correntes	231.224,07	154.522,95	76.701,12	49,64%
Despesas Correntes	10.886.872,72	10.382.570,71	504.302,01	4,86%
07 Aquisição de Bens de Capital	5.585.123,74	7.648.263,78	-2.063.140,04	-26,98%
08 Transferências de Capital	507.082,59	499.362,35	7.720,24	1,55%
09 Activos Financeiros	128.625,00	0,00	128.625,00	n.a.
10 Passivos Financeiros	1.184.604,86	1.295.169,23	-110.564,37	-8,54%
11 Outras Despesas de Capital	100.450,39	0,00	100.450,39	n.a.
Despesas de Capital	7.505.886,58	9.442.795,36	-1.936.908,78	-20,51%
TOTAL GERAL	18.392.759,30	19.825.366,07	-1.432.606,77	-7,23%

O volume de compromissos assumidos em 2013, manteve a tendência de decréscimo registada no ano anterior, onde se tinha verificado uma diminuição da despesa comprometida em 10,96% (2.441.347,49€), sendo que já no exercício económico de 2011 se tinha registado uma diminuição na ordem dos 14,5% (3.786.917,88€). No exercício de 2013 a despesa comprometida diminuiu 7,23% (1.432.606,77€) relativamente ao registado no ano 2012.

DESPESA FATURADA

Avaliando a execução orçamental não apenas numa perspetiva de pagamentos, mas complementando com uma análise da despesa faturada, pode-se aferir a verdadeira dinâmica sobre a realização despesa.

Revisitando o quadro 30, temos que a taxa de execução da despesa faturada em 2013 atingiu os 78,04%, contra os 75,91% da despesa faturada em 2012 e contra os 76,59% de nível de execução registado pela despesa paga em 2013.

Em 2013 a despesa faturada diminuiu (-) 2.093.950,98€ e a despesa paga evoluiu no mesmo sentido, com menos (-) 1.555.605,03€ de pagamentos realizados relativamente ao ano anterior. Da diferença entre a despesa realizada (faturada) e a despesa paga em 2013 resulta uma dívida total a transitar para o ano 2014 de 301.910,93€ (quadro nº 33).

Quadro nº 38 – Evolução da Despesa Paga e Faturada

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	DESPESA 2013 vs 2012						Variação 2012/2013 Faturada/Nova	Paga 2013	Não Paga 2013
	2012		2013		2013				
	Faturada Total	Faturada Transitada de 2011 Nova	Faturada Total	Faturada Transitada de 2012 Nova	Faturada Total	Faturada Transitada de 2012 Nova			
Despesas Correntes	9.727.163,08	370.888,44	9.356.274,64	10.223.720,86	517.802,36	9.705.918,50	349.643,86	10.085.243,40	138.477,46
Pessoal	4.192.908,62	0,00	4.192.908,62	4.521.397,72	0,00	4.521.397,72	328.489,10	4.494.882,86	26.514,86
Aquisição de Bens e Serviços	4.387.091,00	280.658,77	4.106.432,23	4.436.920,74	514.323,16	3.922.597,58	-183.834,65	4.328.156,86	108.763,88
Juros e Outros Encargos Financeiros	234.912,21	82.201,80	152.710,41	85.083,63	0,00	85.083,63	-67.626,78	84.843,32	240,31
Transferências Correntes	758.969,35	6.512,00	752.457,35	949.230,13	3.430,00	945.800,13	193.342,78	946.387,48	2.842,65
Outras Despesas Correntes	153.281,90	1.515,87	151.766,03	231.088,64	49,20	231.039,44	79.273,41	230.972,88	115,76
						0,00	0,00		
Despesas de Capital	8.690.821,28	2.238.486,36	6.452.334,92	6.100.312,52	322.454,52	5.777.858,00	-674.476,92	5.936.879,05	163.433,47
Investimentos	7.015.921,03	2.173.701,70	4.842.219,33	4.357.721,12	302.108,99	4.055.612,13	-786.607,20	4.194.287,65	163.433,47
Transferências de Capital	438.755,44	64.784,66	373.970,78	457.536,15	20.345,53	437.190,62	63.219,84	457.536,15	0,00
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	1.236.144,81	0,00	1.236.144,81	1.184.604,86	0,00	1.184.604,86	-51.539,95	1.184.604,86	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	100.450,39	0,00	100.450,39	100.450,39	100.450,39	0,00
DESPESAS TOTAIS	18.417.984,36	2.609.374,80	15.808.609,56	16.324.033,38	840.256,88	15.483.776,50	-324.833,06	16.022.122,45	301.910,93

Em termos da faturação no próprio ano (expurgada da faturação não paga em anos anteriores e transitada para exercício seguinte) registou-se um decréscimo de despesa faturada em 2013, sendo que se registou um acréscimo da nova despesa faturada na componente de correntes e um decréscimo na componente de capital.

Quadro nº 39 – Evolução da Despesa Faturada 2013 vs 2012

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	DESPESA 2013 vs 2012						Variação 2012/2013 Faturada/Nova	Paga 2013	Não Paga 2013
	2012		2013		2013				
	Faturada Total	Faturada Transitada de 2011 Nova	Faturada Total	Faturada Transitada de 2012 Nova	Faturada Total	Faturada Transitada de 2012 Nova			
Despesas Correntes	9.727.163,08	370.888,44	9.356.274,64	10.223.720,86	517.802,36	9.705.918,50	349.643,86	10.085.243,40	138.477,46
Pessoal	4.192.908,62	0,00	4.192.908,62	4.521.397,72	0,00	4.521.397,72	328.489,10	4.494.882,86	26.514,86
Aquisição de Bens e Serviços	4.387.091,00	280.658,77	4.106.432,23	4.436.920,74	514.323,16	3.922.597,58	-183.834,65	4.328.156,86	108.763,88
Juros e Outros Encargos Financeiros	234.912,21	82.201,80	152.710,41	85.083,63	0,00	85.083,63	-67.626,78	84.843,32	240,31
Transferências Correntes	758.969,35	6.512,00	752.457,35	949.230,13	3.430,00	945.800,13	193.342,78	946.387,48	2.842,65
Outras Despesas Correntes	153.281,90	1.515,87	151.766,03	231.088,64	49,20	231.039,44	79.273,41	230.972,88	115,76
						0,00	0,00		
Despesas de Capital	8.690.821,28	2.238.486,36	6.452.334,92	6.100.312,52	322.454,52	5.777.858,00	-674.476,92	5.936.879,05	163.433,47
Investimentos	7.015.921,03	2.173.701,70	4.842.219,33	4.357.721,12	302.108,99	4.055.612,13	-786.607,20	4.194.287,65	163.433,47
Transferências de Capital	438.755,44	64.784,66	373.970,78	457.536,15	20.345,53	437.190,62	63.219,84	457.536,15	0,00
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	1.236.144,81	0,00	1.236.144,81	1.184.604,86	0,00	1.184.604,86	-51.539,95	1.184.604,86	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	100.450,39	0,00	100.450,39	100.450,39	100.450,39	0,00
DESPESAS TOTAIS	18.417.984,36	2.609.374,80	15.808.609,56	16.324.033,38	840.256,88	15.483.776,50	-324.833,06	16.022.122,45	301.910,93

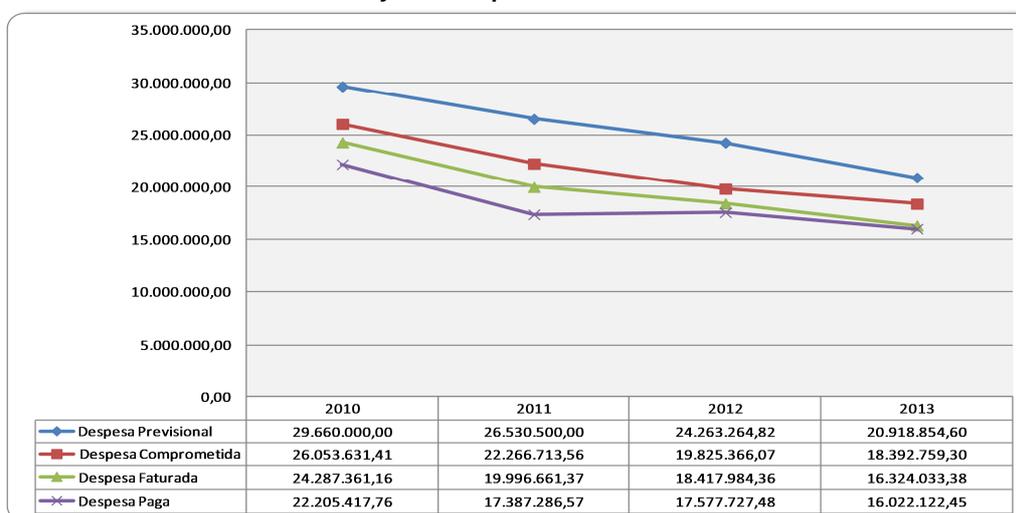
No ano 2013, a despesa global faturada atingiu o montante de 16.324.033,38€, sendo de mencionar que 840.256,88€ respeitam a despesa faturada transitada do exercício anterior, valor que foi muito inferior à despesa transitada de 2011. O valor de nova despesa faturada em 2013 é de 15.483.776,50€, observando-se um decréscimo de (-) 2%, que em termos absolutos se traduziu numa diminuição de (-) 324.833,06€.

De notar que, a nova despesa fatura em termos de despesas correntes, sofreu um acréscimo de 3,73% (349.643,86€), devido fundamentalmente aos acréscimos registados nas rubricas de "Despesas de Pessoal" (pagamento de subsídio de férias e Natal que não ocorreu em 2012) e de "Transferências Correntes", no âmbito da concretização de pagamentos de protocolos de delegação de competências com as juntas de freguesia face a apresentação de justificativos de despesa por parte destas entidades.

Relativamente às despesas de capital, o decréscimo de (-) 674.476,92€, que em termos percentuais situou-se em (-) 10,45%, é perceptível o contributo da aquisição de bens de capital/investimentos, com um decréscimo de 786.607,20€, em virtude de grande parte dos projetos em curso estarem em fase final de concretização, nomeadamente no que respeita à construção e beneficiação de edifícios escolares (parque escolar), beneficiação de ruas, viadutos e obras complementares e infraestruturas como a Área Social do Eco-Parque de Estarreja.

Resumidamente e tendo presente as diferentes óticas e análise da despesa temos a seguinte evolução:

Gráfico nº 32 – Evolução da Despesas nas suas diferentes fases



Da análise do quadro conclui-se a proximidade que se tem atingido entre despesa prevista e a despesa realizada e a despesa paga, evidenciando orçamentos cada mais realistas e prudentes.

De salientar, quase a junção das linhas representantes da despesa faturada/realizada e da despesa paga, nos anos 2012 e 2013, traduzindo redução de dívida (despesa faturada não paga) transitada para exercícios seguintes.

Quadro nº 40 – Evolução da Despesa

(unidade monetária : Euros)

Designação	2010	2011	2012	2013
Despesa Prevista (a)	29.660.000,00	26.530.500,00	24.263.264,82	20.918.854,60
Compromissos do Exercício (b)	26.053.631,41	22.266.713,56	19.825.366,07	18.392.759,30
Despesa Realizada por pagar	2.081.943,40	2.609.374,80	840.256,88	301.910,93
Despesa Paga do Exercício (c)	17.955.526,63	15.305.343,17	14.968.352,68	15.181.865,57
Despesa Paga por conta do Exercício anterior (d)	4.249.891,13	2.081.943,40	2.609.374,80	840.256,88
Compromissos a pagar em exercícios futuros (e=f-(c+d) - (Dívida))	3.848.213,65	4.879.426,99	2.247.638,59	2.370.636,85
Faturado no ano (f)	20.037.470,03	17.914.717,97	15.808.609,56	15.483.776,50
Total faturado no ano (h)	24.287.361,16	19.996.661,37	18.417.984,36	16.324.033,38
Grau de Execução da despesa comprometida (b/a) -%	87,84%	83,93%	81,71%	87,92%
Grau de Execução da despesa paga do faturado(c+d)/h -%	91,43%	86,95%	95,44%	98,15%

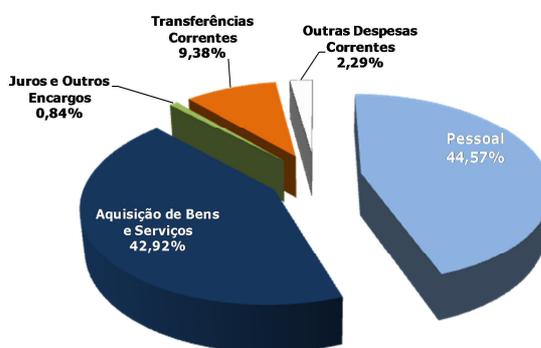
3.2.3. Análise da Despesas Correntes

A Despesa Corrente apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

Quadro nº 42 – Despesa Correntes

Descrição	2010	2011	2012	2013				Tx Exec	Crescimento	
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Execução		Valor	%
Pessoal	4.964.162,89	4.712.412,68	4.192.908,62	4.531.614,60	4.527.280,59	4.527.280,59	4.494.882,86	99,19%	301.974,24	7,20%
Aquisição de Bens e Serviços	6.424.193,04	4.324.224,95	3.872.767,84	5.325.739,86	5.058.893,14	5.039.957,29	4.328.156,86	81,27%	455.389,02	11,76%
Juros e Outros Encargos	224.492,74	185.715,46	234.912,21	118.656,14	87.890,70	87.890,70	84.843,32	71,50%	-150.068,89	-63,88%
Transferências Correntes	1.008.311,31	869.592,88	755.539,35	1.049.596,52	1.001.320,07	1.000.520,07	946.387,48	90,17%	190.848,13	25,26%
Outras Despesas Correntes	181.941,66	194.135,14	153.232,70	252.680,00	231.224,07	231.224,07	230.972,88	91,41%	77.740,18	50,73%
Total	12.803.101,64	10.286.081,11	9.209.360,72	11.278.287,12	10.906.608,57	10.886.872,72	10.085.243,40	89,42%	875.882,68	9,51%

Gráfico nº 35 – Peso de cada uma das rubricas no Total da Despesa Corrente (%) em 2013



As despesas correntes constituem praticamente as despesas de funcionamento dos serviços que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente, objeto de uma utilização final. Dentro deste tipo de despesas, no 2013 os encargos com pessoal assumem o grupo de despesas com maior expressão obtendo um peso de 44,57% seguido de imediato pela Aquisição de Bens e Serviços com a expressão de 42,92%.

As despesas de funcionamento retratam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pelo organismo municipal, agrupando as despesas com pessoal, com aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, tendo no ano 2013 atingido os 10.223.720,86€, em termos de faturação, correspondendo a nova despesa faturada a 9.705.918,50€, dado ter transitado do ano anterior dívida no valor de 517.802,36 (em termos orçamentais/económica).

Quadro nº 43 - Faturação de Despesas Correntes – 2012/2013

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2012						2013					
	Despesa Facturada			% Desp Func	% Desp Corrente	% Desp Total	Despesa Facturada			% Desp Func	% Desp Corrente	% Desp Total
Transitada (a)	Nova (b)	Total (a)+(b)	Transitada (d)				Nova e	Total (d)+e				
Pessoal	0,00	4.192.908,62	4.192.908,62	49,61%	44,81%	26,52%	0,00	4.521.397,72	4.521.397,72	52,12%	46,58%	29,20%
Aquisição de Bens e Serviços	280.658,77	4.106.432,23	4.387.091,00	48,59%	43,89%	25,98%	514.323,16	3.922.597,58	4.436.920,74	45,22%	40,41%	25,33%
Juros e Outros Encargos Financeiros	82.201,80	152.710,41	234.912,21		1,63%	0,97%	0,00	85.083,63	85.083,63		0,88%	0,55%
Transferências Correntes	6.512,00	752.457,35	758.969,35		8,04%	4,76%	3.430,00	945.800,13	949.230,13		9,74%	6,11%
Outras Despesas Correntes	1.515,87	151.766,03	153.281,90	1,80%	1,62%	0,96%	49,20	231.039,44	231.088,64	2,66%	2,38%	1,49%
Despesas de Funcionamento	282.174,64	8.451.106,88	8.733.281,52	100,00%	90,33%	53,46%	514.372,36	8.675.034,74	9.189.407,10	100,00%	89,38%	56,03%
Despesas Correntes	370.888,44	9.356.274,64	9.727.163,08		100,00%	59,18%	517.802,36	9.705.918,50	10.223.720,86		100,00%	62,68%
Despesas Totais	2.609.374,80	15.808.609,56	18.417.984,36				840.256,88	15.483.776,50	16.324.033,38			100,00%

Tratando-se, essencialmente, de despesas fixas de funcionamento, as despesas correntes revelam um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam recair, o que facilmente se verifica pelo forte peso que as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços assumem no seu valor total. De facto, as despesas de funcionamento representam 89,38% da execução das despesas correntes.

Da análise do quadro anterior afere-se que a rubrica as despesas com pessoal é a que tem o maior peso nas despesas de funcionamento no que respeita a nova faturação, ao assumir 52,12%, peso este superior ao apurado em 2012 (49,61%), devido ao alívio de políticas restritivas aplicadas ao nível da rubrica de custos com pessoal pelas disposições previstas no LOE 2012, retomando em 2013 o pagamento de subsídios de férias e de Natal.

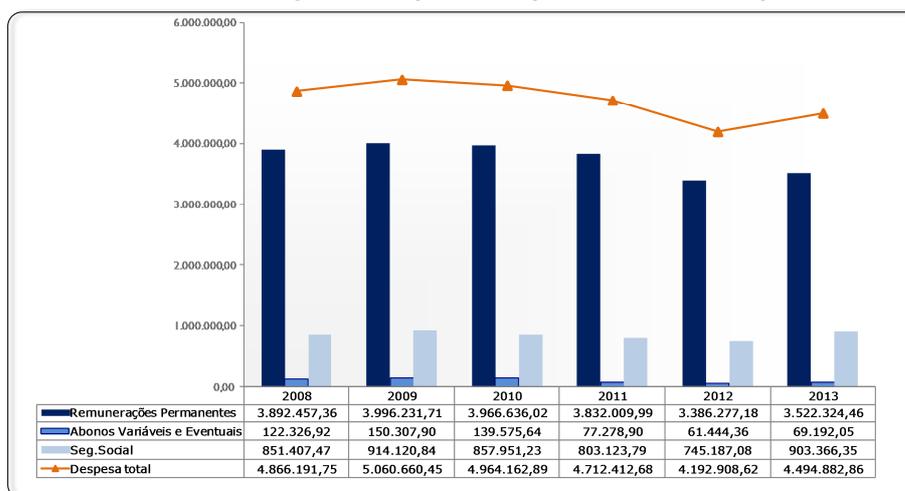
As Transferências Correntes, que acusam 9,74% do valor das despesas correntes pagas, são também espelho do forte empenho da Autarquia no apoio às diversas coletividades do concelho.

► Despesas com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a de despesas com pessoal, representando cerca de 49,6% das despesas de funcionamento, 44,6% das despesas correntes em cerca de 28,10% das despesas totais, em termos da despesa faturada.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, contratado a termo, em regime de tarefa ou avença e em qualquer outra situação. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda, outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, encargos sobre remunerações (ADSE e Seg. Social), seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e despesas de saúde.

Gráfico nº 36- Evolução das despesas com pessoal nas suas componentes



Com um valor global 4.494.882,86€ as despesas com pessoal tiveram acréscimo de 301.974,24€ (+7,20%). Esta variação positiva nas despesas com pessoal é justificada quer pela obrigatoriedade imposta pela Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2013 de pagamento do Subsídio de Natal por duodécimos, bem como, pelo pagamento de Subsídio de Férias no mês de Junho à totalidade dos funcionários, fruto da declaração de inconstitucionalidade da norma que o suspendia, considerando que no ano transato tal pagamento não contemplou os trabalhadores com remuneração base superior a 1.100 € e impunha redução àqueles que auferem entre 600 € e 1.100 €.

Quadro nº 44- Despesas com Pessoal (quadrénio 2010-2013)

(unidade monetária : Euros)

Descrição	2010	2011	2012	2013	Crescimento	
					Valor	%
Membros de Órgãos Autárquicos	167.304,48	149.150,05	147.939,05	143.868,03	-4.071,02	-2,75%
Pessoal do Quadro	2.387.732,27	2.418.924,15	2.355.775,81	2.330.470,30	-25.305,51	-1,07%
Pessoal Contratado a Termo	327.644,43	231.314,27	151.698,22	8.169,62	-143.528,60	-94,61%
Pessoal em Regime de Tarefa/ Avença	192.099,93	192.988,36	271.048,02	316.529,71	45.481,69	16,78%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	80.697,76	49.640,90	13.191,46	6.566,40	-6.625,06	-50,22%
Subsídio de Férias e de Natal	497.091,61	494.001,46	153.622,32	436.824,85	283.202,53	184,35%
Outras Remunerações	314.065,54	295.990,80	293.002,30	279.895,55	-13.106,75	-4,47%
TOTAL REMUNERAÇÕES CERTAS	3.966.636,02	3.832.009,99	3.386.277,18	3.522.324,46	136.047,28	4,02%
Horas Extraordinárias	99.213,36	45.142,29	31.838,55	36.542,79	4.704,24	14,78%
Abono para falhas	5.106,20	4.997,08	6.153,38	5.785,51	-367,87	-5,98%
Outros Abonos	35.256,08	27.139,53	23.452,43	26.863,75	3.411,32	14,55%
TOTAL ABONOS VARIÁVEIS / EVENTUAIS	139.575,64	77.278,90	61.444,36	69.192,05	7.747,69	12,61%
Encargos com Saúde (ADSE)	217.041,20	169.818,46	216.748,85	228.662,83	11.913,98	5,50%
Caixa Geral de Aposentações	403.758,23	374.999,88	328.143,42	486.055,36	157.911,94	48,12%
Segurança Social -Reg Geral	137.635,14	174.380,80	140.853,77	127.150,12	-13.703,65	-9,73%
Outras Prestações Sociais (*)	71.481,41	46.509,52	35.858,89	40.692,28	4.833,39	13,48%
Seguros com Pessoal	28.035,25	37.415,13	23.582,15	20.805,76	-2.776,39	-11,77%
TOTAL CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	857.951,23	803.123,79	745.187,08	903.366,35	158.179,27	21,23%
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	4.964.162,89	4.712.412,68	4.192.908,62	4.494.882,86	301.974,24	7,20%

O grupo mais representativo corresponde a remunerações certas e permanentes (vencimento mensal, subsídios de férias e Natal e despesas de representação) dos eleitos locais, funcionários, agentes e prestadores de serviços do município, cabendo-lhes o valor global de €3.522.324,46. Segue-se o grupo referente a contribuições e encargos patronais com a segurança social (subsídios e prestações familiares, assistência na saúde, caixa geral de aposentações, regime geral de segurança social e em termos de seguros com pessoal) que totalizou €745.187,08. O remanescente, no valor de €61.44,36, reflete o conjunto de abonos variáveis e eventuais, tais como horas extraordinárias, ajudas de custo, abonos para falhas e senhas de presença da Assembleia e Câmara Municipais.

A rubrica de *Remunerações Certas e Permanentes*, representam 78,4% das Despesas com Pessoal, evidenciando um acréscimo relativamente ao ano 2012 de 4,02% (+ €136.047,28), justificado fundamentalmente pelo aumento da rubrica de Subsídio de Férias e Natal (aumento na ordem dos 184%), dado que no ano 2012 se assistiu á suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes, aos trabalhadores com remuneração base superior a 1.100 € e impondo redução àqueles que auferiam entre 600 € e 1.100 €- (*art. 21º do LOE 2012*), sendo que tal medida restritiva e de austeridade não ocorreu no ano 2013.

Os *Abonos Variáveis e Eventuais*, afiguram 1,5% das despesas com pessoal, apresentando em relação ao exercício de 2012, um acréscimo de 12,61% (€7.747,69).

A *Segurança Social*, absorve 20,1% registando em relação ao exercício de 2012, um acréscimo de 21,23%, correspondendo em termos absolutos um aumento de 158.179,27€.

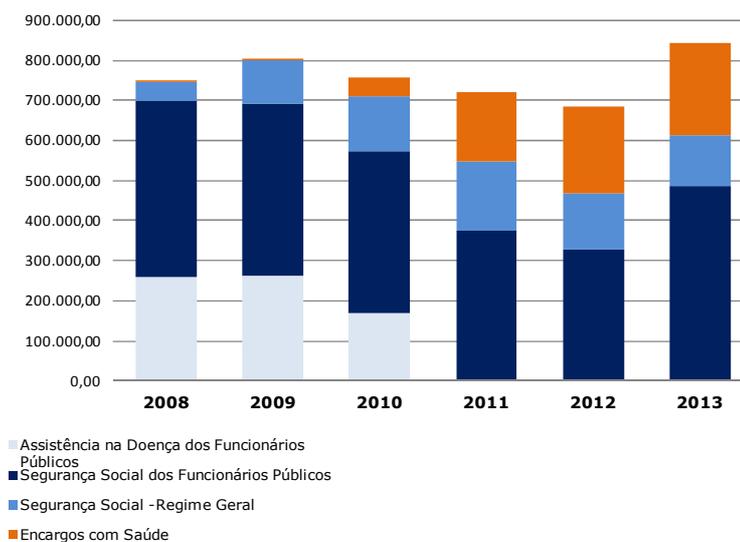
De referir, que pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE2013), mais especificamente no seu artigo 79º, procedeu-se a alteração do artigo 6º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, alterando a taxa de desconto para a Caixa Geral de Aposentação, IP (CGA,IP), por parte das entidades empregadoras da administração pública, de 15% para 20%. Esta alteração de 5% nos descontos para a CGA,IP, tiveram o seu reflexo no aumento do valor das contribuições para a Segurança Social.

Em termos de encargos com o pessoal suportados pela entidade patronal, os valores apurados encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Quadro nº 45

Contribuições para a Segurança Social				
Ano	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos	Segurança Social dos Funcionários Públicos	Segurança Social - Regime Geral	Encargos de saúde
2002	219.427,30	253.281,40	14.014,06	
2003	215.391,60	250.647,89	9.798,23	
2004	221.364,40	257.235,08	12.852,85	
2005	234.466,60	273.729,90	19.883,01	
2006	249.996,65	401.602,01	38.967,11	
2007	253.160,75	429.053,34	33.320,24	
2008	260.547,95	440.327,63	46.435,51	698,61
2009	261.382,01	430.706,99	108.467,64	1.952,85
2010	167.752,85	403.758,23	137.635,14	49.288,35
2011	0,00	374.999,88	174.380,80	169.818,46
2012	0,00	328.143,42	140.853,77	216.748,85
2013	0,00	486.055,36	127.150,12	228.662,83

Gráfico nº 37



O Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº44/85 de 13 de Setembro, define os limites das despesas com pessoal, estipulando no artigo 10º que as despesas com pessoal do quadro não podem ser superiores a 60% das receitas correntes do ano anterior e as despesas com pessoal em qualquer outra situação não podem ser superiores a 25% dos 60% (ou seja 15%) das receitas correntes do ano anterior. Traduzindo:

Despesas efetuadas com o pessoal do quadro ≤ 60 % das Receitas correntes do ano económico anterior

&

Despesas efetuadas com o pessoal fora do quadro ≤ 25% dos 60 % das Receitas correntes do ano económico anterior

Assim, apresenta-se de seguida quadro ilustrativo da posição do Município perante os limites legais estabelecidos:

Quadro nº 46

Limites legais estipulados no art.10º do D.L. nº 116/84 de 06 de Abril, na redação dada pela Lei nº 44/85 de 13 de Setembro

	Valor	% de utilização das receitas	% do limite legal
Pessoal do quadro			
Receitas correntes	10.522.439,07 €		
60% da Rec Corrente	6.313.463,44 €		
Despesas com	2.333.479,64 €	22,18%	36,96%
Pessoal Fora do Quadro			
Receitas correntes	10.522.439,07 €		
(25%x60%) 15% da	1.578.365,86 €		
Despesas com	331.265,73 €	5,25%	20,99%

No que respeita ao cumprimento dos limites estabelecidos no artigo 10º do Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº44/85 de 13 de Setembro, importa referir que as despesas com pessoal se encontram longe de atingirem os limites legais, encontrando-se utilizados 36,96% dos limites legais para despesas com Pessoal do Quadro e 20,99% do limite das despesas com Pessoal Fora do Quadro.

Em termos do primeiro limite legal o valor de 2013 foi superior ao do ano 2012. Nesse ano encontravam-se utilizados 33,16% do limite para despesas com Pessoal do Quadro e 24,52% do limite das despesas com Pessoal Fora do Quadro.

► **Aquisição de Bens e Serviços Correntes**

No agrupamento de aquisição de bens e serviços estão registadas as despesas realizadas com a aquisição de bens de consumo, inventariáveis ou não, mas não caracterizáveis como bens de capital, bem como as despesas realizadas com a aquisição de serviços a terceiros.

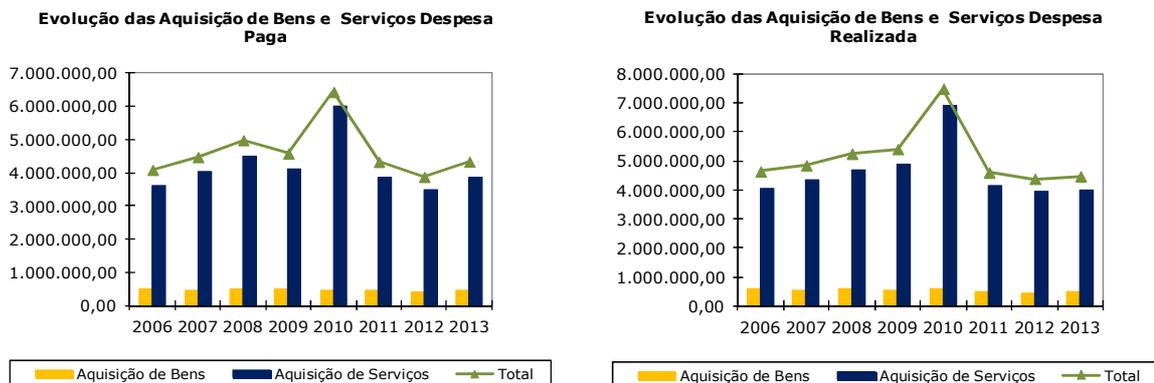
O conjunto das despesas com aquisição de bens e serviços correntes ascendeu a 4.328.156,86€, o que corresponde a uma execução de 81,28% e assumindo um acréscimo de 11,76% (+455.389,02€) relativamente á despesa paga em 2012. De referir, que numa abordagem global das despesas pagas deste agrupamento, podemos observar que 3.866.993,75€ são relativos a aquisição de serviços e 461.163,86€ a aquisição de bens. A aquisição de serviços prepondera fortemente face à aquisição de bens, representando 89,06% .

No que respeita à aquisição de bens e serviços, a taxa de execução da despesa realizada atingiu os 81,28%, observável no mapa de controlo orçamental da despesa.

Seguidamente apresentam-se alguns quadros e gráficos elucidativos da evolução das despesas faturadas e pagas em aquisição de bens e serviços.

Ao analisar a evolução da despesa realizada e da despesa paga referente a aquisição de bens e serviços nos últimos anos, conclui-se que desde 2006 se tem registado um crescimento anual, no entanto no ano 2011 regista-se uma inversão dessa tendência tanto em termos de despesa paga como realizada (faturada), mantendo essa tendência de decréscimo no ano 2013.

Gráfico nº 38



No ano 2013 registou-se um acréscimo de (+) 1,95% na despesa realizada..Adicionalmente, no apuramento da despesa paga registou-se um acréscimo de 11,76%.

O próximo quadro é elucidativo destas observações.

Quadro nº 47 – Evolução da despesa – Aquisição de bens e serviços correntes

Designação	2009	2010	2011	2012	2013			Peso
					Valor	Desvio /Variação	Tx Cresc. 2013/2012	
Despesa Realizada (Facturada)								
Aquisição de Bens	545.397,53	605.336,75	471.635,89	449.599,71	489.304,74	39.705,03	8,83%	10,94%
Aquisição de Serviços	4.865.666,74	6.885.996,48	4.133.247,83	3.937.491,29	3.983.496,83	46.005,54	1,17%	89,06%
Total.....	5.411.064,27	7.491.333,23	5.411.064,27	4.387.091,00	4.472.801,57	85.710,57	1,95%	100,00%
Despesas Paga								
Aquisição de Bens	484.653,22	441.012,53	452.072,21	396.424,52	461.163,11	64.738,59	16,33%	10,65%
Aquisição de Serviços	4.086.946,10	5.983.180,51	3.872.152,44	3.476.343,32	3.866.993,75	390.650,43	11,24%	89,35%
Total.....	4.571.599,32	6.424.193,04	4.324.224,65	3.872.767,84	4.328.156,86	455.389,02	11,76%	100,00%

De seguida, apresenta-se uma apreciação com mais detalhe de cada uma das rubricas.

AQUISIÇÃO DE BENS

No ano 2013, a aquisição de bens totalizou 489.304,74€ no que respeita à despesa realizada e cifrou-se em 461.163,11€ no que respeita a despesa paga no ano, sendo que transita para o ano 2014 o valor de 28.141,63€ de despesa não paga.

Importa referir que a despesa realizada com combustíveis e lubrificantes (*onde se inclui fornecimento de combustíveis a instalações desportivas e escolares*) reforçou a liderança na hierarquia das mais elevadas, tendo absorvido 48,03% da despesa total com aquisição de bens. Em segundo lugar poderemos observar a despesa relativa a matérias primas e subsidiárias que também reduziu a sua ponderação e absorveu 15,44% do mesmo universo.

O próximo quadro apresenta em detalhe a evolução registada.

Quadro nº 48 - Aquisição de Bens Correntes

Designação	DESPESA PAGA						DESPESA REALIZADA (facturada)					
	2012		2013		Δ 2012/2013		2012		2013		Δ 2012/2013	
	Valor	%	Valor	%	Nominal	%	Valor	%	Valor	%	Nominal	%
Matérias primas e subsidiárias	51.173,29	12,91%	71.214,50	15,44%	20.041,21	39,16%	70.760,24	15,74%	81.022,83	16,56%	10.262,59	14,50%
Combustíveis e Lubrificantes	196.356,48	49,53%	221.502,33	48,03%	25.145,85	12,81%	206.468,33	45,92%	224.977,47	45,98%	18.509,14	8,96%
Gasolina	7.995,90	2,02%	10.289,90	2,23%	2.294,00	28,69%	8.464,14	1,88%	10.289,90	2,10%	1.825,76	21,57%
Gasóleo	89.324,55	22,53%	103.264,65	22,39%	13.940,10	15,61%	98.350,76	21,88%	103.264,65	21,10%	4.913,89	5,00%
Outros	99.036,03	24,98%	107.947,78	23,41%	8.911,75	9,00%	99.653,43	22,16%	111.422,92	22,77%	11.769,49	11,81%
Limpeza e Higiene	10.557,98	2,66%	10.866,38	2,36%	308,40	2,92%	12.121,80	2,70%	11.339,38	2,32%	-782,42	-6,45%
Vestuário e Artigos Pessoais	1.542,12	0,39%	4.308,26	0,93%	2.766,14	179,37%	4.335,46	0,96%	4.308,26	0,88%	-27,20	-0,63%
Material de Escritório	22.614,06	5,70%	25.670,97	5,57%	3.056,91	13,52%	27.345,91	6,08%	29.711,54	6,07%	2.365,63	8,65%
Produtos Químicos e Farmaceuticos	11.915,43	3,01%	15.463,73	3,35%	3.548,30	29,78%	13.680,49	3,04%	15.463,73	3,16%	1.783,24	13,03%
Material de Transporte - Peças	5.499,50	1,39%	12.084,21	2,62%	6.584,71	119,73%	6.602,33	1,47%	12.492,03	2,55%	5.889,70	89,21%
Outro material - Peças	5.757,27	1,45%	10.286,16	2,23%	4.528,89	78,66%	6.849,51	1,52%	10.773,86	2,20%	3.924,35	57,29%
Prémios, Condecorações e Ofertas	20.550,14	5,18%	25.103,14	5,44%	4.553,00	22,16%	26.554,90	5,91%	30.152,29	6,16%	3.597,39	13,55%
Mercadorias para venda	2.631,91	0,66%	6.302,10	1,37%	3.670,19	139,45%	2.631,91	0,59%	6.302,10	1,29%	3.670,19	139,45%
Ferramentas e Utensílios	1.445,91	0,36%	2.382,69	0,52%	936,78	64,79%	2.868,90	0,64%	2.382,69	0,49%	-486,21	-16,95%
Livros e Documentação Técnica	569,00	0,14%	606,35	0,13%	37,35	6,56%	641,80	0,14%	686,35	0,14%	44,55	6,94%
Artigos Honoríficos e de Decoração	0,00	0,00%	332,10	0,07%	332,10	n.a.	0,00	0,00%	332,10	0,07%	332,10	n.a.
Material de Educação, Cultura e Recreio	4.218,69	1,06%	5.562,29	1,21%	1.343,60	31,85%	4.295,57	0,96%	5.562,29	1,14%	1.266,72	29,49%
Outros Bens	61.592,74	15,54%	49.477,90	10,73%	-12.114,84	-19,67%	64.442,56	14,33%	53.797,82	10,99%	-10.644,74	-16,52%
Total	396.424,52	100,00%	461.163,11	100,00%	64.738,59	16,33%	449.599,71	100,00%	489.304,74	100,00%	39.705,03	8,83%

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Este agrupamento respeita a despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, acolhendo, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, representação municipal, seguros, estudos pareceres e projetos, consultadoria, outros trabalhos especializados e encargos de cobrança de receitas.

Inclui igualmente as despesas com publicidade e os salários de pessoal que, sendo recrutado para trabalhos esporádicos ou sazonais, sem qualquer expectativa de continuidade, não reúne os requisitos para ser considerado pessoal do quadro ou pessoal em qualquer outra situação.

Nesta rubrica são ainda inscritos os pagamentos de emolumentos pelo visto das contas de gerência e contratos e os encargos resultantes de inscrição de funcionários em cursos de especialização e aperfeiçoamento.

Em matéria de aquisição de serviços, despesa faturada perfaz na gerência em apreço 3.983.496,83€ €, apesar da tendência geral de decréscimo em grande parte das suas rubricas, verifica, face ao período homólogo, um acréscimo de (+) 1,17%, fortemente influenciado pelo aumento de (+) 45.407,66 € dos "Encargos de cobrança de receita", (+) 65,87%, encargos esses que têm origem no pagamento pelos serviços de liquidação e cobrança de impostos municipais (IMI, Imposto único de circulação e IMT) assegurados pelo Estados (Autoridade Tributária) os quais correspondem a cerca de 2,5% do valores cobrados.

A aquisição de serviços promovida pelo Município de Estarreja representou uma despesa faturada no montante de 3.983.496,83€ e uma despesa paga que totalizou 3.866.993,75€, originando um dívida a transitar para o exercício económico de 2014 de 116.503,08€ (a dívida transitada do exercício 2012 para 2013 foi de 461.167,96€). Em termos nominais, no que respeita a despesa paga, verifica-se um aumento de 390.670,42€ em relação ao registado no ano anterior, tendo a despesa realizada aumentado apenas 46.005,54€.

Quadro nº 49 - Aquisição de Serviços Correntes

Designação	DESPESA PAGA						DESPESA REALIZADA (facturada)					
	2013		2012		Δ 2012/2013		2013		2012		Δ 2012/2013	
	Valor	%	Valor	%	Nominal	%	Valor	%	Valor	%	Nominal	%
Encargos de Instalações	339.515,50	8,78%	425.457,50	12,24%	-85.942,00	-20,20%	352.405,27	8,85%	453.702,34	11,52%	-101.297,07	-22,33%
Limpeza e Higiene	35.139,62	0,91%	43.249,47	1,24%	-8.109,85	-18,75%	37.772,56	0,95%	46.461,06	1,18%	-8.688,50	-18,70%
Conservação de Bens	100.024,61	2,59%	70.198,38	2,02%	29.826,23	42,49%	106.368,73	2,67%	81.857,06	2,08%	24.511,67	29,94%
Locação de Edifícios	157,42	0,00%	151,72	0,00%	5,70	3,76%	157,42	0,00%	151,72	0,00%	5,70	3,76%
Locação de Material de Informática	22.145,91	0,57%	20.738,35	0,60%	1.407,56	n.a	27.561,16	0,69%	24.069,81	0,61%	3.491,35	14,51%
Locação de Outros Bens	50.790,00	1,31%	35.804,15	1,03%	14.985,85	41,86%	54.081,36	1,36%	44.066,58	1,12%	10.014,78	22,73%
Comunicações	73.533,91	1,90%	67.938,74	1,95%	5.595,17	8,24%	74.776,83	1,88%	69.338,35	1,76%	5.438,48	7,84%
Transportes	222.300,47	5,75%	308.385,38	8,87%	-86.084,91	-27,91%	222.745,57	5,59%	308.710,73	7,84%	-85.965,16	-27,85%
Representação dos Serviços	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Seguros	47.203,04	1,22%	51.460,06	1,48%	-4.257,02	-8,27%	47.203,04	1,18%	51.460,06	1,31%	-4.257,02	-8,27%
Deslocações e Estadas	10.499,64	0,27%	8.525,00	0,25%	1.974,64	23,16%	11.289,64	0,28%	9.140,00	0,23%	2.149,64	23,52%
Estudos, projectos, pareceres e consultadoria	208.809,02	5,40%	163.703,85	4,71%	45.105,17	27,55%	208.809,02	5,24%	165.697,24	4,21%	43.111,78	26,02%
Formação	3.869,90	0,10%	5.775,74	0,17%	-1.905,84	-33,00%	4.306,60	0,11%	5.775,74	0,15%	-1.469,14	-25,44%
Seminários, Exposições e Similares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Publicidade	54.557,42	1,41%	41.335,69	1,19%	13.221,73	31,99%	57.939,76	1,45%	46.762,76	1,19%	11.177,00	23,90%
Vigilância e Segurança	19.156,45	0,50%	23.359,25	0,67%	-4.202,80	-17,99%	19.156,45	0,48%	23.359,25	0,59%	-4.202,80	-17,99%
Assistência Técnica	95.362,59	2,47%	80.880,71	2,33%	14.481,88	17,91%	99.971,47	2,51%	92.254,77	2,34%	7.716,70	8,36%
Outros Trabalhos Especializados	1.402.459,83	36,27%	1.517.049,28	43,64%	-114.589,45	-7,55%	1.477.382,53	37,09%	1.639.345,27	41,63%	-161.962,74	-9,88%
Serviços Recolha / Tratamento de RSU	569.130,29	14,72%	575.840,95	16,56%	-6.710,66	-1,17%	604.400,98	15,17%	685.199,19	17,40%	-80.798,21	-11,79%
Serviços de Alimentação	221.895,27	5,74%	277.021,37	7,97%	-55.126,10	-19,90%	246.207,74	6,18%	277.021,37	7,04%	-30.813,63	-11,12%
Serviços de Limpeza Urbana	11.795,98	0,31%	4.093,63	0,12%	7.702,35	188,15%	15.099,42	0,38%	8.553,51	0,22%	6.545,91	76,53%
Serviços de Tratamento de Saneamento	149.326,58	3,86%	119.461,26	3,44%	29.865,32	25,00%	149.326,58	3,75%	119.461,26	3,03%	29.865,32	25,00%
Diversos	450.311,71	11,65%	540.632,07	15,55%	-90.320,36	-16,71%	462.347,81	11,61%	549.109,94	13,95%	-86.762,13	-15,80%
Encargos de Cobrança de Receitas	114.341,64	2,96%	68.933,98	1,98%	45.407,66	65,87%	114.341,64	2,87%	68.933,98	1,75%	45.407,66	65,87%
Outros Serviços	1.067.126,78	27,60%	543.376,08	15,63%	523.750,70	96,39%	1.067.227,78	26,79%	806.404,57	20,48%	260.823,21	32,34%
Emolumentos	33.989,26	0,88%	28.452,49	0,82%	5.536,77	19,46%	33.989,26	0,85%	28.452,48	0,72%	5.536,78	19,46%
Publicações	6.952,32	0,18%	6.314,79	0,18%	637,53	10,10%	6.952,32	0,17%	6.407,04	0,16%	545,28	8,51%
Electricidade - Iluminação Pública	996.468,85	25,77%	478.606,15	13,77%	517.862,70	108,20%	996.468,85	25,01%	739.543,87	18,78%	256.924,98	34,74%
Diversos Serviços	29.716,35	0,77%	30.002,65	0,86%	-286,30	-0,95%	29.817,35	0,75%	32.001,18	0,81%	-2.183,83	-6,82%
Total	3.866.993,75	100,00%	3.476.323,33	100,00%	390.670,42	11,24%	3.983.496,83	100,00%	3.937.491,29	100,00%	46.005,54	1,17%

No que respeita à despesa realizada, as rubricas com maior peso no total das aquisições de serviços ao longo do ano 2013 foram:

- ☐ Outros trabalhos especializados, que totalizaram em 2013, o montante faturado de 1.477.382,53 €, têm conhecido decréscimos sucessivos nos últimos dois anos, sendo que, em termos nominais, registado uma redução face ao ano anterior de 161.962,74€ (ano anterior conheceu uma redução de 304.767,63€), que em termos percentuais corresponde a um decréscimo de 9,88%. Apesar destes decréscimos, mantem a liderança na hierarquia das rubricas com maior despesa dentro das aquisições de serviços. Analisando com maior detalhe esta rubrica, poderemos observar:
 - Os serviços de recolha e tratamento de RSU, com faturação no valor de 604.400,98€ (- 11,79%) e pagamentos no valor de 569.130,29€ (- 1,17%), tendo existido mais capacidade e liquidez por parte do Município para pagamento de faturas.
 - Os outros trabalhos especializados – diversos, com um peso relativo de 11% dos serviços adquiridos, totalizaram 462.347,81€, significando uma redução de 15,8% (86.762,13€). Exemplo de tipo de serviços especializados contabilizados neste agrupamento são: aquisição de serviços especializados relacionados com a realização de eventos culturais e desportivos (incluindo a programação do Cine Teatro); utilização de plataforma eletrónica de contratação pública; serviços de auditoria externa no âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade dos serviços; serviços complementares prevenção médica e demolições.
 - Os serviços de tratamento de saneamento com um acréscimo de 25,00%, totalizaram 149.326,58€, referentes a pagamento de acordos de pagamento firmados com a SIMRIA para pagamento de faturas vencidas.
 - Os serviços de alimentação cuja despesa decresceu 11,12%, cifrou-se em 2013 no montante de 246.207,74€.
- ☐ A rubrica de outros serviços absorveu 26,79% da despesa realizada/faturada no agrupamento de aquisição de serviços correntes, tendo registado um acréscimo, de 32,34% (+260.823,21€), essencialmente por transição de faturação operada em 2012, relativa a electricidade destinada a iluminação pública e paga em 2013, de destacar:

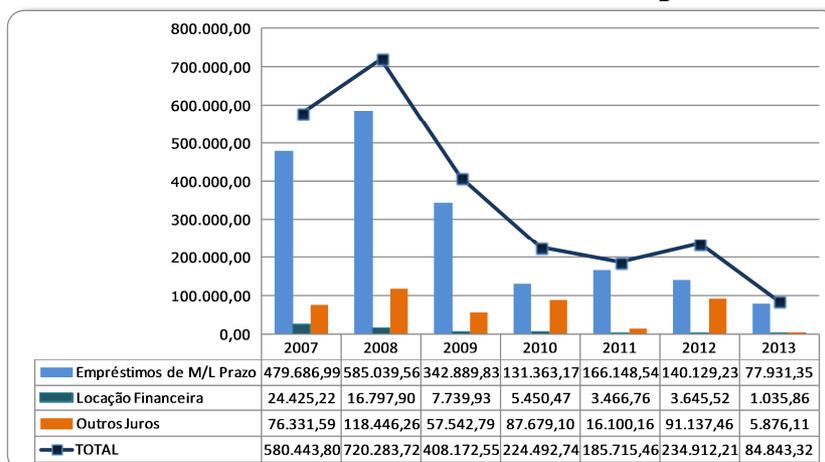
- Os serviços prestados pela EDP em termos de eletricidade destinada a iluminação atingiram no ano 2013 uma faturação na ordem dos 996.468,85€, tendo sido totalmente paga no ano 2013, não transitando qualquer dívida com esta entidade. De referir que o total de nova faturação, desta rubrica económica específica, perfaz na gerência 2013 apenas 735.531,13€ tendo transitado do ano 2012 uma dívida de 260.937,72€;
- A despesa com emolumentos, que, contudo, mantém uma preponderância reduzida no conjunto das aquisições de serviços, representando 0,85% e cifrando-se em 33.989,26€;
- ☐ Os encargos com as Instalações, com pagamentos de 352.405,27€, ou seja, 8,85% do agregado e um decréscimo de 22,33%, contra o acréscimo verificado no ano anterior de 46,84%. O montante pago, refere-se a consumo de eletricidade e água das diversas instalações municipais, concluindo aqui o trabalho de eficiência e controlo operado pelos serviços camarários nesta área, originando evidentes poupanças.
- ☐ Transportes que incluem as despesas com os transportes escolares;
- ☐ Despesa relativa a estudos, projetos, pareceres e consultadoria, totalizaram no ano 2013 despesa faturada e paga de 208.809,02€.
- ☐ Despesa com conservação de bens que inclui principalmente as despesas com a conservação e manutenção das viaturas e outros equipamentos deste Município, tendo no presente registado um aumento de 29,94% (24.511,67€), cifrando-se nos 106.368,73€.
- ☐ Os gastos com Assistência Técnica ascenderam no ano 2013 a 99.971,47€, representando um acréscimo de 8,36% face ao registado o ano 2012, devido ao aumento das infraestruturas e equipamentos municipais sendo necessário garantir o seu funcionamento. Associado a estas despesas temos a manutenção de sistemas de ar condicionado (AVAC); alarmes; elevadores, manutenção de equipamentos eletromecânicos - Centrais Técnicas de escolas, complexos desportivos e piscinas; atualizações e manutenção de sistemas informáticos e respetivas aplicações de software, manutenção e assistência de semáforos;
- ☐ A rubrica de registo de encargos com seguros registou um decréscimo de 8,27%, atingindo os 47.203,04, fruto da nova contratualização de apólices de seguros decorrente da realização de uma consulta formal ao mercado, via concurso público, obtendo evidentes poupanças.
- ☐ Os dispêndios com as comunicações, onde se incluem as despesas com a expedição de correspondência, utilização de telefones e telemóveis, bem como de serviços de acesso à internet: 74.776,83€ que apresentam um aumento de 7,84% face ao ano anterior.

► Encargos Correntes da Dívida

Entre 2007 e 2012 a despesa com juros e outros encargos diminuiu significativamente, derivada da descida acentuada da taxas de juro e a amortização de parte significativa de empréstimos de médio e longo prazo obtidos.

Os juros suportados correspondem 0,84% das Despesas Correntes e 0,53% das Despesas Totais.

Gráfico nº 39 – Juros e Outros Encargos



Na rubrica Encargos Correntes da Dívida encontram-se, também, contabilizados os juros resultantes do financiamento de algumas aquisições de edifícios, equipamento básico e de transporte através de locação financeira e juros de mora por atrasos em pagamentos a terceiros.

► Transferências Correntes

Ao abrigo das competências do Município, que se reportam a vários domínios que vão desde a Educação, Ação Social, aos Tempos Livres e Desporto, Património, Cultura e Ciência, este atribuiu, ao longo do ano 2013, determinados subsídios a organismos e entidades, com vista ao financiamento das suas despesas correntes e consequentemente com o objetivo de propiciar condições de incrementos aos sectores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Estes apoios financeiros concedidos, deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2013 por 5,91% do total do global da despesa paga e 9,38% da despesa corrente paga.

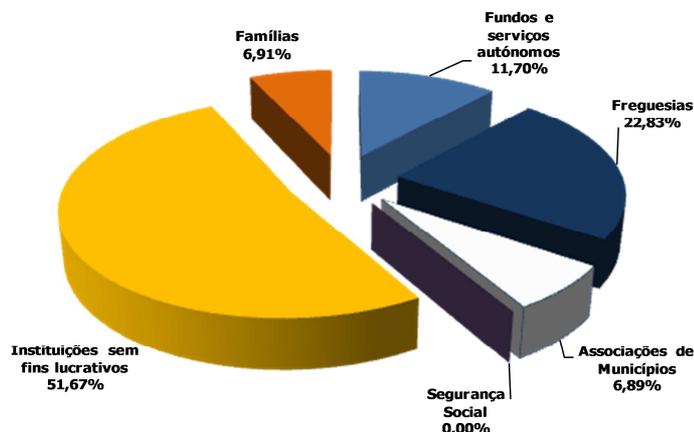
Seguidamente insere-se um quadro e um gráfico ilustrativo da distribuição e evolução das transferências correntes atribuídas:

Quadro nº 50 – Transferências Correntes (Despesa)

(unidade monetária : Euros)

Designação	2013	2012	2011	2010
Administração Central	110.698,76	80.126,22	86.980,50	140.461,74
Administração Local	281.267,68	265.056,27	269.944,75	263.846,51
Freguesias	216.079,61	226.613,39	236.036,75	232.751,31
Associações de Municípios	65.188,07	38.442,88	33.908,00	31.095,20
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições sem fins lucrativos	489.027,63	338.815,01	427.011,18	523.924,80
Famílias	65.393,41	71.541,85	85.656,45	80.078,26
TOTAL	946.387,48	755.539,35	869.592,88	1.008.311,31
Variação - valor	190.848,13	-114.053,53	-138.718,43	-68.789,36
Variação - %	25,26%	-13,12%	-13,76%	-6,39%

Gráfico nº 40



As importâncias retiradas do rendimento corrente da Autarquia e concedidas, por esta a outras entidades, sem qualquer contrapartida somaram 946.387,48€, apresentando um acréscimo de 190.848,13€ (25,26%), em relação ao verificado no ano anterior.

Na rubrica de Transferências Correntes estão registadas todos os fluxos sem contrapartida financeira que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal assim como as transferências para as freguesias, sejam as que se destinam ao apoio do funcionamento das suas atividades, sejam as que se destinam à concretização de ações correspondentes à execução de protocolos no âmbito das delegações de competências.

A atribuição de apoios correntes a entidades e organismos legalmente existentes para a prossecução de atividades de natureza social, cultural, desportivo, recreativo ou outro ascendeu a 489.027,63€, traduzindo um acréscimo na ordem dos 44%, em termos nominais representando um conjunto de transferências no valor de 150.212,62€.

As verbas atribuídas às Juntas de Freguesia, representam 22,8% e enquadram-se fundamentalmente na delegação de competências transferidas para as freguesias no âmbito de limpeza de fossas, manutenção de espaços ajardinados e apoios financeiros para a realização de eventos culturais.

As verbas inscritas em Administração Local, às quotas anuais da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação de Municípios da Ria (AMRia) e às transferências para as freguesias.

Os valores registados em Fundos e Serviços Autónomos, dizem respeito à atribuição de verbas transferidas, no âmbito das competências das autarquias locais, na área da Educação, para os Agrupamentos de Escolas do 1º e 2º Ciclo e instituições do concelho de Estarreja para apoio a atividades didáticas por estes promovidos e para participação de refeições servidas a crianças em idade escolar do 1º ao 2º ciclo.

As transferências atribuídas a particulares dizem respeito, fundamentalmente a auxílios económicos atribuídos às diversas escolas de ensino básico do concelho no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Rede Pré-Escolar e a despesas assumidas pela Câmara na concretização do Programa Ocupacional para Trabalhadores de comprovada Carência Económica.

► Outras Despesas Correntes

O total de despesas consideradas como residuais, não classificáveis nas outras rubricas económicas, ascendeu no exercício de 2013 aos 230.972,88€. No ano económico de 2013, denota-se um acréscimo desta rubrica económica de despesas, na ordem dos 50,73%, correspondendo a um aumento de 77.740,18€.

Quadro nº 51 – Outras Despesas Correntes

(unidade monetária : Euros)

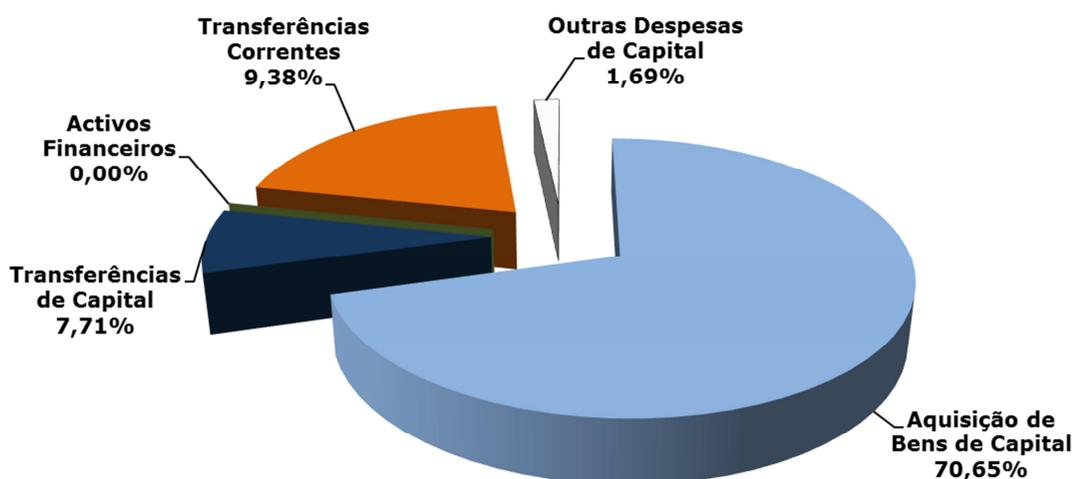
Designação	2012		2012		Tx Cresc %	2011		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%		Valor	%	
Diversas	63.422,38	27,46%	49.314,21	32,18%	28,61%	22.673,73	11,68%	117,49%
Impostos e Taxas	63.422,38	27,46%	49.314,21	32,18%	28,61%	22.673,73	11,68%	117,49%
Outras	167.550,50	72,54%	103.918,49	67,82%	61,23%	171.461,41	88,32%	-39,39%
Restituições	151.380,87	65,54%	67.872,15	44,29%	123,04%	100.604,87	51,82%	-32,54%
IVA Pago	0,00	0,00%	29.965,16	19,56%	-100,00%	68.076,12	35,07%	-55,98%
Serviços Bancários	11.881,12	5,14%	2.582,97	1,69%	359,98%	1.303,97	0,67%	98,09%
Diversas	4.288,51	1,86%	3.498,21	2,28%	22,59%	1.476,45	0,76%	136,93%
TOTAL.....	230.972,88	100,00%	153.232,70	100,00%	50,73%	194.135,14	100,00%	-21,07%

3.2.4. Análise das Despesas de Capital

As despesas de capital pagas totalizam 5.936.879,05€, registando-se um desvio negativo, em termos absolutos, de €2.431.487,71 em relação ao ano anterior, traduzindo um decréscimo de 29,06%.

A repartição das despesas de capital efetuada pelo município, no ano 2013, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

Gráficos nº 41



A Despesa de Capital apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

Quadro nº 52 - Evolução das Despesas de Capital

(unidade monetária : Euros)

Descrição	2010	2011	2012	2013				Tx Exec
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Execução	
Aquisição de Bens de Capital	6.843.978,26	4.755.463,49	6.713.812,04	7.554.123,48	5.605.078,24	5.585.123,74	4.194.287,65	55,52%
Transferências de Capital	915.624,29	865.706,77	418.409,91	659.819,00	507.082,59	507.082,59	457.536,15	69,34%
Activos Financeiros	154.472,50	0,00	0,00	138.625,00	128.625,00	128.625,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	1.488.241,07	1.480.035,20	1.236.144,81	1.185.000,00	1.184.604,86	1.184.604,86	1.184.604,86	99,97%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	103.000,00	100.450,39	100.450,39	100.450,39	97,52%
TOTAL	9.402.316,12	7.101.205,46	8.368.366,76	9.640.567,48	7.525.841,08	7.505.886,58	5.936.879,05	61,58%

► Investimento Global

O investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Direto, Transferências de Capital (Investimento Indireto) e Ativos Financeiros.

Nas despesas de investimento incluem-se os projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos, refletindo investimentos diretos do Município, e as transferências para investimentos de outras administrações (freguesias, IPSS e outras associações)

No próximo quadro podemos observar a desagregação do investimento global e a sua evolução no último quadriénio, assim como o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Quadro nº 53 - Evolução Investimento Global- Pago

(unidade monetária : Euros)

Componente	2010	%Desp Total	Tx Cresc	2011	Tx Cresc	2012	%Desp Total	Tx Cresc	2013	%Desp Total	Tx Cresc
Aquisição de Bens de Capital	6.843.978,26	30,82%	-6,63%	4.755.463,49	-30,52%	6.713.812,04	38,19%	41,18%	4.194.287,65	26,18%	-37,53%
Transferências de Capital	915.624,29	4,12%	35,74%	865.706,77	-5,45%	418.409,91	2,41%	-51,67%	457.536,15	2,86%	9,35%
Activos Financeiros	154.472,50	0,70%	-80,00%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	N.A.	0,00	0,00%	N.A.
TOTAL	7.914.075,05	35,64%	-9,83%	5.621.170,26	-28,97%	7.132.221,95	41,02%	26,88%	4.651.823,80	29,03%	-34,78%

Quadro nº 54 - Evolução Investimento Global- Realizado/Faturado

(unidade monetária : Euros)

Componente	2010	%Desp Total	Tx Cresc	2011	Tx Cresc	2012	%Desp Total	Tx Cresc	2013	%Desp Total	Tx Cresc
Aquisição de Bens de Capital	7.934.282,93	32,67%	8,25%	6.929.165,19	-12,67%	7.015.921,03	38,09%	1,25%	4.358.027,66	26,64%	-37,88%
Transferências de Capital	1.363.571,31	5,61%	102,14%	930.491,43	-31,76%	438.755,44	2,38%	-52,85%	457.536,15	2,80%	4,28%
Activos Financeiros	154.472,50	0,64%	-80,00%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	N.A.	0,00	0,00%	N.A.
TOTAL	9.452.326,74	38,92%	7,70%	7.859.656,62	-16,85%	7.454.676,47	40,47%	-5,15%	4.815.563,81	29,43%	-35,40%

As despesas de investimento, na vertente de pagamentos, totalizaram, no ano 2013, um valor de 4.651.188,89€, apresentando uma variação de -34,78% (2.480.398,15€), relativamente ao período homólogo anterior. O índice de realização deste tipo de despesas está normalmente correlacionado com a angariação de participações financeiras externas. Para a estrutura global da despesa, as despesas de investimento representam 29,03%.

Numa perspetiva de despesa realizada/faturada as despesas de investimento totalizaram, no ano 2013, 4.815.563,81€, transitando para o ano 2014, faturas no valor de 163.740,01€. Relativamente ao exercício económico anterior assistiu-se a uma diminuição de 35,40% nas despesas de investimento faturadas. De referir que do ano 2012, transitaram faturas de despesas de investimento no valor de €322.454,52.

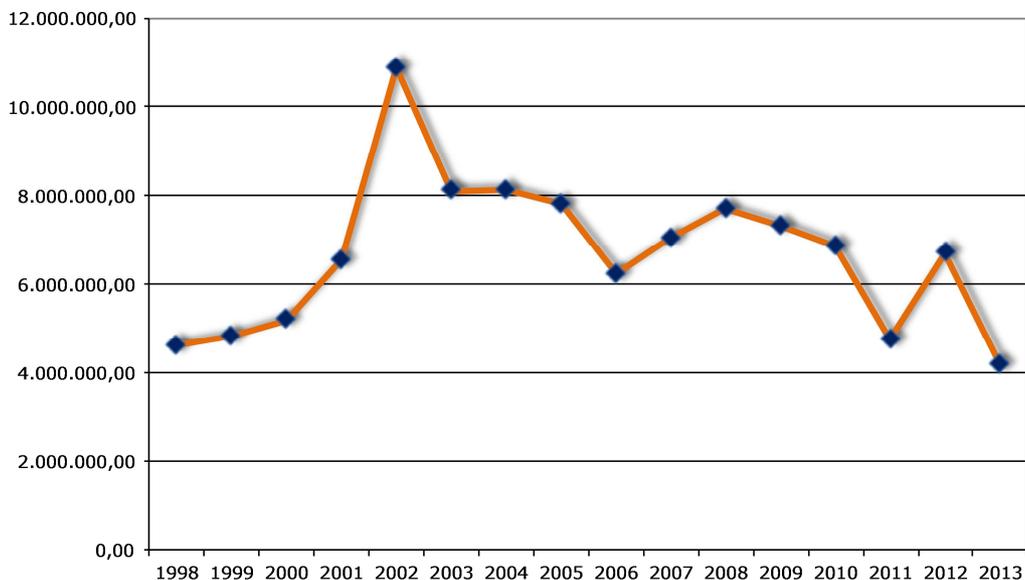
INVESTIMENTO DIRETO

Com o objetivo de aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria, é realizado investimento direto que engloba a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade.

Este tipo de investimento totalizou, em 2013, valores em termos de pagamento de €4.194.287,65, traduzindo-se num decréscimo de 37,53% e apresentando uma taxa de execução de 55,52%.

No entanto, as despesas de Investimento Direto continuam a ocupar um lugar de destaque no cômputo geral dos gastos realizados, representando 70,65% das Despesas de Capital e 26,18% das Despesas Totais.

Gráfico nº 42 – Evolução das Despesas com Investimento Direto



Quanto à taxa de realização de pagamentos nas rubricas de investimento direto, a mesma evidencia um esforço de pagamento ao absorver no ano 2013, uma percentagem de 96,24 do total faturado na autarquia.

Quadro nº 55 – Estrutura do Investimento Direto

Designação	2012		2013				Taxa de Execução			Taxa de	Taxa de
	Despesa Realizada (a)	Pago (b)	Dotações Finais (c)	Fact transitada (d)	Facturação Nova (e)	Pago (f)	$\frac{[(d)+(e)]}{(c)}$	$\frac{(f)/[(d)+(e)]}{(f)/(c)}$	Varição Pago	Varição Facturado	
TERRENOS	164.554,89	164.554,89	253.000,00	0,00	115.390,50	115.390,50	45,61%	100,00%	45,61%	-29,88%	-29,88%
HABITAÇÕES	45.260,56	44.633,26	26.190,00	627,30	4.331,85	4.959,15	18,94%	100,00%	18,94%	-88,89%	-89,04%
EDIFÍCIOS	4.179.263,40	4.130.461,16	2.485.431,01	48.802,24	2.049.745,85	2.085.065,94	84,43%	99,36%	83,89%	-49,52%	-49,79%
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	68.655,87	68.188,47	381.250,00	467,40	233.482,94	207.245,67	61,36%	88,59%	54,36%	203,93%	240,76%
MATERIAL DE TRANSPORTE	39.900,01	39.900,01	7.995,00	0,00	5.274,38	2.699,75	65,97%	51,19%	33,77%	-93,23%	-86,78%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	101.100,31	93.933,44	104.710,00	7.166,87	70.565,12	73.737,38	74,24%	94,86%	70,42%	-21,50%	-23,11%
SOFTWARE INFORMÁTICO	62.420,28	57.307,78	45.850,00	5.112,50	28.200,89	31.525,37	72,66%	94,63%	68,76%	-44,99%	-46,63%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	8.280,36	6.762,42	279.840,00	1.517,94	33.504,94	33.157,34	12,52%	94,67%	11,85%	390,32%	322,96%
EQUIPAMENTO BÁSICO	263.731,85	225.550,80	334.082,47	38.181,05	156.236,28	192.472,79	58,19%	99,00%	57,61%	-14,67%	-26,28%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	841,32	841,32	2.500,00	0,00	947,16	947,16	37,89%	100,00%	37,89%	12,58%	12,58%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IMOBILIZADO INCORPÓREO	5.770,04	1.771,20	5.000,00	3.998,84	-3.998,84	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	-100,00%	-100,00%
OUTROS INVESTIMENTOS	100.332,72	99.779,22	67.200,00	553,50	24.552,39	25.105,89	37,36%	100,00%	37,36%	-74,84%	-74,98%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	52.628,05	52.628,05	54.900,00	0,00	50.277,71	46.553,10	91,58%	92,59%	84,80%	-11,54%	-4,47%
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.923.181,37	1.727.500,02	3.501.175,00	195.681,35	1.287.407,50	1.375.427,61	42,36%	92,74%	39,28%	-20,38%	-22,88%
TOTAL.....	7.015.921,03	6.713.812,04	7.554.123,48	302.108,99	4.055.918,67	4.194.287,65	57,69%	96,24%	55,52%	-37,53%	-37,88%

► Transferências de Capital

A atribuição de verbas, pertencentes ao rendimento de capital do município, a outras entidades, sem qualquer contrapartida, totalizou 457.536,15€, traduzindo um aumento de 9,35% (39.126,24€), em relação ao verificado no anterior exercício económico.

Quadro nº 56 – Transferências de Capital (Despesa)

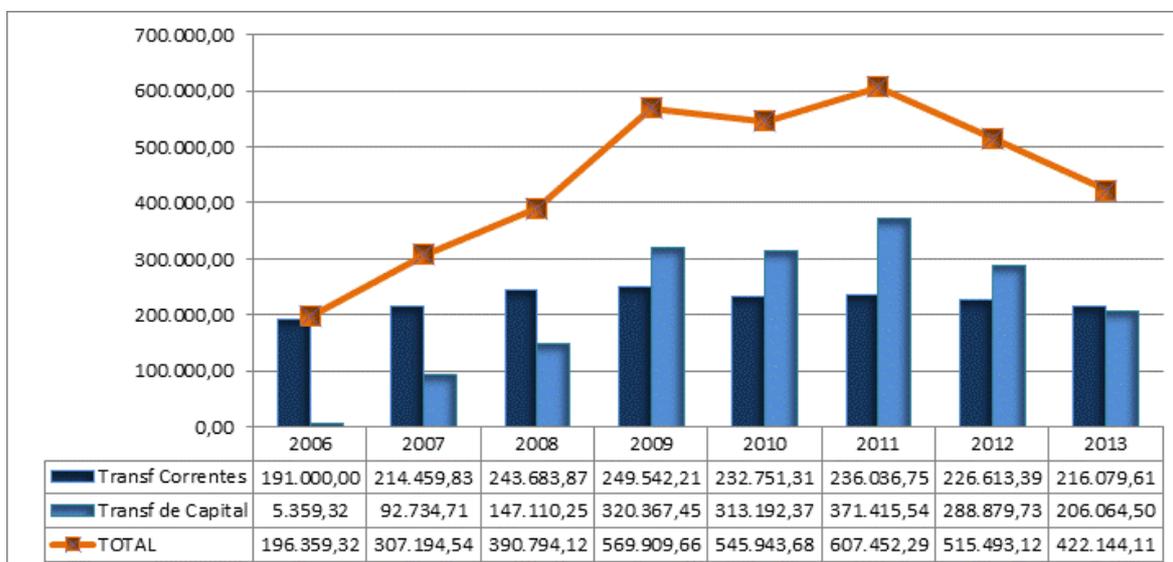
(unidade monetária : Euros)

Designação	2010	2011	2012	2013		Variação	
				valor	%	valor	%
Administrações públicas	630.962,70	687.439,54	288.879,73	209.168,91	45,72%	-79.710,82	-27,59%
Fundos e serviços autónomos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Administração autárquica	630.962,70	687.439,54	288.879,73	209.168,91	45,72%	-79.710,82	-27,59%
Administrações privadas	284.661,59	178.267,23	129.530,18	248.367,24	54,28%	118.837,06	91,74%
Instituições particulares	222.095,15	140.689,26	101.630,18	219.907,24	48,06%	118.277,06	116,38%
Famílias	62.566,44	37.577,97	27.900,00	28.460,00	6,22%	560,00	2,01%
TOTAL.....	915.624,29	865.706,77	418.409,91	457.536,15	100,00%	39.126,24	9,35%

O valor registado na rubrica Transferências de Capital – Administração Autárquica encontra-se subdividido em *Freguesias* cujas transferências ascenderam a 288.879,73€ e Associações de Municípios com 3.104,41€.

Gráfico nº43 – Transferências para as Freguesias (Despesa)

(unidade monetária : Euros)



Na sub-rubrica “Famílias”, registaram-se as participações financeiras atribuídas pelo município a familiares no âmbito do Programa Casa Melhor, que tem por objetivo melhorar as condições de habitação das famílias mais carenciadas.

► Passivos Financeiros

Durante o ano económico de 2013, os encargos suportados com o reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela autarquia junto de Instituições de Crédito totalizou €1.184.604,86.

Gráfico nº 44 – Evolução dos Passivos Financeiros (2006-2013)



Estas despesas têm aumentado ao longo dos anos em virtude do se ter esgotado o prazo de carência de alguns empréstimos, iniciando-se a amortização dos mesmos. No entanto no ano 2013, assistiu-se a uma queda destas despesas por força do término de alguns empréstimos de médio e longo prazo.

3.2.5. Análise da Despesa na Ótica das Grandes Opções do Plano

A Grandes Opções do Plano traduz-se num instrumento político, corporizando uma sistematização de objetivos e de programas coordenados de ação para os concretizar.

Nas Grandes Opções do Plano encontram-se definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM).

O **Plano Plurianual de Investimentos**, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objetivos da autarquia local e explicita a respetiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas – “**Execução do Plano Plurianual de Investimentos**”, apresentando a execução deste documento previsional no ano de 2013, destacando o nível de execução financeira anual e global.

O nível de execução financeira (em termos de pagamentos efetuados) do PPI, no exercício económico de 2013, é de 54,95%.

O **Plano de Atividades Municipais**, inclui projetos e ações de índole corrente a realizar durante um dado ano.

A execução do PAM, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - “**Execução do Plano de Atividades Municipais**”, apresentando em 2013 uma execução de 78,22%.

Resumidamente, a execução das Grandes Opções do Plano de 2013, em termos da classificação funcional, é apresentado nos quadros nº 57, 58 e 59.

Quadro nº 57 – Execução das GOP's
(unidade monetária : Euros)
GOP 2013

Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado		Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)	
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano			Total
1	FUNÇÕES GERAIS	1.045.017,00	3.021.192,56	4.066.209,56	2.098.422,28	700.143,95	2.798.566,23	67,00%	45,40%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública	969.076,00	2.835.692,56	3.804.768,56	2.018.941,63	649.843,01	2.668.784,64	67,06%	45,83%
1.1.1	ADMINISTRAÇÃO GERAL	969.076,00	2.835.692,56	3.804.768,56	2.018.941,63	649.843,01	2.668.784,64	67,06%	45,83%
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas	75.941,00	185.500,00	261.441,00	79.480,65	50.300,94	129.781,59	66,24%	38,07%
1.2.1	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	75.941,00	185.500,00	261.441,00	79.480,65	50.300,94	129.781,59	66,24%	38,07%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	6.202.932,91	16.166.453,84	22.369.386,75	16.481.568,94	4.413.964,38	20.895.533,32	71,16%	53,78%
2.1.0	Educação	2.428.792,50	5.265.050,00	7.693.842,50	4.449.602,42	2.077.220,82	6.526.823,24	85,52%	53,75%
2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	1.784.580,00	3.361.550,00	5.146.130,00	4.132.475,78	1.569.028,75	5.701.504,53	87,92%	61,45%
2.1.2	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	644.212,50	1.903.500,00	2.547.712,50	317.126,64	508.192,07	825.318,71	78,89%	28,81%
2.3.0	Segurança e Acção Sociais	179.695,00	111.453,84	291.148,84	0,00	147.336,51	147.336,51	81,99%	50,61%
2.3.2	ACÇÃO SOCIAL	179.695,00	111.453,84	291.148,84	0,00	147.336,51	147.336,51	81,99%	50,61%
2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos	2.191.459,94	8.622.700,00	10.814.159,94	6.339.219,98	1.274.649,82	7.613.869,80	58,16%	44,39%
2.4.1	HABITAÇÃO	104.790,00	2.250.000,00	2.354.790,00	745.762,80	45.938,16	791.700,96	43,84%	25,53%
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	568.724,94	2.620.700,00	3.189.424,94	1.975.869,56	210.339,72	2.186.209,28	36,98%	42,32%
2.4.3	SANEAMENTO	149.500,00	179.250,00	328.750,00	119.461,26	149.326,58	268.787,84	99,88%	59,97%
2.4.4	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	128.625,00	0,00	128.625,00	771.750,00	0,00	771.750,00	0,00%	85,71%
2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	718.220,00	2.928.750,00	3.646.970,00	1.049.441,75	587.015,66	1.636.457,41	81,73%	34,84%
2.4.6	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	521.600,00	644.000,00	1.165.600,00	1.676.934,61	282.029,70	1.958.964,31	54,07%	68,92%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1.402.985,47	2.167.250,00	3.570.235,47	5.692.746,54	914.757,23	6.607.503,77	65,20%	71,33%
2.5.1	CULTURA	707.413,00	742.750,00	1.450.163,00	1.143.281,51	477.053,09	1.620.334,60	67,44%	62,48%
2.5.2	DESPORTO , RECREIO E LAZER	695.572,47	1.424.500,00	2.120.072,47	4.549.465,03	437.704,14	4.987.169,17	62,93%	74,78%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	4.587.476,07	24.468.428,00	29.055.904,07	8.953.384,48	2.257.426,86	11.210.808,34	49,21%	29,49%
3.1.0	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	4.030,00	0,00	4.030,00	0,00	489,79	489,79	12,15%	12,15%
3.1.2	DEFESA DA FLORESTA	4.030,00	0,00	4.030,00	0,00	489,79	489,79	12,15%	12,15%
3.2.0	Indústria e Energia	2.189.552,07	11.336.228,00	13.525.780,07	5.758.360,13	908.482,76	6.666.842,89	41,49%	34,57%
3.2.1	INDUSTRIA	2.131.552,07	11.296.228,00	13.427.780,07	4.677.116,85	882.976,29	5.560.096,14	41,42%	30,71%
3.2.2	ENERGIA	58.000,00	40.000,00	98.000,00	1.081.243,28	25.506,47	1.106.749,75	43,98%	93,85%
3.3.0	Transportes e Comunicações	2.358.094,00	13.042.200,00	15.401.094,00	3.162.311,35	1.347.255,06	4.509.566,41	57,11%	24,29%
3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.358.094,00	13.042.200,00	15.401.094,00	3.162.311,35	1.347.255,06	4.509.566,41	57,11%	24,29%
3.4.0	Comércio e Turismo	35.000,00	90.000,00	125.000,00	32.710,00	1.199,25	33.909,25	3,43%	21,50%
3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	35.000,00	90.000,00	125.000,00	32.710,00	1.199,25	33.909,25	3,43%	21,50%
0	TOTAL	11.835.425,98	43.656.074,40	55.491.500,38	27.533.372,70	7.371.535,19	34.904.907,89	62,28%	42,04%

Quadro nº 58– Execução do PPI
(unidade monetária : Euros)
PPI 2013

Código	Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado		Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)	
			Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano			Total
1	1	FUNÇÕES GERAIS	302.235,00	1.402.192,56	1.704.427,56	1.880.669,09	167.608,09	2.048.277,18	55,46%	57,13%
1.1.	1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública	297.240,00	1.377.192,56	1.674.432,56	1.847.830,30	165.631,58	2.013.461,88	55,72%	57,16%
1.1.1.	1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	297.240,00	1.377.192,56	1.674.432,56	1.847.830,30	165.631,58	2.013.461,88	55,72%	57,16%
1.2.	1.2.0	Segurança e Ordem Públicas	4.995,00	25.000,00	29.995,00	32.838,79	1.976,51	34.815,30	39,57%	55,41%
1.2.1.	1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	4.995,00	25.000,00	29.995,00	32.838,79	1.976,51	34.815,30	39,57%	55,41%
2	2	FUNÇÕES SOCIAIS	3.293.937,47	10.797.153,84	14.091.091,31	15.260.893,81	2.078.580,67	17.339.474,48	63,10%	59,07%
2.1.	2.1.0	Educação	1.566.920,00	2.621.000,00	4.187.920,00	4.124.137,05	1.386.816,90	5.510.953,95	88,51%	66,30%
2.1.1.	2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	1.566.920,00	2.621.000,00	4.187.920,00	4.124.137,05	1.386.816,90	5.510.953,95	88,51%	66,30%
2.4.	2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos	1.091.825,00	6.412.700,00	7.504.525,00	5.555.916,30	342.802,25	5.898.718,55	31,40%	45,16%
2.4.1.	2.4.1.	HABITAÇÃO	104.790,00	2.250.000,00	2.354.790,00	745.762,80	45.938,16	791.700,96	43,84%	25,53%
2.4.2.	2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	391.110,00	2.593.200,00	2.984.310,00	1.887.868,09	58.344,86	1.946.212,95	14,92%	39,95%
2.4.4.	2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	128.625,00	0,00	128.625,00	771.750,00	0,00	771.750,00	0,00%	85,71%
2.4.5.	2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	35.500,00	1.021.500,00	1.057.000,00	473.600,80	5.527,62	479.128,42	15,57%	31,30%
2.4.6.	2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	431.800,00	548.000,00	979.800,00	1.676.934,61	232.991,61	1.909.926,22	53,96%	71,89%
2.5.	2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	612.892,47	1.652.000,00	2.264.892,47	5.580.840,46	326.669,21	5.907.509,67	53,30%	75,30%
2.5.1.	2.5.1	CULTURA	234.850,00	645.000,00	879.850,00	1.130.332,94	99.748,97	1.230.081,91	42,47%	61,19%
2.5.2.	2.5.2	DESPORTO , RECREIO E LAZER	378.042,47	1.007.000,00	1.385.042,47	4.450.507,52	226.920,24	4.677.427,76	60,03%	80,15%
3	3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	4.509.395,01	24.282.200,00	28.791.595,01	8.928.982,26	2.208.020,11	11.137.002,37	48,96%	29,53%
3.2.	3.2.0	Indústria e Energia	2.115.501,01	11.150.000,00	13.265.501,01	5.733.960,91	859.565,80	6.593.526,71	40,63%	34,70%
3.2.1.	3.2.1	INDUSTRIA	2.060.501,01	11.110.000,00	13.170.501,01	4.652.717,63	835.357,60	5.488.075,23	40,54%	30,79%
3.2.2.	3.2.2	ENERGIA	55.000,00	40.000,00	95.000,00	1.081.243,28	24.208,20	1.105.451,48	44,01%	93,98%
3.3.	3.3.0	Transportes e Comunicações	2.358.894,00	13.042.200,00	15.401.094,00	3.162.311,35	1.347.255,06	4.509.566,41	57,11%	24,29%
3.3.1.	3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.358.894,00	13.042.200,00	15.401.094,00	3.162.311,35	1.347.255,06	4.509.566,41	57,11%	24,29%
3.4.	3.4.0	Comércio e Turismo	35.000,00	90.000,00	125.000,00	32.710,00	1.199,25	33.909,25	3,43%	21,50%
3.4.1.	3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	35.000,00	90.000,00	125.000,00	32.710,00	1.199,25	33.909,25	3,43%	21,50%
		TOTAL	8.105.567,48	36.481.546,40	44.587.113,88	26.070.545,16	4.454.208,87	30.524.754,03	54,95%	43,20%

Quadro nº 59 – Execução do PAM
(unidade monetária : Euros)

PAM 2013									
Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado			Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
1	FUNÇÕES GERAIS	742.782,00	1.619.000,00	2.361.782,00	217.753,19	532.535,86	750.289,05	71,69%	29,09%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	671.836,00	1.458.500,00	2.130.336,00	171.111,33	484.211,43	655.322,76	72,07%	28,47%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	671.836,00	1.458.500,00	2.130.336,00	171.111,33	484.211,43	655.322,76	72,07%	28,47%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	70.946,00	160.500,00	231.446,00	46.641,86	48.324,43	94.966,29	68,11%	34,15%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	70.946,00	160.500,00	231.446,00	46.641,86	48.324,43	94.966,29	68,11%	34,15%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	2.908.995,44	5.369.300,00	8.278.295,44	1.220.675,13	2.335.383,71	3.556.058,84	80,28%	37,44%
2.1.	Educação	861.872,50	2.644.050,00	3.505.922,50	325.465,37	690.403,92	1.015.869,29	80,11%	26,51%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	217.660,00	740.550,00	958.210,00	8.338,73	182.211,85	190.550,58	83,71%	19,71%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	644.212,50	1.903.500,00	2.547.712,50	317.126,64	508.192,07	825.318,71	78,89%	28,81%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	157.395,00	0,00	157.395,00	0,00	125.044,20	125.044,20	79,45%	79,45%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	157.395,00	0,00	157.395,00	0,00	125.044,20	125.044,20	79,45%	79,45%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	1.099.634,94	2.210.000,00	3.309.634,94	783.303,68	931.847,57	1.715.151,25	84,74%	41,91%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	177.614,94	27.500,00	205.114,94	88.001,47	151.994,86	239.996,33	85,58%	81,88%
2.4.3.	SANEAMENTO	149.500,00	179.250,00	328.750,00	119.461,26	149.326,58	268.787,84	99,88%	59,97%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	682.720,00	1.907.250,00	2.589.970,00	575.840,95	581.488,04	1.157.328,99	85,17%	36,56%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	89.800,00	96.000,00	185.800,00	0,00	49.038,09	49.038,09	54,61%	26,39%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	790.093,00	515.250,00	1.305.343,00	111.906,08	588.088,02	699.994,10	74,43%	49,39%
2.5.1.	CULTURA	472.563,00	97.750,00	570.313,00	12.948,57	377.304,12	390.252,69	79,84%	66,91%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	317.530,00	417.500,00	735.030,00	98.957,51	210.783,90	309.741,41	66,38%	37,14%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	78.081,06	186.228,00	264.309,06	24.399,22	49.406,75	73.805,97	63,28%	25,56%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	4.030,00	0,00	4.030,00	0,00	489,79	489,79	12,15%	12,15%
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	4.030,00	0,00	4.030,00	0,00	489,79	489,79	12,15%	12,15%
3.2.	Indústria e Energia	74.051,06	186.228,00	260.279,06	24.399,22	48.916,96	73.316,18	66,06%	25,75%
3.2.1.	INDÚSTRIA	71.051,06	186.228,00	257.279,06	24.399,22	47.618,69	72.017,91	67,02%	25,57%
3.2.2.	ENERGIA	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	1.298,27	1.298,27	43,28%	43,28%
TOTAL		3.729.858,50	7.174.528,00	10.904.386,50	1.462.827,54	2.917.326,32	4.380.153,86	78,22%	35,42%

Quadro nº 60 – Evolução das GOP's
(unidade monetária : Euros)

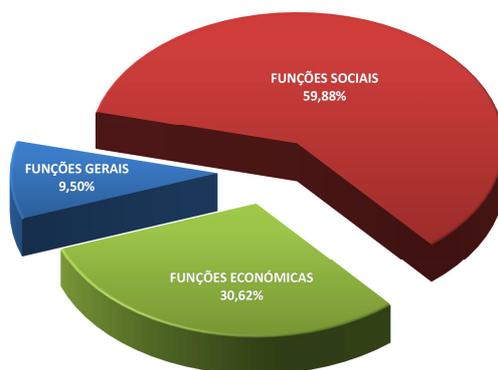
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	2013		2012		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	
Grandes Opções do Plano					
ADMINISTRAÇÃO GERAL	649.843,01	8,8%	756.816,78	7,7%	-14,1%
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	50.300,94	0,7%	68.032,91	0,7%	-26,1%
EDUCAÇÃO	2.077.220,82	28,2%	3.602.329,88	36,5%	-42,3%
SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
ACÇÃO SOCIAL	147.336,51	2,0%	131.518,89	1,3%	12,0%
HABITAÇÃO	45.938,16	0,6%	41.870,50	0,4%	9,7%
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	210.339,72	2,9%	1.031.432,70	10,4%	-79,6%
SANEAMENTO	149.326,58	2,0%	119.461,26	1,2%	25,0%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
RESÍDUOS SÓLIDOS	587.015,66	8,0%	622.282,42	6,3%	-5,7%
PROT DO MEIO AMB E CONS NATUREZA	282.029,70	3,8%	330.051,63	3,3%	-14,5%
CULTURA	477.053,09	6,5%	536.720,00	5,4%	-11,1%
DESPORTO , RECREIO E LAZER	437.704,14	5,9%	470.505,59	4,8%	-7,0%
AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E F	489,79	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
INDÚSTRIA	882.976,29	12,0%	1.594.754,16	16,2%	-44,6%
ENERGIA	25.506,47	0,3%	24.705,14	0,3%	3,2%
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.347.255,06	18,3%	539.729,45	5,5%	149,6%
MERCADOS E FEIRAS	1.199,25	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
TOTAL	7.371.535,19	100,0%	9.870.211,31	100,0%	-25,3%

Quadro nº 61 – Estrutura das GOP's

(unidade monetária : Euros)

GOP 2013							
Código	Classificação Funcional	PPI		PAM		Total	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1	FUNÇÕES GERAIS	167.608,09	3,76%	532.535,86	18,25%	700.143,95	9,50%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	165.631,58	3,72%	484.211,43	16,60%	649.843,01	8,82%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	165.631,58	3,72%	484.211,43	16,60%	649.843,01	8,82%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	1.976,51	0,04%	48.324,43	1,66%	50.300,94	0,68%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	1.976,51	0,04%	48.324,43	1,66%	50.300,94	0,68%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	2.078.580,67	46,67%	2.335.383,71	80,05%	4.413.964,38	59,88%
2.1.	Educação	1.386.816,90	31,13%	690.403,92	23,67%	2.077.220,82	28,18%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	1.386.816,90	31,13%	182.211,85	6,25%	1.569.028,75	21,28%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	0,00	0,00%	508.192,07	17,42%	508.192,07	6,89%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	0,00	0,00%	125.044,20	4,29%	125.044,20	1,70%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	0,00	0,00%	125.044,20	4,29%	125.044,20	1,70%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	342.802,25	7,70%	931.847,57	31,94%	1.274.649,82	17,29%
2.4.1.	HABITAÇÃO	45.938,16	1,03%	0,00	0,00%	45.938,16	0,62%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	58.344,86	1,31%	151.994,86	5,21%	210.339,72	2,85%
2.4.3.	SANEAMENTO	0,00	0,00%	149.326,58	5,12%	149.326,58	2,03%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	5.527,62	0,12%	581.488,04	19,93%	587.015,66	7,96%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA	232.991,61	5,23%	49.038,09	1,68%	282.029,70	3,83%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	326.669,21	7,33%	588.088,02	20,16%	914.757,23	12,41%
2.5.1.	CULTURA	99.748,97	2,24%	377.304,12	12,93%	477.053,09	6,47%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	226.920,24	5,09%	210.783,90	7,23%	437.704,14	5,94%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.208.020,11	49,57%	49.406,75	1,69%	2.257.426,86	30,62%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00	0,00%	489,79	0,02%	489,79	0,01%
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	0,00	0,00%	489,79	0,02%	489,79	0,01%
3.2.	Indústria e Energia	859.565,80	19,30%	48.916,96	1,68%	908.482,76	12,32%
3.2.1.	INDUSTRIA	835.357,60	18,75%	47.618,69	1,63%	882.976,29	11,98%
3.2.2.	ENERGIA	24.208,20	0,54%	1.298,27	0,04%	25.506,47	0,35%
3.3.	Transportes e Comunicações	1.347.255,06	30,25%	0,00	0,00%	1.347.255,06	18,28%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.347.255,06	30,25%	0,00	0,00%	1.347.255,06	18,28%
3.4.	Comércio e Turismo	1.199,25	0,03%	0,00	0,00%	1.199,25	0,02%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	1.199,25	0,03%	0,00	0,00%	1.199,25	0,02%
TOTAL		4.454.208,87	100,00%	2.917.326,32	100,00%	7.371.535,19	100,00%

Gráfico nº 45 – GOP – Repartição por funções (%)



Dos programas que absorveram maiores recursos, aproveitamos para destacar:

• EDUCAÇÃO	2.077.220,82 €
• TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.347.255,06 €
• INDUSTRIA	882.976,29 €
• ADMINISTRAÇÃO GERAL	649.843,01 €
• RESÍDUOS SÓLIDOS	587.015,66 €
• CULTURA	477.053,09 €
• DESPORTO , RECREIO E LAZER	437.704,14 €
• PROT DO MEIO AMB E CONS NATUREZA	282.029,70 €
• ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	210.339,72 €
• SANEAMENTO	149.326,58 €
• ACÇÃO SOCIAL	147.336,51 €
• PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	50.300,94 €
• HABITAÇÃO	45.938,16 €
• ENERGIA	25.506,47 €
• MERCADOS E FEIRAS	1.199,25 €
• AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	489,79 €





Será ainda importante salientar os projetos (PPI e PAM) onde se verificou uma maior imputação das verbas despendidas pelo Município:

• Escola EBI com Jardim de Infância a Sul do Concelho	1.300.774,00 €
• Rua Dr. Tavares da Silva	679.299,60 €
• Área Social do Eco-Parque Empresarial de Estarreja	641.906,72 €
• Recolha, desinfeção e tratamento de R.S.U.	569.130,29 €
• Refeições Escolares - Aquisição de Serviços	221.895,27 €
• Aquisição de Serviços de Transporte de Alunos	203.182,08 €
• Rua a Nascente da Escola EBI a Sul do Concelho	170.943,45 €
• Programação Anual do Cine - Teatro de Estarreja	163.478,36 €
• Programas de Atividades de Enriquecimento Curricular	163.408,30 €
• Tratamento de Águas Residuais - SIMRIA	149.326,58 €
• Aquedutos e Drenagens	131.548,76 €
• Rua do Coxo (Avanca) - Estarreja/Oliveira de Azemeis	116.135,60 €
• Aquisição de Terrenos para o Eco-Parque Empresarial de Estarreja	115.390,50 €
• Parque Desportivo Municipal	114.531,29 €

4. ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

4.1. ENQUADRAMENTO

De modo a atingir os objetivos comunitários contidos no pacto de estabilidade e crescimento, foi publicada a Lei nº2/2002 de 28 de Agosto, Lei da Estabilidade Orçamental. A aprovação por lei orgânica, deu-lhe carácter reforçado. Esta lei veio definir os princípios e os procedimentos específicos a que devem obedecer a aprovação e execução de todo o Sector Público Administrativo (SPA) em matéria de estabilidade orçamental.

Através dos artigos 3º e 4º da Lei orgânica, foram alteradas respetivamente a Lei das Finanças das regiões autónomas e das autarquias locais no sentido de garantir a prevalência das disposições constantes da Lei da Estabilidade, designadamente dos princípios de estabilidade orçamental, solidariedade recíproca e da transparência orçamental.

Pelo princípio da solidariedade recíproca todos os subsectores do SPA, ficaram obrigados, através dos seus organismos, a contribuir proporcionalmente para a estabilidade orçamental, fixando esta lei limites específicos de endividamento das autarquias locais, compatíveis com o saldo orçamental calculado para o conjunto do SPA.

A política de contenção orçamental, a que a situação das Finanças Públicas do país obriga, levou à adoção de políticas de grande rigor na gestão e controlo da despesa do sector público administrativo, designadamente na administração local, consagrando desde logo, medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal através de uma reformulação das regras de cálculo para a respetiva capacidade de endividamento que se encontram vertidas na atual Lei das Finanças Locais (LFL) – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Assim, de forma a garantir a coordenação efetiva entre os objetivos de estabilidade orçamental definidos pelo Estado e as autarquias Locais, desde então anualmente e para cada município, o governo calcula e fixa o respetivo limite de acréscimo de endividamento, tendo sido introduzido o critério de endividamento líquido (definido no SEC 95).

De acordo com o estabelecido no artigo 36º da LFL o endividamento líquido municipal é igual à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

A presente lei estabelece dois tipos de limites: o limite de **endividamento líquido municipal** e o **limite geral de empréstimos dos municípios**. Para efeitos de cálculo destes limites, o conceito de endividamento líquido total inclui: o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios e das entidades que integram o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime jurídico do SEL – Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, proporcional à participação do município no seu capital social.

Relativamente ao limite de **endividamento líquido municipal** (LELM), o montante do endividamento líquido total (ELT) do município, em 31 de Dezembro de cada ano, encontra-se definido no artigo 37º da Lei das Finanças Locais - LFL (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro), sendo que este não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do SEL, relativas ao ano anterior.

Já quanto ao **limite geral dos empréstimos de médio e longo prazo**, o montante da dívida do município referente a empréstimos desta natureza não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, o montante das receitas referidas no parágrafo anterior.

No entanto, nos artigos 39º e 61º da nova Lei das Finanças Locais, estão definidos os empréstimos que ficam excluídos dos limites de endividamento referidos anteriormente, nomeadamente: empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento; empréstimos destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana; empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projetos com participação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75% do montante da participação pública nacional; empréstimos destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afetadas por calamidade pública; entre outros.

Refira-se ainda que, por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento definidos, prevê a Lei de Estabilidade Orçamental, que a Lei do Orçamento de Estado pode determinar a redução na proporção do incumprimento, das transferências a efetuar para as autarquias locais.

Face ao exposto, a análise desta matéria, assume grande relevância.

Num primeiro momento avalia-se a evolução global da dívida do município, seguindo-se uma apreciação mais pormenorizada de cada uma das suas componentes e, por último, comenta-se o enquadramento do município ao nível do endividamento líquido.

4.1.1. Dívida Total

O quadro que se segue retrata sinteticamente o desenvolvimento da dívida global do município durante o último quadriénio, diferenciando-a apenas no que toca à componente de custo e médio e longo prazo.

Quadro nº 62 – Dívida do Município 2010-2013 (unidade monetária : Euros)

	31/dez/2010	31/dez/2011	31/dez/2012	Peso	31/dez/2013	Peso	Variação	
							Valor	%
Dívida de Médio e Longo Prazo	14.141.001,14	13.133.039,31	12.236.220,34	81,08%	11.698.060,95	86,35%	-538.159,39	-4,40%
Fornecedores Conta Corrente	2.077.909,61	2.077.909,61	2.053.787,79	13,61%	2.053.787,79	15,16%	0,00	0,00%
Fonecedores de Imobilizado	180.366,22	136.695,35	99.407,25	0,66%	58.531,06	0,43%	-40.876,19	-41,12%
Empréstimos de M/L Prazo	11.823.228,46	10.858.937,50	10.023.378,45	66,42%	9.526.245,25	70,32%	-497.133,20	-4,96%
Outros Credores	59.496,85	59.496,85	59.646,85	0,40%	59.496,85	0,44%	-150,00	-0,25%
Dívida de Curto Prazo	4.505.612,89	4.784.288,56	2.855.581,92	18,92%	1.849.029,83	13,65%	-1.006.552,09	-35,25%
Fornecedores Conta Corrente	1.193.801,18	656.496,35	793.248,96	5,26%	242.102,96	1,79%	-551.146,00	-69,48%
Fornecedores C/C - Fact. em Recepção e Conf.	417.693,79	609.797,49	404.022,48	2,68%	252.844,72	1,87%	-151.177,76	-37,42%
Fornecedores de Imobilizado	1.062.442,71	2.085.426,81	274.541,23	1,82%	140.955,99	1,04%	-133.585,24	-48,66%
Fornecedores de Imobilizado - Fact em Recepção e Conf.	10.205,66	61.553,33	189.534,85	1,26%	54.616,93	0,40%	-134.917,92	-71,18%
Estado e Outros Entes Públicos	119.602,49	98.518,43	86.037,86	0,57%	108.072,19	0,80%	22.034,33	25,61%
Outros Credores	657.383,31	254.058,40	89.758,79	0,59%	95.557,29	0,71%	5.798,50	6,46%
Adiantamento por Conta de Vendas	1.044.483,75	1.018.437,75	1.018.437,75	6,75%	954.879,75	7,05%	-63.558,00	-6,24%
TOTAL	18.646.614,03	17.917.327,87	15.091.802,26	100,00%	13.547.090,78	100,00%	-1.544.711,48	-10,24%

Em 31 de Dezembro de 2013 a dívida global do Município de Estarreja totaliza 13.547.090,78€, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 86,35% e 13,65% de curto prazo.

De notar que este passivo apresenta um decréscimo de (-) 10,24% em relação ao ano anterior, que se traduz em termos absolutos numa redução da dívida total de 1.544.711,48€.

Para este decréscimo, contribuiu a significativa diminuição das dívidas de médio e longo prazo, no valor de 538.159,39€ (Δ -4,40%), tendo-se, no entanto, registado um decréscimo da dívida de curto prazo no valor de 1.006.552,09€ (Δ -35,25%).

Uma breve análise ao quadro acima apresentado, permite-nos concluir que 70,32% da dívida municipal resulta de empréstimos de médio e longo prazo, correspondendo estes a 81,43% da dívida de natureza de médio e longo prazo.

De referir ainda, que o valor expressado, em 31/12/2013, em "Fornecedores de Imobilizado – Médio e Longo Prazo" – 58.531,06€ é composto pela dívida respeitante aos contratos de locação financeira em vigor.

De salientar, que ao nível da dívida de curto prazo os Fornecedores de Imobilizado conheceram um decréscimo, no valor 133.585,24€ (Δ -48,66) enquanto os Fornecedores Conta Corrente conheceram um importante abatimento no valor de 551.146,00 (Δ -69,48%).

A parcela correspondente aos Fornecedores de Imobilizado de natureza de curto prazo (140.955,99€), representa 1,04% da dívida do município e corresponde a 7,62% da dívida de curto prazo.

Quadro nº 63 – Evolução da dívida total (2007 e 2013)

(unidade monetária : Euros)

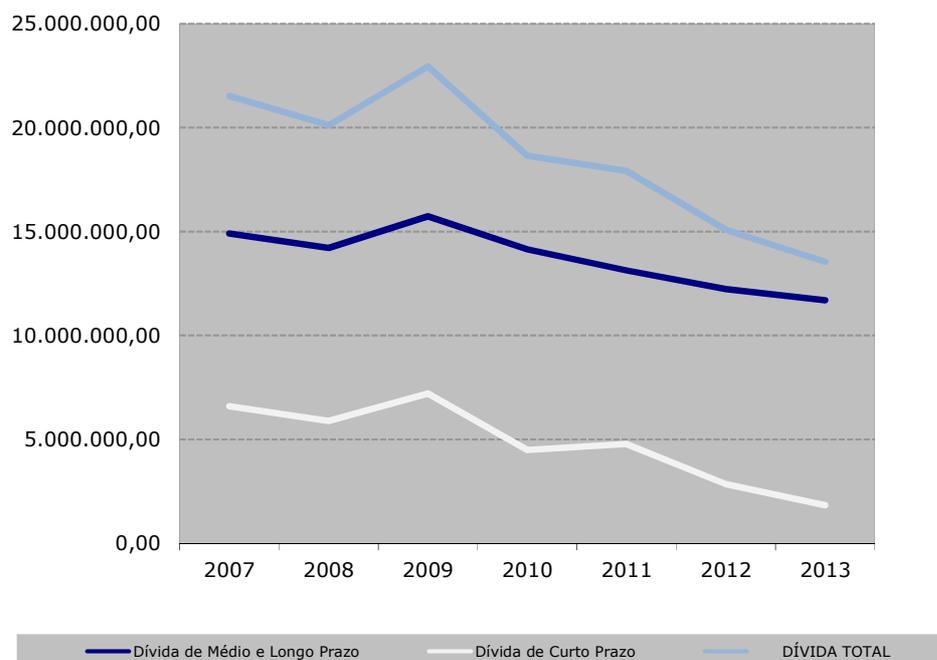
Designação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida de Médio e Longo Prazo	14.909.856,58	14.211.517,51	15.737.358,27	14.141.001,14	13.133.039,31	12.236.220,34	11.698.060,95
Dívida de Curto Prazo	6.607.533,65	5.898.264,26	7.206.962,70	4.505.612,89	4.784.288,56	2.855.581,92	1.849.029,83
DÍVIDA TOTAL	21.517.390,23	20.109.781,77	22.944.320,97	18.646.614,03	17.917.327,87	15.091.802,26	13.547.090,78
Taxa de crescimento da Dívida							
Médio e Longo Prazo	-4,21%	-4,68%	10,74%	-10,14%	-7,13%	-6,83%	-4,40%
Curto Prazo	-19,74%	-10,73%	22,19%	-37,48%	6,19%	-40,31%	-35,25%
TOTAL	-9,58%	-6,54%	14,10%	-18,73%	-3,91%	-15,77%	-10,24%

No período compreendido entre 2007 a 2013 o total da dívida diminuiu cerca de (-) 7.970.299,45€, o que representa em termos relativos uma redução de 37,04.

No último quadriénio (2010-2013) a dívida global diminuiu 27,35%, significando em termos absolutos a uma redução de (-) 5.099.523,25€.

Para melhor dimensionar o comportamento da dívida global do município de 2007 a 2013, apresenta-se o seguinte gráfico.

Gráfico nº 46



4.1.2. Dívida de Médio e Longo Prazo

A apreciação desta matéria é centrada na evolução da dívida bancária contratualizada, diferenciando-se para o efeito os empréstimos consoante concorram ou não para os efeitos do cálculo do limite de endividamento líquido e do médio e longo prazo.

No âmbito das suas atribuições e competências, e não obstante os escassos recursos financeiros disponíveis, para o desenvolvimento das suas atividades, nomeadamente para o cumprimento do Plano Plurianual de Investimentos, desde 2005 que o Município tem diminuído o recurso à contratação e/ou utilização de empréstimos de médio e longo prazo. No entanto, no ano 2009 o Município de Estarreja recorreu a um financiamento bancário no valor €2.662.384,00, decorrente de candidatura de adesão apresentada ao **Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)**.

A referida linha de financiamento de médio e longos prazos a conceder ao Municípios destina-se ao pagamento das dívidas de curto prazo a fornecedores (dívida de carácter comercial e não financeira), e desenvolve-se nos termos da Resolução de Conselho de Ministros nº34/2008, de 22 de Fevereiro, especificamente (ver SECÇÃO V da RCM nº34/2008, 22/02):

O PREDE destinava-se a substituir dívida a fornecedores por empréstimos de médio e longo prazo, promovendo a redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) dos compromissos assumidos perante terceiros.

Esta linha de financiamento funciona nos mesmos termos do Programa Pagar a Tempo e Horas, alargando, todavia, os seus critérios de elegibilidade de forma a abranger um universo mais vasto de Regiões Autónomas e de Municípios.

Durante 2011 e 2012 utilizaram-se as verbas previstas no empréstimo excepcionado para financiamento de Diversos Investimentos inscritos no PPI (referentes a projetos financiados pelo QREN), tendo-se utilizado o montante total do plafond contratado que ascendia a €916.330,00.

Em 2013 iniciou-se a utilização do empréstimo para financiamento de Diversos Investimentos inscritos no PPI de 2012, tendo-se utilizado no ano 2013 uma verba de 687.471,65€ deste empréstimo de médio e longo prazo (plafond contratado de €1.795.660,00).

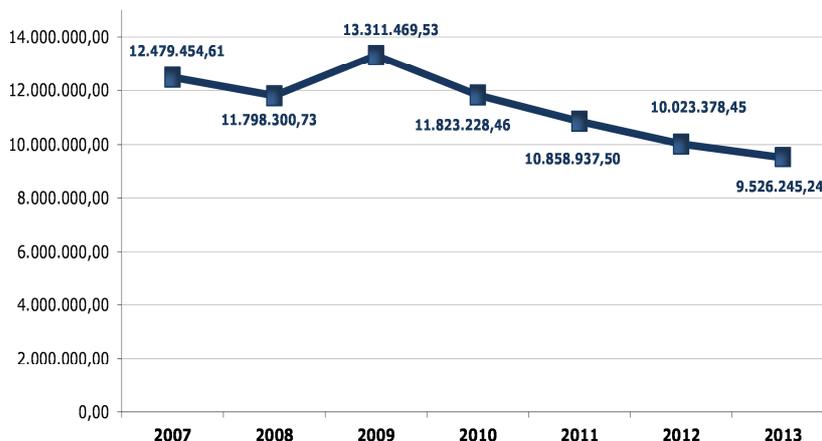
No quadro seguinte, apresenta-se a evolução da dívida de médio e longo prazo nos últimos seis anos:

Quadro nº 64 – Evolução do Stock da Dívida

(unidade monetária : Euros)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
(1) Dívida no início do período	13.014.032,87	12.479.454,61	11.798.300,73	13.311.469,53	11.823.228,46	10.858.937,50	10.023.378,45
(2) Empréstimos contraídos e utilizados no período	138.215,00	50.000,00	2.662.384,00	0,00	515.744,24	400.585,76	687.471,65
(3) Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(4) Amortizações do Período	672.793,26	731.153,88	1.149.215,20	1.488.241,07	1.480.035,20	1.236.144,81	1.184.604,86
Dívida no Final do Período (1+2+3-4)	12.479.454,61	11.798.300,73	13.311.469,53	11.823.228,46	10.858.937,50	10.023.378,45	9.526.245,24
Taxa de crescimento da Dívida %	-4,11%	-5,46%	12,83%	-11,18%	-8,16%	-7,69%	-4,96%
Taxa de crescimento da Dívida (valor)	1.310.310,76	-681.153,88	1.513.168,80	-1.488.241,07	-964.290,96	-835.559,05	-497.133,21

Gráfico nº 47



Do observado no quadro verifica-se que desde 2007 tem havido um esforço do município para reduzir o endividamento de médio e longo prazo, diminuindo o valor em dívida em termos de empréstimos de médio e longo prazo, focalizando a atuação na amortização dessa dívida.

No ano 2013, procurou-se manter o cenário em vigor no final do ano 2012, uma vez que se conseguiu reduzir a dívida de médio e longo prazo de origem bancária com uma redução 4,96%.

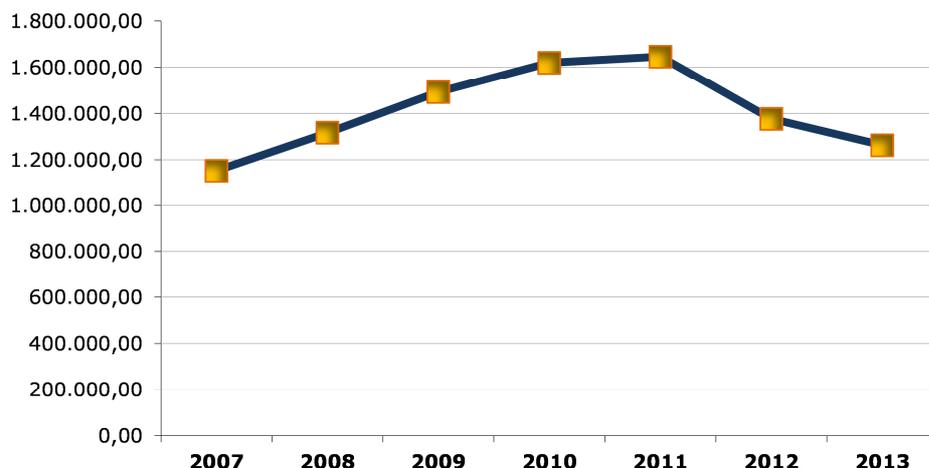
4.1.3. Serviço de Dívida

O quadro seguinte apresenta a evolução do serviço de dívida de 2006 a 2013, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pela autarquia.

Quadro nº 65 - evolução do Serviço de Dívida (2006-2013) (unidade monetária : €uros)

	2006	2007	2008	2010	2011	2012	2013
Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento	633.152,38	766.614,37	910.205,11	1.283.012,19	1.299.188,72	1.034.321,92	933.072,72
Amortizações	406.271,77	430.655,45	490.449,90	1.176.016,83	1.173.355,09	950.519,53	887.296,34
Juros	226.880,61	335.958,92	419.755,21	106.995,36	125.833,63	83.802,39	45.776,38
Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento	360.329,37	385.865,88	405.988,33	336.592,05	346.995,02	341.952,12	329.467,49
Amortizações	250.588,33	242.137,81	240.703,98	312.224,24	306.680,11	285.625,28	297.308,52
Juros	109.741,04	143.728,07	165.284,35	24.367,81	40.314,91	56.326,84	32.158,97
Total do Serviço de Dívida	993.481,75	1.152.480,25	1.316.193,44	1.619.604,24	1.646.183,74	1.376.274,04	1.262.540,21
Amortizações	656.860,10	672.793,26	731.153,88	1.488.241,07	1.480.035,20	1.236.144,81	1.184.604,86
Juros	336.621,65	479.686,99	585.039,56	131.363,17	166.148,54	140.129,23	77.935,35
Taxa de crescimento do Serviço da Dívida	9,21%	16,00%	14,21%	8,54%	1,64%	-16,40%	-8,26%
Amortizações	-2,17%	2,43%	8,67%	29,50%	-0,55%	-16,48%	-4,17%
Juros	41,25%	42,5%	22,0%	-61,7%	26,5%	-15,7%	-44,4%

Gráfico nº 48 -Evolução do Serviço da Dívida



No ano de 2013 e confirmando a tendência do ano de 2012, verifica-se relativamente aos anos anteriores um importante decréscimo do peso do serviço de dívida, explicado essencialmente por dois fatores:

- ☐ O término da amortização de um conjunto de empréstimo, sendo de destacar o reembolso total do empréstimo de médio e longo prazo relativo ao financiamento de "Diversos Investimentos inscritos no Plano de 1998".
- ☐ Associado ao término de alguns empréstimos bancários contratualizados, é de complementar a diminuição dos encargos com juros pela diminuição do capital em dívida pela amortização dos diferentes financiamentos vigentes.

4.1.4. Composição da Capital Bancário em Dívida no Fim da Gerência

Apresenta-se de seguida, um quadro resumo dos empréstimos existentes à data de 31 de Dezembro de 2009, 31 de Dezembro de 2010, 31 de Dezembro de 2011, 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2013, diferenciando-os consoante relevam ao não para o cálculo da capacidade de endividamento, para uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento de médio e longo prazo.

Quadro nº 66- Composição do Capital Bancário

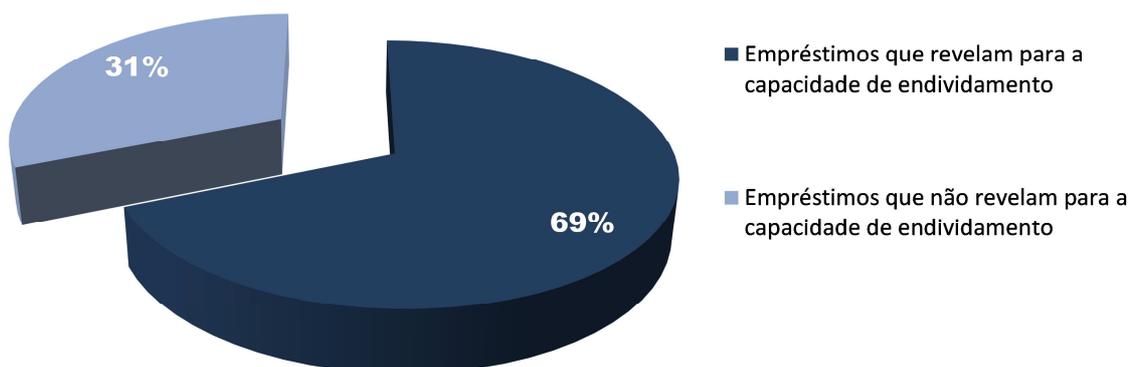
(unidade monetária : Euros)

	Capital em Dívida em 31/12/2009	Capital em Dívida em 31/12/2010	Capital em Dívida em 31/12/2011	Capital em Dívida em 31/12/2012	Capital em Dívida em 31/12/2013	
	Montante	Montante	Montante	Montante	Montante	% do total
Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento	10.048.027,16	8.872.010,33	7.698.655,24	6.748.135,71	6.548.311,03	68,74%
Intempéries - DL 47/96 (1995/96-parte Não Bonificada)	35.660,17	15.394,57	0,00	0,00	0,00	0,00%
Diversos Investimentos - PA 1997	759.987,40	458.890,42	154.323,95	0,00	0,00	0,00%
Diversos Investimentos - PA 1998	446.324,51	327.411,11	208.497,71	89.584,31	0,00	0,00%
Parque Industrial - PA 2000	3.305.367,72	3.069.270,04	2.833.172,36	2.656.099,10	2.360.977,00	24,78%
Medida 1.7. do PORCentro - Praça Município	305.839,21	283.184,45	260.529,69	237.874,93	215.220,17	2,26%
Medida 1.7. do PORCentro - URBCOM	139.888,14	129.896,13	119.904,12	109.912,11	99.920,10	1,05%
Diversos Investimentos - PPI 2004	677.267,04	633.572,40	589.877,76	546.183,12	502.488,48	5,27%
Diversos Investimentos - PPI 2005	717.532,62	674.270,18	632.199,11	588.420,61	542.404,19	5,69%
PPI/2005 - Largo Sto Amaro e Centro C Pardilhó	66.919,42	62.863,70	58.807,98	54.752,26	50.696,54	0,53%
Parque Industrial - PPI/2006	884.027,80	831.250,03	778.472,25	725.694,47	672.916,70	7,06%
Parque Desportivo Municipal	46.829,13	43.109,30	39.458,31	35.688,80	31.776,20	0,33%
PREDE_Entidade Bancária	1.597.430,00	1.277.944,00	958.458,00	638.972,00	319.486,00	3,35%
PREDE_Estado	1.064.954,00	1.064.954,00	1.064.954,00	1.064.954,00	1.064.954,00	11,18%
Diversos Investimentos - PPI 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	687.471,65	7,22%
Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento	3.263.442,37	2.951.218,13	3.160.282,26	3.275.242,74	2.977.934,22	31,26%
Construção Arrendamento Social-INH	438.834,69	397.159,39	354.715,16	312.309,41	268.934,91	2,82%
Intempéries - DL 47/96 (1995/96 - parte Bonificada)	24.519,45	10.562,79	0,00	0,00	0,00	0,00%
Saneamento Básico - PA 2000	2.773.267,10	2.530.050,20	2.289.822,86	2.046.603,33	1.792.669,31	18,82%
Intempéries 2000/2001	26.821,13	13.445,75	0,00	0,00	0,00	0,00%
Diversos Investimentos 2010 Financiados QREN	0,00	0,00	515.744,24	916.330,00	916.330,00	9,62%
Total da dívida de médio e longo prazo	13.311.469,53	11.823.228,46	10.858.937,50	10.023.378,45	9.526.245,25	100,00%

Face aos valores apresentados e em conformidade com o definido na Lei das Finanças Locais, constata-se que, no final do exercício de 2013, do total dos empréstimos contraídos, 31,26% estão excluídos do cálculo da capacidade de endividamento.

Gráfico nº 49

Relevância para a capacidade de Endividamento



4.1.5. Limites de endividamento

A Lei de Estabilidade Orçamental, que assenta no Pacto de Estabilidade e Crescimento, prevê que a Lei do Orçamento de Estado possa definir limites máximos de endividamento diferentes dos estabelecidos na Lei das Finanças Locais, bem como Transferências do Orçamento de Estado (OE) de montante inferior ao previsto na LFL.

Com base nesta premissa, e concretamente no que se refere aos limites de endividamento para 2013, verifica-se Lei nº66-B/2012 de 31/12/2012 - Orçamento de Estado para 2012 - fixou Limites de Endividamento para 2013, com base em regras distintas das que se encontram consagradas na Lei das Finanças Locais (á semelhança do ocorrido em 2011 e em 2012).

Assim, e de acordo com o n.º 1 do art.º 98 do OE 2013, o valor do endividamento líquido de cada município em 31 de Dezembro de 2013, calculado nos termos da LFL, não pode ultrapassar o menor dos seguintes valores:

- Limite de endividamento líquido de 2012; ou
- Limite resultante das regras previstas na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais)

No quadro n.º 67 são apresentados os valores correspondentes a cada uma das alíneas a) e b) anteriores, concluindo-se que o limite de endividamento líquido para o ano 2013 é o limite apurado em 2012.

Quadro n.º 67 - Limite de Endividamento Líquido 2013

	Limite EL 2012	Regras Lei Finanças Locais	Diferença
Limite ao Endividamento Líquido (EL)	8.459.932,00	11.688.181,50	-3.228.249,50

O n.º 4 do art. 58º do DL n.º 32/2012, de 13 de Fevereiro (Decreto-Lei de execução orçamental), prevê que os limites de endividamento líquido e da dívida de médio e longo prazo sejam formalmente comunicados pela DGAL aos municípios e à DGO.

Muito sucintamente, podemos definir o **endividamento líquido** como o resultado da diferença entre o passivo da autarquia (Dívidas a Pagar) e um conjunto de ativos expressamente definidos na lei (Caixa, Depósitos à Ordem, Dívidas a Receber e Investimentos Financeiros).

Face ao enquadramento do endividamento na atual Lei da Finanças Locais, e consagrado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), dos serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, importa desde logo identificar as entidades relevantes para os limites legais estabelecidos.

No presente momento e perante dados rececionados, apenas será de incluir os efeitos do endividamento da Associação de Município do Carvoeiro e da CIRA-Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro.

O quadro seguinte apresenta a evolução do endividamento líquido do Município de Estarreja durante o ano 2013, bem como o seu posicionamento relativamente ao respetivo limite.

Quadro nº 68 - Endividamento Municipal 2013

Regras previstas na LOE 2013					
Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo	9.350.545,20				
Limite ao Endividamento Líquido	8.459.932,00				
Avaliação do Cumprimento	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos	9.666.201,00	9.937.498,78	9.630.690,20	9.526.245,25	
Endividamento Líquido do Município	8.036.963,67	7.672.890,39	6.810.105,72	4.918.182,02	
Capital em Dívida Excepcionado dos Limites de Endividamento	3.190.257,57	3.126.724,36	3.041.472,15	2.977.934,22	
Contribuição AM e SEL	-981.690,26	-966.724,10	-741.643,15	-577.859,45	
Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos a Considerar	6.475.943,43	6.810.774,42	6.589.218,05	6.548.311,03	
Endividamento Líquido a Considerar	3.865.015,84	3.579.441,93	3.026.990,42	1.362.388,35	
Montantes em excesso					
Endividamento a Médio e Longo Prazos	n/a	n/a	n/a	n/a	
Endividamento Líquido	n/a	n/a	n/a	n/a	
Montantes Não Tomados					
Dentro do Limite de Endividamento de M/L Prazo	2.874.601,77	2.539.770,78	2.761.327,15	2.802.234,17	
Dentro do Limite de Endividamento Líquido	4.594.916,16	4.880.490,07	5.432.941,58	7.097.543,65	
Rácios de Análise					
Cobertura do Limite de Endividamento de M/L Prazo	69,26%	72,84%	70,47%	70,03%	
Cobertura do Limite de Endividamento Líquido	45,69%	42,31%	35,78%	16,10%	

Assim, aplicando as regras, no ano 2013, o Município tem capacidade de endividamento de médio e longo prazo, não tendo tomado cerca de 29,97% do limite legal que lhe é imposto, ou seja, poderia segundo regras estabelecidas para o ano 2013, ter contraído dívida (empréstimos) de médio e longo no valor de 2.802.234,17 €.

A autarquia durante o ano 2013 não contraiu nenhum empréstimo de curto-prazo.

A nível de endividamento líquido o Município de Estarreja encontra-se em cumprimento, tendo tomado 16,10 % do respetivo limite, o que se traduz numa margem de €7.097.543,65. Entre o final do 1º trimestre e o final do ano de 2013, o endividamento líquido verificou um decréscimo de **€ 2.502.627,59**.

5. ANÁLISE PATRIMONIAL

Tendo por base o Balanço e a Demonstração de Resultados, apresenta-se de seguida uma análise sucinta da situação patrimonial e financeira do Município de Estarreja.

5.1. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1.1. Análise do Balanço

Um dos documentos mais importantes no âmbito da análise financeira de uma entidade é o Balanço, na medida em que apresenta a sua situação patrimonial reportada a determinado momento. Assim, a estrutura patrimonial e a respetiva evolução entre exercícios são descritas resumidamente no Balanço Sintético.

Neste sentido, o próximo quadro reflete a estrutura do Balanço em 31/12/2013 e período homólogo do ano anterior, evidenciando as variações apuradas.

Quadro nº 69 – Balanço

Balanço						
<i>(em euros)</i>						
Designação	2013		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo						
Imobilizado	96.706.489,37	92,81%	96.647.150,90	94,21%	59.338,47	0,06%
<i>Bens de Domínio Público</i>	38.509.102,62	36,96%	40.733.381,88	39,71%	-2.224.279,26	-5,46%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	61.623,92	0,06%	96.627,29	0,09%	-35.003,37	-36,23%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	56.764.524,07	54,48%	54.445.902,97	53,08%	2.318.621,10	4,26%
<i>Investimentos Financeiros</i>	1.371.238,76	1,32%	1.371.238,76	1,34%	0,00	0,00%
Circulante	7.495.830,47	7,19%	5.935.427,33	5,79%	1.560.403,14	26,29%
<i>Existências</i>	253.198,60	0,24%	239.675,66	0,23%	13.522,94	5,64%
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	2.053.787,79	1,97%	2.053.787,79	2,00%	0,00	0,00%
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	1.341.978,19	1,29%	2.045.912,01	1,99%	-703.933,82	-34,41%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	3.577.441,59	3,43%	1.243.835,16	1,21%	2.333.606,43	187,61%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	269.424,30	0,26%	352.216,71	0,34%	-82.792,41	-23,51%
TOTAL DO ATIVO	104.202.319,84	100,00%	102.582.578,23	100,00%	1.619.741,61	1,58%
Capital Próprio e Passivo						
Fundos Próprios	45.768.424,38	100,00%	43.855.380,72	100,00%	1.913.043,66	4,36%
<i>Património</i>	32.601.378,98	71,23%	31.983.192,52	72,93%	618.186,46	1,93%
<i>Reservas Legais</i>	937.271,60	2,05%	932.805,06	2,13%	4.466,54	0,48%
<i>Subsídios</i>	25.998,24	0,06%	25.998,24	0,06%	0,00	n.a
<i>Doações</i>	71.217,25	0,16%	68.717,25	0,16%	2.500,00	3,64%
<i>Resultados Transitados</i>	10.840.201,11	23,68%	10.755.336,92	24,52%	84.864,19	0,79%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	1.292.357,20	2,82%	89.330,73	0,20%	1.203.026,47	1346,71%
Passivo	58.433.895,46	100,00%	58.727.197,51	100,00%	-293.302,05	-0,50%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	10.462.729,96	17,91%	11.072.411,55	18,85%	-609.681,59	-5,51%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	3.084.360,81	5,28%	4.019.390,71	6,84%	-935.029,90	-23,26%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	44.886.804,69	76,82%	43.635.395,25	74,30%	1.251.409,44	2,87%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	104.202.319,84		102.582.578,23		1.619.741,61	1,58%

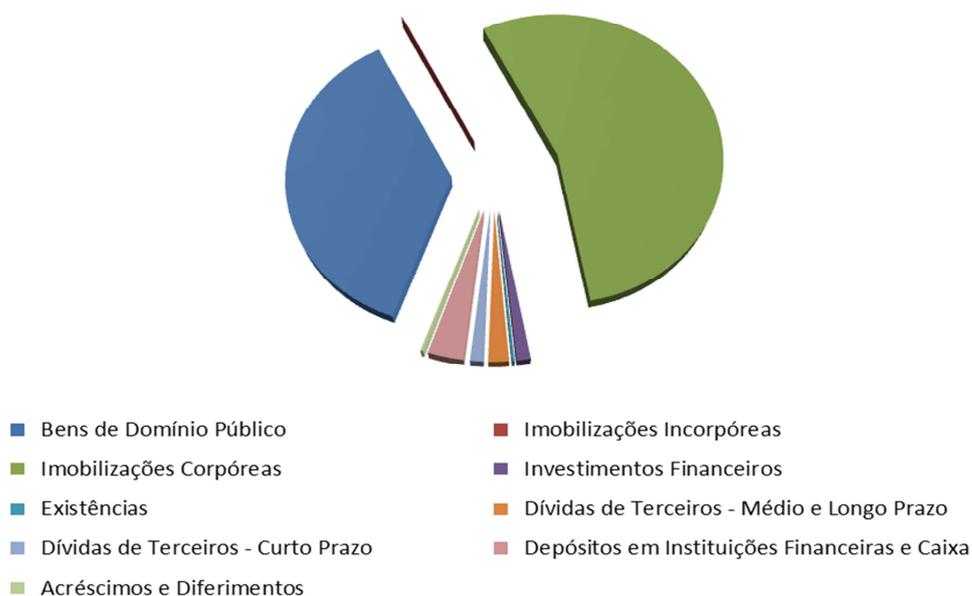
Com vista a proporcionar uma mais clara análise dos valores evidenciados, são apresentados de seguida alguns dados que permitem a analisar as variações ocorridas.

ESTRUTURA DO ATIVO

O ativo visa refletir os bens e direitos do Município, englobando ainda os acréscimos de proveitos e os custos diferidos.

Analisando detalhadamente as parcelas que compõem o ativo da entidade, obtemos a seguinte distribuição gráfica:

Gráfico nº 50 – Estrutura do Balanço



Destacam-se claramente as parcelas do ativo onde se encontram registados os Bens de Domínio Público e as Imobilizações Corpóreas. O ativo Imobilizado representa, em 2013, 92,81% do ativo, expressando assim a sua materialidade.

IMOBILIZADO

Quadro n.º 70 – Variação do valor do Imobilizado

(em euros)

Designação	2013		2012		2011		Variação 2013/2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	96.706.489,37	100,00%	96.647.150,90	100,00%	96.625.023,14	100,00%	59.338,47	0,06%
<i>Bens de Domínio Público</i>	38.509.102,62	39,82%	40.733.381,88	42,15%	42.763.112,65	44,26%	-2.224.279,26	-5,46%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	61.623,92	0,06%	96.627,29	0,10%	118.782,57	0,12%	-35.003,37	-36,23%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	56.764.524,07	58,70%	54.445.902,97	56,33%	52.371.889,16	54,20%	2.318.621,10	4,26%
<i>Investimentos Financeiros</i>	1.371.238,76	1,42%	1.371.238,76	1,42%	1.371.238,76	1,42%	0,00	0,00%

Comparativamente ao ano 2012 verifica-se um incremento no valor do Imobilizado no valor de 59.338,47 €, o que representa um ligeiro acréscimo de 0,06%.

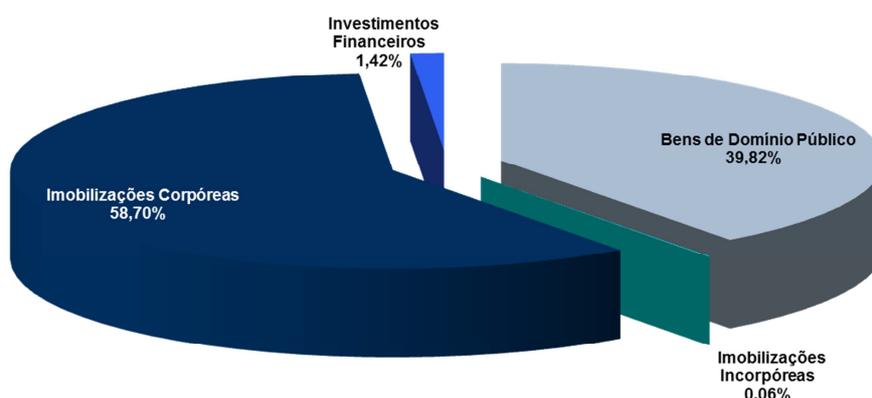
A diminuição que se verificou na rubrica "Bens de Domínio Público" ficou a dever-se essencialmente à transferência das contas de imobilizado em curso relativas a bens de domínio público para as respetivas contas de imobilizado concluído.

Como consequência desta transferência, as amortizações do exercício relativas aos bens de domínio público registaram um forte aumento, tendo originado, em termos líquidos globais desta rubrica a diminuição referida.

Relativamente à estrutura do imobilizado, não se verificaram alterações significativas no que respeita ao contributo de cada uma das parcelas que compõem essa massa patrimonial. Destacam-se as Imobilizações Corpóreas (58,70%) e os Bens de Domínio Público (39,82%).

O gráfico n.º 51 ilustra a composição do ativo imobilizado em 31/12/2013.

Gráfico n.º 51 – Estrutura do Imobilizado em 31/12/2013



CIRCULANTE

O ativo circulante representa 7,19% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades.

No quadro n.º 68 é expressa a estrutura desta massa patrimonial.

Quadro n.º 71 – Ativo Circulante

Designação	Ano 2013		Ano 2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Circulante	7.495.830,47	100%	5.935.427,33	100%	1.560.403,14	26,29%
<i>Existências</i>	253.198,60	3,38%	239.675,66	4,04%	13.522,94	5,64%
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	2.053.787,79	27,40%	2.053.787,79	34,60%	0,00	0,00%
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	1.341.978,19	17,90%	2.045.912,01	34,47%	-703.933,82	-34,41%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	3.577.441,59	47,73%	1.243.835,16	20,96%	2.333.606,43	187,61%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	269.424,30	3,59%	352.216,71	5,93%	-82.792,41	-23,51%

Em 2013, o montante do ativo circulante verificou um acréscimo na ordem dos 26,29 % relativamente ao ano anterior. Em termos absolutos esta variação representa um acréscimo de

1.560.403,14 €, sendo responsável por este aumento a rúbrica de Depósitos em Instituições Financeiras.

ESTRUTURA DO CAPITAL PRÓPRIO

Verifica-se um aumento de 4,36% no valor dos Fundos Próprios relativamente ao exercício 2012, que pode ser apreciado no quadro seguinte:

Quadro n. 72 – Variação dos Fundos Próprios

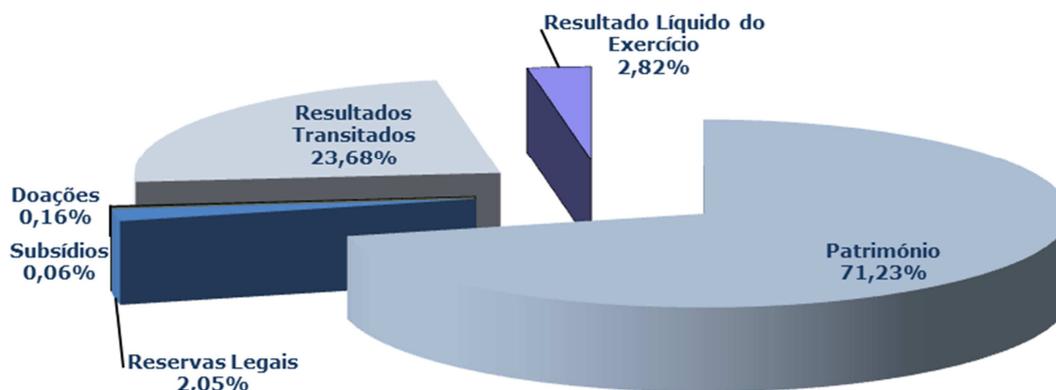
(em euros)

Fundos Próprios	Ano 2013		Ano 2012		Variação	
	45.768.424,38	100%	43.855.380,72	100%	1.913.043,66	4,36%
<i>Património</i>	32.601.378,98	71,23%	31.983.192,52	72,93%	618.186,46	1,93%
<i>Reservas Legais</i>	937.271,60	2,05%	932.805,06	2,13%	4.466,54	0,48%
<i>Subsídios</i>	25.998,24	0,06%	25.998,24	0,06%	0,00	n.a.
<i>Doações</i>	71.217,25	0,16%	68.717,25	0,16%	2.500,00	3,64%
<i>Resultados Transitados</i>	10.840.201,11	23,68%	10.755.336,92	24,52%	84.864,19	0,79%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	1.292.357,20	2,82%	89.330,73	0,20%	1.203.026,47	1346,71%

Regista-se um aumento na conta Património de 618.186,46 € resultante de regularizações efetuadas no ativo imobilizado com repercussão à data de implementação do POCAL. No que se refere ao Resultado Líquido do Exercício, verifica-se um aumento de 1.203.026,47 €.

A estrutura dos Fundos Próprios à data do Balanço, é representada no gráfico seguinte:

Gráfico nº 52 – Fundos Próprios – Ano 2013



PASSIVO

Em 31/12/2013, o Passivo (incluídos os Acréscimos e Diferimentos, no valor de 44.886.804,69 €) registou o valor de 58.433.895,46 €, equivalendo a uma diminuição de **293.302,05 €**, isto é, - 0,50 % do que no exercício de 2012.

De notar que o valor dos acréscimos e diferimentos registou um aumento de 1.251.409,44 €, que foram compensados pela diminuição operada nas dívidas a terceiros. As dívidas de curto prazo, bem como as dívidas de médio e longo prazo diminuíram 935.029,90 € e 609.681,59 €, respetivamente, tendo sido decisivas para a variação negativa registada no total do Passivo.

Quadro n.º 73 – Variação do Passivo

Passivo	2013		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	58.433.895,46	100%	58.727.197,51	100%	-293.302,05	-0,50%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	10.462.729,96	17,91%	11.072.411,55	18,85%	-609.681,59	-5,51%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	3.084.360,81	5,28%	4.019.390,71	6,84%	-935.029,90	-23,26%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	44.886.804,69	76,82%	43.635.395,25	74,30%	1.251.409,44	2,87%

Os compromissos assumidos pelo Município traduzidos nas dívidas a terceiros – passivo exigível – representam, em 31/12/2013, 23,19% do total do passivo, contra os 25,70% registados no ano anterior.

Uma análise mais pormenorizada da dívida do Município consta de capítulo próprio inserido no presente relatório de gestão.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS
Quadro n.º 74 – Acréscimos e Diferimentos

Acréscimos e Diferimentos	
Acréscimos de Custos	531.356,82
Remunerações a liquidar em 2014	489.906,78
Outros Acréscimos de Custos	41.450,04
Proveitos Diferidos	44.355.447,87
Subsídios para Investimentos	37.522.117,03
Retribuição Inicial da ADRA	6.830.259,70
Proveitos diferidos diversos	3.071,14

Os 531.356,82 € expressos na conta de Acréscimos de Custo traduzem custos cujo processamento e pagamento só acontecerá em 2014, mas que respeitam a custos do exercício 2013, sendo de destacar os relativos a férias e subsídios de férias.

Quanto aos proveitos diferidos, a parcela mais significativa respeita a subsídios para investimentos. Esta parcela reflete as participações obtidas no âmbito de projetos homologados ao abrigo dos quadros comunitários de apoio ou de protocolos e contratos-programa para o efeito celebrados. Estes montantes são progressivamente reconhecidos na demonstração de resultados numa base

sistemática durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os custos de amortizações relacionados, isto é, durante a vida útil dos bens subsidiados. A este propósito assinala-se que o valor regularizado em 2013 totalizou **684.297,84 €**.

Já no que se refere à retribuição inicial paga pela ADRA, salienta-se que o montante contabilizado inicialmente corresponde a adiantamentos por conta da retribuição associada ao direito de exploração do Sistema de Abastecimento de Água e Saneamento da Região de Aveiro. Tais adiantamentos são consumidos pelas rendas a pagar aos municípios que se vencem aquando da formação do rédito operacional (volume de negócios), de acordo com a cláusula 10ª do respetivo Contrato de Gestão. Em 2013 foi reconhecido como proveito do exercício, o montante de 147.303,95 €.

5.1.2. Análise da Demonstração de Resultados

A análise da Demonstração de Resultados permite perceber como o resultado do exercício económico foi gerado, tendo em conta o comportamento dos custos e proveitos.

Os proveitos globais gerados foram de 15.515.252,52 € enquanto os custos totais foram de 14.222.895,32 €, gerando um Resultado Líquido do exercício de 1.292.357,20 €.

Para melhor compreensão da evolução do desempenho do Município, o próximo quadro apresenta a estrutura da Demonstração de Resultados referente ao exercício económico de 2013 em comparação com o período homólogo de 2012, evidenciando as variações apuradas.

Quadro nº75

Demonstração de Resultados

(em euros)

Designação	2013		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas						
Custo Mercadorias Vendidas e M. C. (CMVMC)	314.865,73	2,21%	319.166,95	2,32%	-4.301,22	-1,35%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.317.700,16	23,33%	3.418.430,74	24,88%	-100.730,58	-2,95%
Custos com Pessoal	4.508.624,09	31,70%	4.191.035,39	30,50%	317.588,70	7,58%
Amortizações/ Provisões do Exercício	4.160.780,69	29,25%	4.268.989,55	31,07%	-108.208,86	-2,53%
Transferências /Sub Concedidos	958.681,92	6,74%	754.963,83	5,49%	203.718,09	26,98%
Outros Custos e Perdas Operacionais	49.889,41	0,35%	2.252,63	0,02%	47.636,78	2114,72%
Custos e Perdas Operacionais (A)	13.310.542,00	93,59%	12.954.839,09	94,28%	355.702,91	2,75%
Custos e Perdas Financeiras	106.413,55	0,75%	161.674,46	1,18%	-55.260,91	-34,18%
Custos e Perdas Correntes(C)	13.416.955,55	94,33%	13.116.513,55	95,45%	300.442,00	2,29%
Custos e Perdas Extraordinários	805.939,77	5,67%	624.832,11	4,55%	181.107,66	28,99%
Total dos Custos e Perdas (E)	14.222.895,32	100,00%	13.741.345,66	100,00%	481.549,66	3,50%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	866.810,05	5,59%	845.289,45	6,11%	21.520,60	2,55%
Impostos e Taxas	4.720.053,27	30,42%	3.911.283,17	28,28%	808.770,10	20,68%
Proveitos Suplementares	6.005,10	0,04%	10.333,98	0,07%	-4.328,88	-41,89%
Transferências /Sub Obtidos	7.865.753,46	50,70%	7.458.461,16	53,93%	407.292,30	5,46%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	222.278,14	1,43%	83.174,24	0,60%	139.103,90	167,24%
Proveitos e ganhos Operacionais (B)	13.680.900,02	88,18%	12.308.542,00	88,99%	1.372.358,02	11,15%
Proveitos e Ganhos Financeiros	636.810,02	4,10%	536.399,65	3,88%	100.410,37	18,72%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	14.317.710,04	92,28%	12.844.941,65	92,87%	1.472.768,39	11,47%
Proveitos e ganhos Extraordinários	1.197.542,48	7,72%	985.734,74	7,13%	211.807,74	21,49%
Total dos Ganhos e Proveitos (F)	15.515.252,52	100,00%	13.830.676,39	100,00%	1.684.576,13	12,18%
Resultados Operacionais: (B-A)	370.358,02		-646.297,09		1.016.655,11	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	530.396,47		374.725,19		155.671,28	
Resultados Correntes: (D-C)	900.754,49		-271.571,90		1.172.326,39	
Resultados Extraordinários:	391.602,71		360.902,63		30.700,08	
Resultado Líquido do Exercício (F-E)	1.292.357,20		89.330,73		1.203.026,47	
Total dos Custos e Perdas +RLE	15.515.252,52		13.830.676,39		1.684.576,13	

Numa primeira análise de carácter global, destaca-se um aumento de 2,75 % no montante dos custos e perdas operacionais, comparativamente ao ano 2012, o que representa uma variação positiva de **355.702,91 €**. Esta variação resulta do aumento verificado na rubrica de Custos com Pessoal e nas Transferências e Subsídios Concedidos, uma vez que nas restantes rubricas de custos operacionais se registaram diminuições.

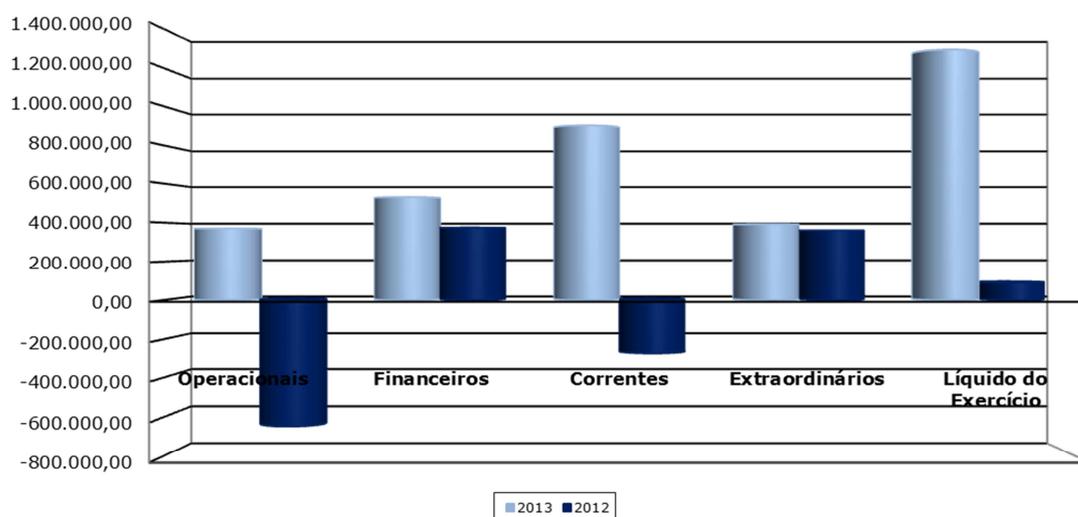
No que se refere aos proveitos e ganhos, há a assinalar um aumento global de **1.684.576,13 €**.

ESTRUTURA DOS RESULTADOS

No exercício económico de 2013 o Resultado Líquido do Exercício aumentou 1.203.026,47 €, comparativamente ao exercício anterior. Para tal terão contribuído as variações positivas ocorridas na generalidade das rubricas de proveitos, sendo de destacar a rubrica referente aos Impostos e Taxas.

O gráfico apresentado de seguida demonstra a evolução ao nível dos resultados verificada entre o ano 2012 e o ano 2013.

Gráfico nº 53 – Evolução dos Resultados



Nos pontos seguintes serão analisadas as causas para esta variação ocorrida ao nível do Resultado Líquido do Exercício.

ESTRUTURA DOS CUSTOS E PERDAS

Analisando, no quadro 75 a estrutura de custos e perdas verifica-se um aumento global de € **481.549,66** comparativamente ao ano 2012, correspondendo a um aumento de 3,5 %.

Gráfico nº 54 – Estrutura de Custos e Perdas



ESTRUTURA DOS PROVEITOS E GANHOS

De uma forma geral, verifica-se um aumento em todas as categorias de proveitos, destacando-se os Proveitos e Ganhos Operacionais com uma variação de € **1.372.358,02**.

Gráfico nº 55 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos

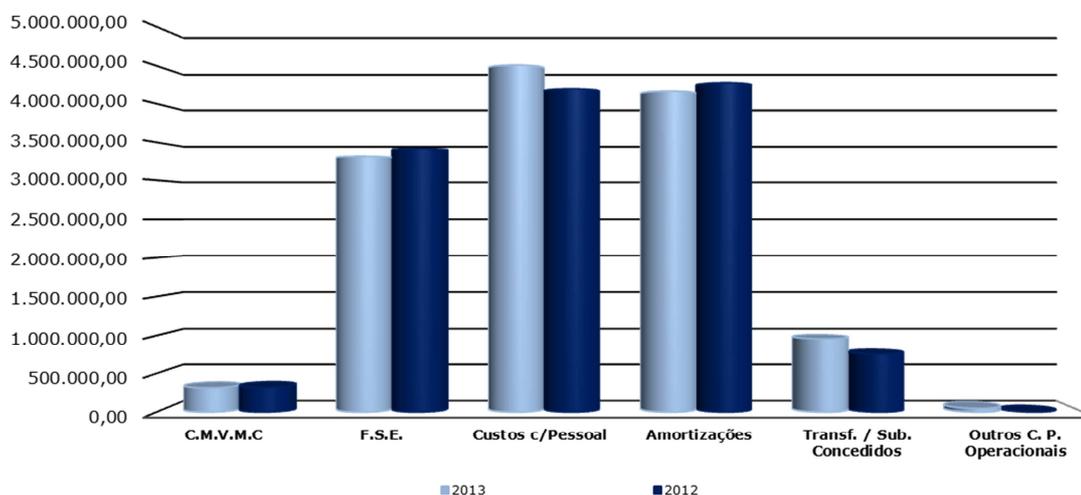


RESULTADOS OPERACIONAIS – Proveitos e Ganhos Operacionais vs Custos e Perdas Operacionais

Custos e Perdas operacionais

Os Custos e Perdas Operacionais resultam da atividade operacional da entidade na prossecução das suas atribuições e competências, designadamente Custos com Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos ou Amortizações do Exercício. Em 2013 totalizaram € 13.310.542,00, destacando-se a rubrica de Custos com Pessoal que representou 31,70% do total de Custos e Perdas, logo seguida das Amortizações do Exercício com um peso relativo de 29,25%. Os Fornecimentos e Serviços Externos representaram 23,33% do total de Custos e Perdas de 2013.

Gráfico nº 56 – Estrutura dos Custos e Perdas Operacionais



Comparando os custos operacionais nos exercícios económicos de 2013 e 2012, deparamo-nos com uma estrutura muito semelhante em termos de peso de cada uma das rubricas no computo total.

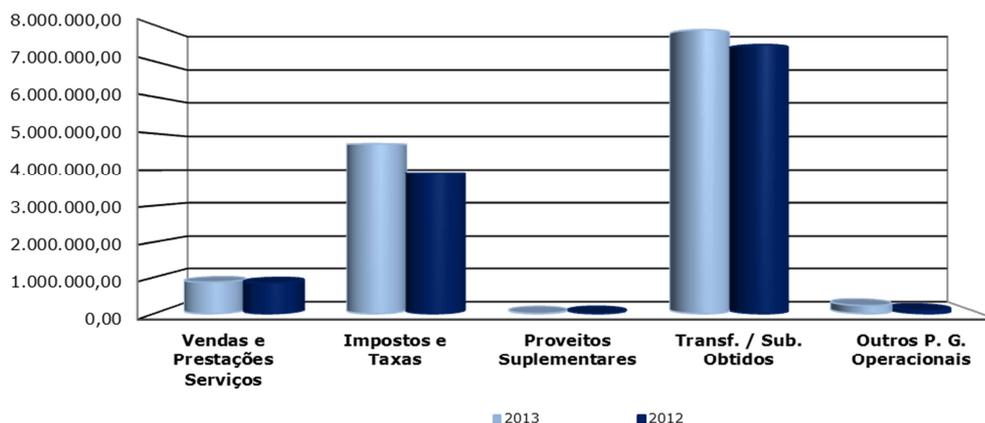
Da análise do quadro n.º 75 e do gráfico n.º 56, podemos verificar que as amortizações do exercício sofreram uma diminuição de € 108.208,86, tendo seguido igual tendência a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, que diminuiu € 100.730,58.

Por outro lado, tendo os Custos com Pessoal, como as Transferências e Subsídios Concedidos, verificaram aumentos de € 317.588,70 e €203.718,09, respetivamente.

Proveitos e Ganhos operacionais

Os proveitos e ganhos operacionais provenientes da atividade da Câmara Municipal de Estarreja totalizaram, em 2013, € **12.308.542,00**, revelando um incremento de 1.372.358,02 € relativamente ao exercício 2012.

Gráfico nº 57 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos Operacionais



Entre 2012 e 2013, os Proveitos e Ganhos Operacionais registaram aumentos na generalidade das rubricas que compõem esta natureza de proveitos, à exceção dos Proveitos Suplementares.

Destaca-se claramente o aumento de € 808.770,10 (20,68%) registado nos Impostos e Taxas, sendo igualmente de considerar o aumento das Transferências e Subsídios Obtidos, na ordem dos 407.292,30 € (5,46%).

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS – Proveitos e Ganhos Extraordinários vs Custos e Perdas Extraordinários

Os Resultados Extraordinários de 2013 fixaram-se em 391.602,71 €, traduzindo uma variação positiva, face a 2012, de 30.700,08 €.

Através do quadro n.º 76, procede-se à apresentação detalhada das rubricas que concorrem para a formação dos Resultados Extraordinários de 2013, comparando-as com as de 2012.

Quadro n.º 76 - Proveitos e Ganhos Extraordinários

Custos e Perdas	Exercício 2013	Exercício 2012	Varição
Transferências Capital Concedidas	437.190,62	373.970,78	63.219,84
Perdas em existências	139,70	1.177,88	(1.038,18)
Perdas em Imobilizações	1.347,32	929,46	417,86
Multas e outras penalidades		99,76	(99,76)
Aumentos de Amortizações e Provisões	71.664,43	109.118,13	(37.453,70)
Correcções relativas a anos anteriores	273.911,45	123.259,18	150.652,27
Outros Custos e Perdas Extraordinários	21.686,18	16.276,92	5.409,26
Total Custos e Perdas	805.939,70	624.832,11	181.107,59
Ganhos em existências	671,55	167,44	504,11
Ganhos em Imobilizações	313.497,43	10.250,84	303.246,59
Benefícios e Penalidades Contratuais	11.605,94	24.142,74	(12.536,80)
Correcções relativas a exercícios anteriores	127.060,07	173.798,80	(46.738,73)
Outros proveitos e ganhos extraordinários	744.707,49	777.374,92	(32.667,43)
Total Proveitos e Ganhos	1.197.542,48	985.734,74	211.807,74
Resultados Extraordinários	391.602,78	360.902,63	30.700,15

6. INDICADORES DE GESTÃO

6.1. Indicadores Económico-Financeiros

	INDICADORES	2010	2011	2012	2013	VARIACÃO (pontos percentuais)					
						2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013		
Grau de cobertura das Receitas e das Despesas	1	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial) / Despesa Total Paga *100	101,01%	101,65%	106,20%	19 436 604 / 16 022 122	121,31%	-5,32	0,63	4,56	15,11
	2	Receita Corrente Cobrada / Despesa Corrente Paga *100	89,47%	115,24%	114,26%	12 726 224 / 10 085 243	126,19%	-21,92	25,77	-0,98	11,93
	3	Receita Corrente Cobrada / Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial) *100	54,33%	67,94%	57,24%	12 726 224 / 18 346 140	69,37%	-2,28	13,61	-10,69	12,12
	4	Receita Próprias Cobradas / Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial) *100	47,16%	40,36%	33,45%	7 693 906 / 18 346 140	41,94%	0,59	-6,79	-6,92	8,49
	5	Despesa Corrente Paga / Despesa Total Paga *100	57,66%	59,16%	52,39%	10 085 243 / 16 022 122	62,95%	4,21	1,50	-6,77	10,55
	6	Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados / Despesa Total Paga *100	101,01%	98,68%	103,92%	18 749 132 / 16 022 122	117,02%	7,21	-2,33	5,24	13,10
	7	Receitas Próprias Cobradas / Despesa Total Paga *100	44,78%	40,51%	34,98%	7 693 906 / 16 022 122	48,02%	-4,20	-4,27	-5,53	13,04
	8	Fundos Municipais / Despesa Total Paga *100	33,23%	40,98%	38,19%	6 712 800 / 16 022 122	41,90%	-2,12	7,76	-2,79	3,71
	9	Transf da Administração Central / Despesa Total Paga *100	36,97%	45,15%	42,75%	7 419 991 / 16 022 122	46,31%	-2,91	8,18	-2,41	3,56
	9	Receita Corrente Cobrada Localmente / Despesa Total Paga *100	13,07%	15,38%	11,89%	2 333 726 / 16 022 122	14,57%	-6,68	2,30	-3,48	2,67
	11	Receita Corrente / Despesas de Funcionamento *100	99,01%	128,42%	128,03%	12 726 224 / 9 054 013	140,56%	-29,15	29,41	-0,39	12,53
	12	Receitas de Capital / Despesas de Investimento *100	121,07%	126,33%	117,33%	5 936 879 / 4 651 824	127,62%	10,70	5,25	-9,00	10,29

	INDICADORES	2010	2011	2012	2013	VARIACÃO (pontos percentuais)					
						2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013		
Estrutura da Receita	13	Receitas Próprias / Receita Total Disponível *100	44,33%	39,85%	32,94%	7 693 906 / 19 436 604	39,58%	-1,73	-4,48	-6,92	6,65
	14	Receitas cobradas localmente / Receita Total Disponível *100	12,94%	15,13%	11,20%	2 333 726 / 19 436 604	12,01%	-5,63	2,19	-3,93	0,81
	15	Impostos Diretos / Receita Total Disponível *100	13,37%	20,96%	16,94%	4 120 644 / 19 436 604	21,20%	0,87	7,58	-4,02	4,26
	16	Fundos Municipais / Receita Total Disponível *100	32,89%	40,32%	35,96%	6 712 800 / 19 436 604	34,54%	-0,35	7,43	-4,36	-1,42
	17	Transf Adm Central / Receita Total Disponível *100	36,60%	44,42%	40,25%	7 419 991 / 19 436 604	38,18%	-0,91	7,82	-4,17	-2,08
	18	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) / Receita Total Disponível *100	0,00%	2,92%	2,15%	687 472 / 19 436 604	3,54%	-11,78	2,92	-0,77	1,39
	19	Venda de Bens e serviços correntes e de investimento / Receita Total Disponível *100	11,37%	9,08%	4,82%	941 285 / 19 436 604	4,84%	-8,32	-2,29	-4,26	0,02

	INDICADORES	2010	2011	2012	2013	VARIACÃO (pontos percentuais)				
						2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	
Estrutura da Despesa	20 Despesa de Capital *100	42,34%	40,84%	47,61%	5 936 879	37,05%	-4,21	-1,50	6,77	-10,55
	Despesa Total				16 022 122					
	21 Aquisição de bens de Capital *100	30,82%	27,35%	38,19%	4 194 288	26,18%	-3,68	-3,47	10,84	-12,02
	Despesa Total				16 022 122					
	22 Transferências de Capital (despesa) *100	4,12%	4,98%	2,38%	457 536	2,86%	0,95	0,86	-2,60	0,48
	Despesa Total				16 022 122					
	23 Pessoal *100	22,36%	27,10%	23,85%	4 494 883	28,05%	-1,46	4,75	-3,25	4,20
Despesa Total				16 022 122						
20 Pessoal: Remunerações Certas e Permanentes *100	17,86%	22,04%	19,26%	3 522 324	21,98%	-0,94	4,18	-2,77	2,72	
Despesa Total				16 022 122						
21 Aquisição de Bens e Serviços Correntes *100	28,93%	24,87%	22,03%	4 328 157	27,01%	7,41	-4,06	-2,84	4,98	
Despesa Total				16 022 122						

	INDICADORES	2010	2011	2012	2013	VARIACÃO (pontos percentuais)				
						2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	
Estrutura de Serviço de Dívida e Empréstimos Bancários	22 Passivos Financeiros Cobrados (Receita) *100	0,00%	2,92%	2,15%	687 472	3,54%	-11,78	2,92	-0,77	1,39
	Receita Total Disponível				19 436 604					
	23 Passivos Financeiros Cobrados (Receita) *100	0,00%	2,97%	2,28%	687 472	4,29%	-12,53	2,97	-0,69	2,01
	Despesa Total Paga				16 022 122					
	24 Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) *100	0,00%	9,41%	5,70%	687 472	21,19%	-31,04	9,41	-3,71	15,49
	Investimento (PPI)				3 244 058					
	25 Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP *100	7,29%	9,47%	7,83%	1 262 536	7,88%	0,43	2,17	-1,64	0,05
	Despesa Total Paga				16 022 122					
26 Amortização de Empréstimos de MLP *100	6,70%	8,51%	7,03%	1 184 604	7,39%	1,46	1,81	-1,48	0,36	
Despesa Total Paga				16 022 122						
27 Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP *100	7,22%	9,31%	7,37%	1 262 536	6,50%	0,77	2,09	-1,94	-0,88	
Receita Total Disponível				19 436 604						
28 Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP *100	58	61	52	1 262 536	47	6,13	3,15	-9,45	-4,26	
População				26 710						

	INDICADORES	2010	2011	2012	2013	VARIACÃO (pontos percentuais)				
						2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	
Grau de Financiamento do Investimento	29 Fundos municipais de capital *100	32,60%	43,32%	31,76%	1 116 330	25,06%	3,72	10,72	-11,57	-6,69
	Investimento (PPI)				4 454 209					
	30 Fundos municipais de capital *100	36,55%	49,93%	33,25%	1 116 330	25,06%	2,75	13,38	-16,67	-8,19
	Aquisição de bens de Capital				4 454 209					
	31 Venda de bens de investimento *100	9,87%	12,15%	0,34%	45 909	1,03%	-10,37	2,28	-11,80	0,69
Investimento (PPI)				4 454 209						
32 Transferências correntes e de capital obtidas no âmbito da L.F. Investimento (PPI) *100	37,61%	35,67%	61,25%	2 388 895	53,63%	28,33	-1,94	25,58	-7,62	
Investimento (PPI)				4 454 209						
33 Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) *100	0,00%	9,41%	5,70%	687 472	15,43%	-31,04	9,41	-3,71	9,74	
Investimento (PPI)				4 454 209						
Relação dos fundos municipais Correntes com as principais componentes da despesa	34 Pessoal *100	101,79%	99,18%	93,59%	4 494 883	80,32%	1,25	-2,61	-5,59	-13,27
	Fundos Municipais Correntes				5 596 470					
35 Aquisição de bens e serviços correntes *100	131,73%	91,01%	86,44%	4 328 157	77,34%	40,90	-40,72	-4,57	-9,11	
Fundos Municipais Correntes				5 596 470						

INDICADORES	2010	2011	2012	2013	VARIÇÃO (pontos percentuais)						
					2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013			
Estrutura da Dívida Municipal/ Compromissos Assumidos / Despesa Paga	36	Compromissos Assumidos para o Exercício *100			18 392 759						
		Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam a CP)	107,27%	111,35%	107,64%	17 843 752	103,08%	-5,14	4,08	-3,71	-4,56
	37	Despesa Total Paga *100	85,23%	78,09%	88,66%	16 022 122	87,11%	11,10	-7,14	10,58	-1,55
		Compromissos Assumidos para o Exercício				18 392 759					
	38	Saldo Final Orçamental da Gerência				3 414 481	187,44%	-13,91	1,12	33,33	147,96
		Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)	5,03%	6,15%	39,48%	1 821 629					
	39	Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam no CP ou MLP) *100	18,43%	23,28%	15,00%	17 843 752	10,21%	-9,44	4,84	-8,28	-4,79
	40	Dívida Municipal em sentido lato *100	83,58%	101,96%	85,12%	13 384 130	83,54%	-23,66	18,38	-16,84	-1,59
		Despesa Total Paga				16 022 122					
	41	Receita Total Disponível *100	120,86%	99,69%	124,77%	19 436 604	145,22%	21,71	-21,17	25,08	20,46
	Dívida Municipal em sentido lato				13 384 130						
42	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita) *100	120,86%	96,78%	122,09%	18 749 132	140,08%	33,39	-24,08	25,31	18,00	
	Dívida Municipal em sentido lato				13 384 130						
43	Dívida financeira de MLP *100	53,51%	64,09%	55,41%	9 584 776	51,12%	-14,72	10,57	-8,67	-4,29	
	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)				18 749 132						
44	Dívida Municipal em sentido lato População	663	657	560	13 384 130	501	-145,55	-5,90	-96,49	-59,09	
	População				26 710						

INDICADORES	2010	2011	2012	2013	VARIÇÃO (pontos percentuais)						
					2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013			
Dívida Municipal / Receita	45	Dívida Municipal em sentido lato	1,4	1,3	1,3	13 384 130	1,0	-0,2	-0,1	-0,1	-0,2
		Receita próprias regulares				13 167 170					
	46	Dívida financeira de MLP	0,9	0,8	0,8	9 584 776	0,7	0,0	-0,1	0,0	-0,1
		Receita próprias regulares				13 167 170					
	47	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)	0,3	0,3	0,2	1 821 629	0,1	-0,2	0,0	-0,1	-0,1
		Receita próprias regulares				13 167 170					
	48	Dívida Municipal em sentido lato	2,3	2,1	2,0	13 384 130	1,6	-0,23	-0,21	-0,10	-0,40
		Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)				8 593 320					
49	Dívida financeira de MLP	1,5	1,3	1,3	9 584 776	1,1	-0,02	-0,19	0,05	-0,21	
	Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)				8 593 320						
50	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)	0,5	0,5	0,4	1 821 629	0,2	-0,23	-0,01	-0,18	-0,15	
	Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)				8 593 320						

INDICADORES	2010	2011	2012	2013	VARIACÃO (pontos percentuais)				OBSERVAÇÕES		
					N-3 / N-2	N-2 / N-1	N-1 / N	N-3 / N			
RÁCIOS DE LIQUIDEZ											
Liquidez geral	Activo Circulante	30,94%	32,02%	87,81%	5 442 043	176,44%	-108%	-56,79%	88,83%	145,50%	Mede o grau em que as dívidas de curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo.
	Passivo Circulante				3 084 361						
Liquidez reduzida	Activo circulante - existências	26,51%	28,18%	81,85%	5 188 844	168,23%	-167%	-53,67%	86,38%	117,2%	Idêntico ao anterior, mas não é considerado o valor das existências.
	Passivo Circulante				3 084 361						
Liquidez imediata	Disponibilidades	7,58%	7,77%	30,95%	3 577 442	115,99%	-0,9%	-23,8%	85,04%	108,4%	Idêntico ao primeiro, mas no numerador apenas considera o valor das disponibilidades
	Passivo Circulante				3 084 361						
IMOBILIZAÇÕES											
Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	57,26%	58,08%	56,83%	56 231 154	58,15%	0,82%	-124%	13%	0,89%	Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto
	Imobilizado Líquido				96 706 489						
Indicador das imobilizações II	Capitais Alheios de Curto Prazo	6,51%	6,33%	4,16%	3 084 361	3,19%	-0,8%	-2,9%	-0,97%	-3,32%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos).
	Imobilizado Líquido				96 706 489						
ENDIVIDAMENTO											
Endividamento	Passivo	19,30%	17,80%	14,76%	13 547 091	13,00%	-150%	-3,04%	-176%	-6,30%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
	Activo Líquido				104 202 320						
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	67,66%	65,87%	73,37%	10 462 730	77,23%	-180%	7,50%	3,87%	9,57%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP.
	Passivo				13 547 091						
Estrutura de Endividamento II	Dívida financeira de MLP	55,45%	53,41%	59,36%	8 349 445	61,63%	-2,04%	5,85%	2,27%	6,8%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo financeiro (empréstimos e leasing) de MLP.
	Passivo				13 547 091						
Estrutura de Endividamento III	Dívidas de Curto Prazo	32,34%	34,13%	26,63%	3 084 361	22,77%	180%	-7,50%	-3,87%	-9,57%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o penúltimo indicador.
	Passivo				13 547 091						
SOLVABILIDADE E AUTONOMIA											
Autonomia Financeira	Fundos Próprios e Passivo	170,95%	178,19%	174,68%	104 202 320	178,33%	7,24%	-3,5%	3,65%	7,38%	Quando inferior a 50% a entidade encontra-se na dependência dos seus credores nessa mesma percentagem
	Passivo Total				58 433 895						
Capacidade de Endividamento de Médio e Longo Prazo	Dívidas a Terceiros (MLP)	23,77%	21,03%	20,16%	10 462 730	18,61%	-2,74%	-0,87%	-1,55%	-5,9%	Mede o peso do passivo de MLP nos capitais permanentes
	Capitais permanentes				56 231 154						

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Com base no Balanço e Demonstração de Resultados relativos ao exercício económico de 2013 verifica-se que o Resultado Líquido do Exercício do ano em análise se cifrou no montante de **1.292.357,20€**

De notar que a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é condicionada pelo disposto nos pontos 2.7.3.1 a 2.7.3.5 do POCAL, que referem:

2.7.3.1- A aplicação do Resultado Líquido do Exercício é **aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do executivo.**

2.7.3.2- No início de cada exercício o Resultado Líquido do Exercício anterior, é transferido para a conta 59 - "Resultados Transitados".

2.7.3.3. - Quando houver saldo positivo na conta 59 - "Resultados Transitados" o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

2.7.3.4 - É **obrigatório** o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 - "Património" corresponda a **20% do activo líquido.**

2.7.3.5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 - "Reservas Legais" no **valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.**

Atendendo a que se verifica que o valor da conta 51 PATRIMÓNIO reflete, em 31/12/2013, mais de 20% do valor do ativo líquido, propõe-se a seguinte aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2013:

- ⇒ Transferência de 5% do Resultado Líquido do Exercício para a conta 571 - "Reservas Legais", ou seja, o reforço de reservas legais no valor de 64.617,86€, mantendo-se o remanescente do Resultado Líquido do Exercício apurado, 1.227.739,34€, na conta 59 - Resultados Transitados.